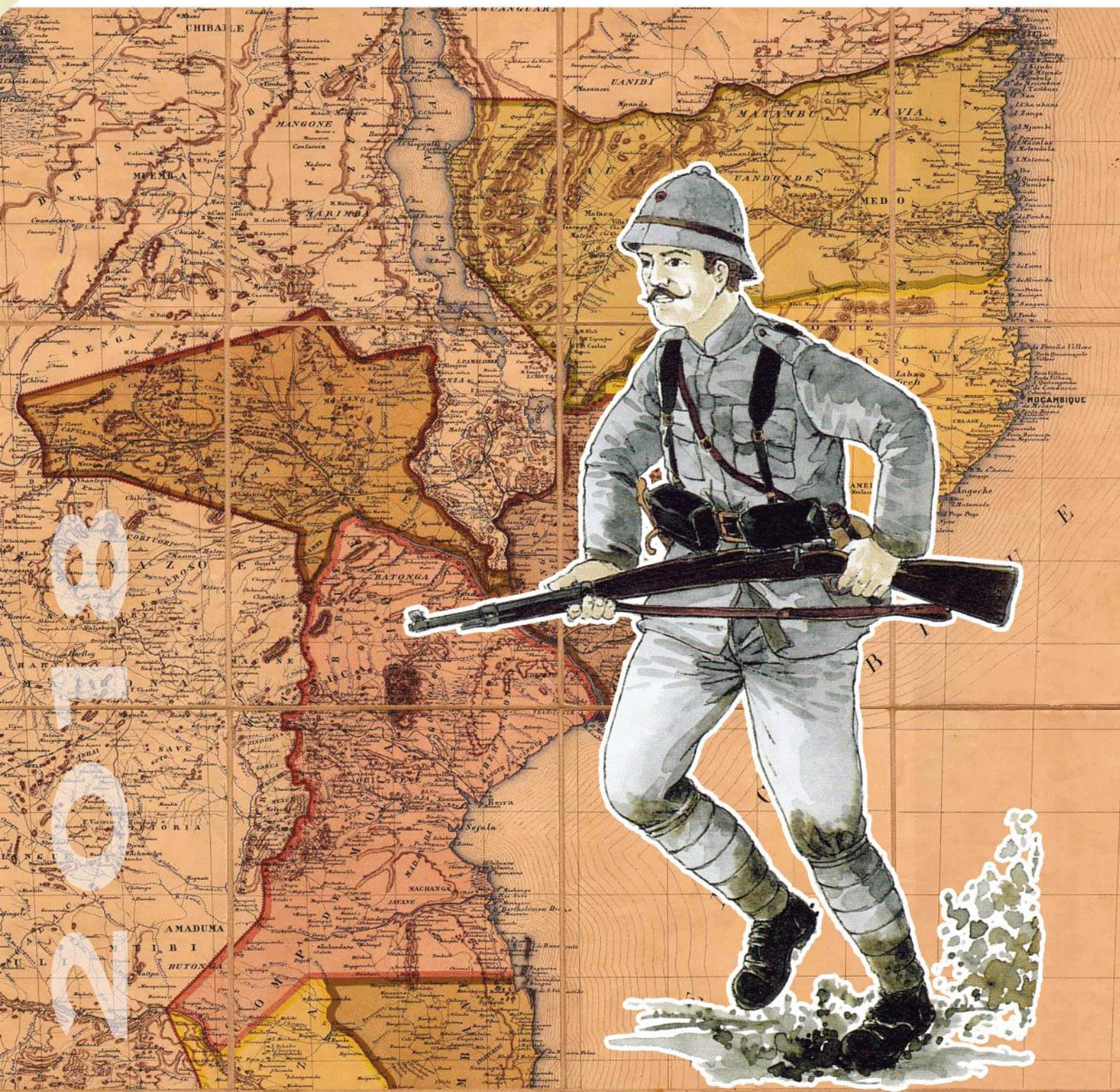


NOVA SÉRIE

REVISTA da MAIA

REVISTA CULTURAL da CÂMARA MUNICIPAL da MAIA



ANO III · N.º 02 · julho · dezembro · Diretor: Mário Nuno Neves



FICHA TÉCNICA

REVISTA DA MAIA – NOVA SÉRIE
ANO III, NÚMERO 2
JULHO/DEZEMBRO 2018

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Maia
Pelouro da Cultura

DIRETOR

Mário Nuno Neves

EDITOR

José Maia Marques

CAPA

Manuel Magalhães, com desenho de
Sérgio Veludo Coelho

PROPRIEDADE

Câmara Municipal da Maia
©Todos os direitos reservados

ISSN: 2183-8437

CONTACTOS

E-mail:
cultura@cm-maia.pt

Web:
<https://www.cm-maia.pt/pages/1474>

REVISTA da MAIA

ÍNDICE

Editorial

Mário Nuno Neves

3

Tempo/Charneira

Sofia Barreiros

4

Destaque do Editor

José Maia Marques

5

Evocando D. Paio Mendes da Maia

José Maia Marques

6

ARTIGOS

O Barroco no Concelho da Maia: um património a (re)conhecer – Parte 1

Liliana Aguiar

7

Comendador Augusto Simões: esboço biográfico

Vítor Maia

27

A Arte dos Imaginários – espólio em gesso e madeira de Amália Maia.

Sara Lobão Martins

37

Uma visão do concelho da Maia, à luz do seu Arquivo Municipal, III. Cronologia de factos ocorridos nos anos de 1913 e 1914.

Rui Teles de Menezes

51

Portugal na Grande Guerra: da acção militar à representação literária

Joaquim Jorge Moreira da Silva

67

-Eu fiz esta canção atravessando o Rovuma-

Joaquim Moreira Varão, moreirense na Grande Guerra

José Augusto Maia Marques

75

Casa do Povo de Moreira da Maia. Edifício Sede.

Acesso à Saúde, Moral e Educação

Armando Mário Moreira Tavares

91

Conjuntos Musicais Maiatos – na primeira metade da década de 60 do século XX

Sérgio O. Sá

108

NOTÍCIAS

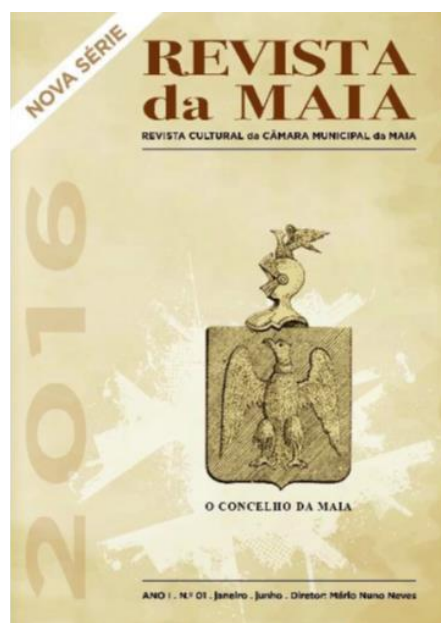
118

NOTAS DE LEITURA

126

EDITORIAL

Três anos, seis números. Várias dezenas de artigos, todos com interesse para a Maia – da Arqueologia à História, da História da Arte ao Património, da Etnografia à Museologia, das biografias de Grandes Maiatos à documentação do Arquivo Municipal – escritos por um punhado de autores e investigadores maiatos por nascimento, por adoção ou por residência. Notícias sobre atividades da nossa Biblioteca Municipal, do nosso Museu Municipal e dos nossos Técnicos Municipais. Uma dezena de livros sobre a Maia recenseados, sendo que normalmente foram também escritos por maiatos.



Aliás aproveito para (re)lembrar que esta revista está aberta à colaboração de todos, desde que os trabalhos apresentados se enquadrem no seu espírito e garantam qualidade. Basta para isso contactar o Editor, fazer-lhe chegar trabalhos ou propostas e a Revista sairá enriquecida com isso.

Queremos que, cada vez mais, a «Revista da Maia – Nova Série» seja o grande repositório de trabalhos e notícias sobre a História e a Cultura Maiatas.

Na apresentação do 1º número da Revista, na Feira do Livro da Maia em 9 de julho de 2016, formulamos um voto comum: que esta segunda série seja tão importante para a Maia como foi a primeira.

Três anos e seis números passados, creio que vamos no bom caminho.

Boa leitura,

Mário Nuno Neves
(Diretor)

TEMPO/CHARNEIRA

Com a publicação deste número de dezembro de 2018, transpomos um verdadeiro tempo/charneira.

Durante cinco anos a Câmara Municipal da Maia lembrou, com muita dignidade, o Centenário da Grande Guerra e da participação dos maiatos no conflito. Este conjunto de atividades culminou na evocação dos nossos soldados combatentes, com o descerramento de uma placa na Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, e na realização de um colóquio alusivo ao tema.



Agora, a direção é outra e ainda mais desafiante, dada a transversalidade e a abrangência do tema – a comemoração do Quinto Centenário do Foral da Maia.

Ao longo de três anos, 2019, 2020 e 2021, o território Maiato, e não só, será palco de um enorme conjunto de realizações de todos os tipos, de todas as áreas e para todos os públicos.

Pretendendo-se estender as atividades a todo o Concelho, querendo abranger o maior número de maiatos que for possível, desejando envolver as coletividades, os investigadores, os estudiosos de todas as áreas, tencionando tomar esta efeméride como mote para se conhecer melhor o Concelho, e para o próprio Concelho se conhecer melhor, a Câmara Municipal da Maia preparou uma programação vasta e rica, que em breve será dada a conhecer aos munícipes.

E, claro, a nossa revista acompanhará os acontecimentos relevantes no âmbito da História, Etnografia e Património.

Desejo aos nossos leitores um bom ano de 2019, e peço-lhes que fiquem atentos.

Sofia Barreiros
(Chefe da Divisão de Cultura)

O DESTAQUE DO EDITOR

Balanço e perspetiva

Como refere o texto da nossa Chefe de Divisão, este é o momento do fechar de um ciclo e do abrir de outro.

Encerramos a evocação da Grande Guerra, e da participação da Maia e dos Maiatos. Foi um conjunto de ações que durante cinco anos a Câmara Municipal da Maia levou a cabo, terminando com uma muito digna Cerimónia Solene Evocativa do Dia do Armistício, onde lembramos os soldados maiatos que nele participaram, e com um Colóquio levado a cabo na Quinta dos Cónegos.

Em bom rigor não podemos dizer ainda que terminou, porque nos falta editar o volume correspondente à produção de todo este grande conjunto de iniciativas, mas já podemos de facto virar esta página.

A GRANDE GUERRA
A MAIA E OS MAIATOS
ENTRADA GRATUITA
FÓRUM DA MAIA
30 DE JUNHO A 2 DE SETEMBRO

CONVITE

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, E O VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA, MÁRIO NUNO ALVES DE SOUSA NEVES, TÊM O PRAZER DE CONVIDAR V. EX.ª. E SUA DIGNÍSSIMA FAMÍLIA A ESTAREM PRESENTES NA CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO 'A GRANDE GUERRA, A MAIA E OS MAIATOS', A TER LUGAR NO PRÓXIMO DIA 29 DE JUNHO, PELAS 18H30, NO FÓRUM DA MAIA.

ESTA EXPOSIÇÃO PODERÁ SER VISITADA ATÉ AO DIA 2 DE SETEMBRO DE 2018, DE TERÇA A DOMINGO, DAS 9H ÀS 22H.

E a próxima tem a ver com o Quinto Centenário do Foral da Maia, que nos vai ocupar durante os anos de 2019, 2020 e 2021.

Um conjunto vastíssimo de iniciativas, uma produção variada e transversal, muitos momentos marcantes para a Maia e as suas Gentes. Estejam atentos ao programa que em breve será divulgado.

José Maia Marques

(Editor)

EVOcando

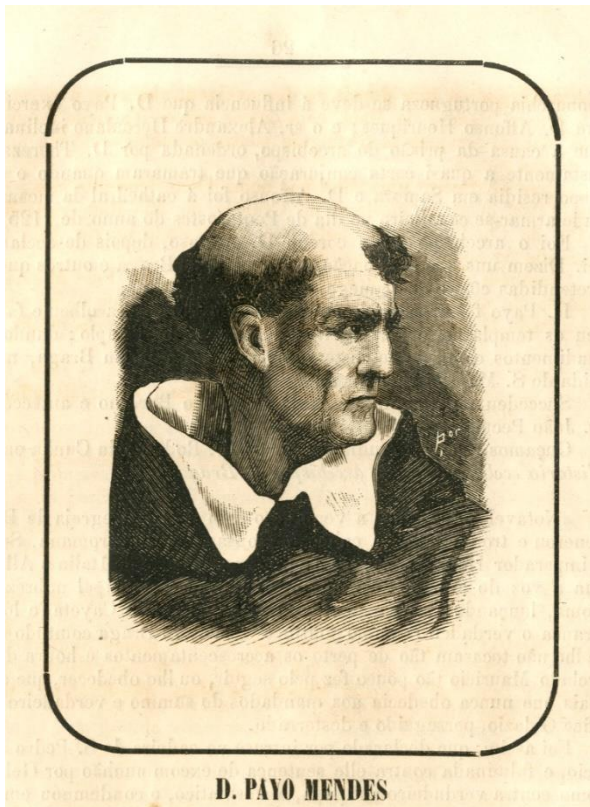
D. Paio Mendes da Maia

Irmão de Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, e de Soeiro Mendes da Maia, era filho de Mendo Soares e de Leodegunda Soares, a "Tainha", da casa dos Baiões.

Foi Arcebispo de Braga entre 1118 e 1137, ano da sua morte.

Em 1120 Diego Gelmirez Arcebispo de Santiago de Compostela, foi nomeado legado papal para Compostela e Braga. No ano seguinte Paio recusa-se a assistir ao sínodo convocado por Gelmirez. O Papa reconhecendo o melindre da situação retira Braga da legacia de Compostela.

A Rainha D. Teresa, então de mal com a aristocracia portugalense, permanecia ao Sul do Douro. E, quanto se julga, em 1122, ou em 1125, Paio Mendes abandona o Condado fugindo “à sanha da Rainha”. Acompanhou-o, ou terá ido mais tarde ao seu encontro, o moço Infante, que, em 1125, se arma cavaleiro na Catedral de Zamora, por suas próprias mãos, “como era costume dos reis”. A seu lado, na ocasião, o Arcebispo bracarense Paio Mendes, guiando-lhe os passos e as atitudes.



Em 1126 a Santa Sé expede uma bula a Gelmirez onde excomunga D. Teresa por aprisionar o Arcebispo de Braga. É assim que Paio consegue do papa a autoridade sobre Viseu, Lamego e Idanha, e todas da província de Mérida.

Na Primavera de 1128 Paio está de novo em Braga. A Rainha já não era obedecida a Norte do Douro. O moço Infante, Afonso, mantinha-se junto da aristocracia portugalense, junto do Arcebispo e dos irmãos.

Em 27 de Maio de 1128 o Arcebispo e o Infante lavram em Braga um importante documento. O Infante promete ao Arcebispo direitos sobre várias vilas e lugares, diversas isenções e alguns importantes privilégios, «logo que obtiver o governo de Portugal». Contrapartidas, afinal, que se deviam à ajuda que D. Afonso Henriques receberia do Arcebispo.

Os acontecimentos precipitam-se. E em 24 de junho terão o seu momento decisivo. As forças leais a Dona Teresa encontram-se com as forças do Infante e do Arcebispo nos Campos de S. Mamede. As forças do Infante, comandadas por Gonçalo

Mendes, saem vencedoras da contenda.

Paio Mendes foi assim um elemento decisivo na subida ao trono de D. Afonso Henriques e certamente o seu grande estratega no que respeita à política externa.

Considerado por alguns historiadores como o verdadeiro aio de D. Afonso Henriques, em vez de Egas Moniz, foi um ardente defensor da causa do infante contra D. Teresa.

Conselheiro do monarca, nomeado Chanceler em 1128, viajou com ele até Zamora. Teve um papel influente na formação da independência de Portugal, tendo-se servido, em favor de Portugal, da sua posição na corte papal.

José Maia Marques

O Barroco no Concelho da Maia: um património a (re)conhecer Parte 1

Liliana Aguiar*

Resumo: A Humanidade porta, na sua essência, uma alma artística. Essa característica nata é moldada no e com o tempo, fruto de diferentes influências e vivências, num espaço de confluências que se traduzem, historicamente, em diferentes estilos artísticos. Foram vários e continuam a ser. São as chamadas correntes.

Este trabalho incidiu numa dessas correntes artísticas, o Barroco, um estilo que se desenvolveu na Europa Ocidental e que se estendeu desde finais do século XVI até ao último quartel do século XVIII. Pretendeu-se contextualizar a respetiva corrente, esclarecer conceitos e efetuar o levantamento das evidências da mesma ao nível da arquitetura civil e religiosa por freguesia no concelho da Maia

O plano de trabalho subjacente a este projeto teve como base uma pesquisa bibliográfica e documental bem como o trabalho de campo, permitindo perceber a riqueza patrimonial do concelho.

Palavras-chave: Barroco; corrente artística; Barroco no concelho da Maia; património artístico.

Introdução

O Barroco, também designado de estilo seiscentista, é um estilo artístico da Europa Ocidental que se estendeu desde finais do século XVI até ao último quartel do século XVIII.

Este estilo aplicou-se a diferentes áreas, tais como a arquitetura, a escultura, a pintura, a azulejaria e cerâmica, o mobiliário, a ourivesaria e os vidros. Em Portugal o elemento forte do barroco foi a talha lavrada dourada.

Verificou-se que não existia no concelho da Maia um levantamento desta corrente artística. Conhecia-se alguma informação relacionada com a Igreja de S. Salvador de Moreira da Maia, que constava na obra coordenada por Jorge Henrique Pais da Silva e Margarida Calado, de 2005, intitulada Dicionário de Termos de Arte e Arquitetura, assim como o levantamento efetuado por alguns elementos da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), nomeadamente Ana Filipe; Elvira Rebelo; Isabel Sereno; Paula Figueiredo; Paula Noé; Paulo Dórdia e Patrícia Costa. Não existia, no entanto, uma compilação completa.

Com este artigo pretende-se, assim, essa compilação, o mais completa possível, para que todos os maiatos tenham consciência da riqueza do património do seu concelho.

Este levantamento incidiu não só na talha, como uma das esferas na escultura, mas também na arquitetura, no azulejo, no mobiliário e na ourivesaria. A imaginária, outra das esferas da escultura, é apenas referida em alguns casos pontuais, mas também ela é muito rica.

De referir que o levantamento efetuado da corrente artística em questão - o barroco - é apresentado por freguesia. Dentro de cada freguesia referem-se duas áreas: a arquitetura civil e a arquitetura religiosa. No âmbito da arquitetura civil, descrevem-se os elementos barrocos utilizados

* Técnica Superior da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

na conceção do edifício. Na arquitetura religiosa, para além da fachada são apresentadas outras esferas onde o barroco foi aplicado, tais como escultura – talha e imaginária -, os azulejos, elementos arquitetónicos decorativos e utilitários – púlpito, lavabos, órgãos, grades -, mobiliário e ourivesaria.

Para efetuar o este levantamento recorreu-se a publicações no âmbito da História da Arte, catálogos bem como a visitas aos espaços, assim como a descrições de extremo valor já efetuadas pelos já referidos elementos da DGPC.

As imagens utilizadas têm diferentes autorias. Uma foram captadas pela própria autora, outras são uma adaptação das fotografias da autoria dos elementos da DGPC, outras ainda da Câmara Municipal da Maia, a quem se atribuem os devidos créditos.

Definições e considerações históricas

“A talha dourada e o azulejo são a contribuição mais original do espaço português, em conjuntos decorativos ímpares.”

Almeida, 1976, p. 36

O Barroco, também designado de estilo seiscentista é um estilo artístico da Europa Ocidental que se estendeu desde finais do século XVI até ao último quartel do século XVIII.

Este estilo caracterizou-se pelos contrastes intensos de sombra e luz, pela oposição das massas e vazios, pelas fortes linhas curvas e diagonais, pelas quebras e separações bruscas, afastando-se do linearismo maneirista, numa turgidez coleante integrada numa monumentalidade cenográfica (Almeida, 1976, p. 632). Este estilo aplicou-se a áreas distintas como a arquitetura, a escultura, a pintura, a azulejaria e a cerâmica, o mobiliário, a ourivesaria e aos vidros.

Na arquitetura barroca, a expressão típica são as igrejas, construídas em grande quantidade durante o movimento da Contra Reforma. Rejeitando a simetria do renascimento, destacam o dinamismo e a imponência, reforçados pela emotividade conseguida através de elementos contorcidos e espirais, produzindo diferentes efeitos visuais, tanto nas fachadas quanto no desenho dos interiores.

Esta arquitetura religiosa compõe-se de elementos vários que pretendem dar o efeito de grandeza e forte emoção. O teto, elevado e elaborado com elementos de escultura, dá uma dimensão do infinito; as janelas permitem a penetração da luz de modo a destacar as principais esculturas; as colunas transmitem uma sensação de poder e movimento.

No norte do país a difusão do Barroco ficou a dever-se a dois centros – Braga e Porto – com uma linguagem relativamente diferente devido ao trabalho de Nicolau Nasoni que conseguiu, entre 1725 e 1763, uma articulação harmoniosa e equilibrada entre os elementos de um barroco fantasista e cenográfico que colheu na Itália e as tradições locais. Com o predomínio de uma arquitetura chã, as suas obras caracterizam-se pela utilização de relevos intrincados e dinâmicos em largas superfícies caiadas, obedecendo a um gosto nacional já antigo. A sua influência foi muito vasta no Norte e fundiu-se com o rococó, até ao aparecimento do neoclassicismo, quer na decoração dos edifícios religiosos, quer na conceção e proporções de edifícios civis.

Na escultura ganha destaque a talha de madeira que se desenvolveu, de forma original, nos últimos anos do século XVII. Foi abundantemente aplicada nos retábulos dos altares, nos coros, nos tetos, nos arcos e outras partes, forrando a ouro as igrejas. À talha associou-se o azulejo, as telas, das paredes e do teto, e ao pau-preto das grades, dos púlpitos, cadeiras, arcazes, armários e outros móveis, com ornatos em bronze ou latão. O conjunto conferia uma decoração riquíssima e tipicamente portuguesa.

Dos retábulos, a utilização da talha alastrou-se a todo o interior da igreja, formando o quadro onde se integravam as pinturas, esculturas, azulejos e os mármore. Das ricas igrejas das Confrarias e Ordens Religiosas, a talha dourada chegou também às capelas rurais.

As caixas dos órgãos ostentam uma talha de maior fantasia, decorada com figuras, por vezes burlescas, conferindo-lhes um aspeto exuberante. As sanefas, as janelas, os retábulos e tribunas foram usadas como molduras na decoração barroca nacional, quer joanina, quer rococó. Os cadeirais, telhados em castanho ou madeira do Brasil, dos coros de sés e mosteiros, com as consolas, peanhas e os respaldos esculpidos, orlavam figuras, relevos narrativos ou quadros pintados, conferiam ao conjunto um carácter monumental.

A pintura não acompanhou as transformações da arquitetura e da escultura. Manteve-se muito presa ao maneirismo italiano, afastando-se, assim, da evolução pictórica característica de Veneza, Holanda e Inglaterra. Do século XVIII, destacam-se em Portugal os pintores Francisco Vieira e Domingos António Sequeira.

A par da talha dourada, os azulejos foram a contribuição mais original da arte portuguesa na decoração barroca e rococó. No século XVIII, com a melhoria das condições económicas nacionais, foi sobejamente aplicado nas igrejas, mosteiros, palácios ou simples casas de habitação, jardins, fontes, tanques, escadarias e muros. O tipo policromado foi substituído, por influência da porcelana chinesa, pelo de adornos e cenas a azul-cobalto sobre fundo branco. Em locais específicos, como mosteiros, palácios e igrejas, eram aplicados conjuntos de grandes painéis figurados de acordo com esquemas decorativos pré-determinados. Nas casas modestas ou aposentos e dependências secundárias, era aplicado o designado azulejo popular, de figura avulsa (flores, aves, quadrúpedes, figuras humanas, barcos, carrancas) ou de pequenos painéis (com vasos floridos enquadrados por volutas ou figuras de golfinhos, sereias, meninos e outras ou justapostos em silhares com cercaduras ou barras de flores contorcidas). Em meados do século XVIII, surgiram os painéis de devoção com santos padroeiros ou advogados contra doenças e outros males, ou ainda crucifixos, marcando passos da via-sacra.

A grande azulejaria divide-se por quatro períodos: o primeiro – 1700|1725 – é a época dos mestres (Gabriel del barco, António Pereira, António de Oliveira Bernardes); o segundo – 1725|1755 – é a época das oficinas anónimas de Lisboa, Porto, Coimbra e outras localidades, consequência da generalização do gosto pelo azulejo; o terceiro – 1755|1780 – refere-se à época pombalina caracterizada pela generalização dos motivos rocaille e do regresso ao esquema de quatro cores – amarelo, verde, roxo e azul – nos enquadramentos e nos quadros centrais figurativos. Associam-se aos festões, sanefas e anjinhos da iconografia barroca os concheados assimétricos e a asa de morcego do estilo Luís XV, e o quarto – depois de 1780 – os motivos simplificados pompeianos, as grinaldas e as plumas, distribuídos com menos densidade por influência do neoclassicismo, dão à azulejaria um fundo mais arejado.

Na cerâmica do século XVIII, além das faianças de inspiração chinesa, afirma-se a influência das louças europeias, de Saxe e de Ruão, Espanha e Inglaterra. Foi importado pó de pedra, pastas de Wedgwood e de Staffordshire. O fomento da indústria do Marquês de Pombal facilitou o desenvolvimento de fábricas como a fábrica Cavaquinho, no Porto, em 1786. A decoração da louça era leve – ramalhetes, flores, folhagem, figuras, cenas de género, tipos populares; policromada ou monocromada com cercaduras, ondeados, vazados e recortados e variados esmaltes – anilado, azulado, branco e acinzentado, amarelado.

O mobiliário do século XVIII – cadeiras, mesas, cómodas, armários, papeleiras e

escrivaninhas – foi dominado, inicialmente, por formas barrocas. Curvatura, recortes, ondulados, acantos, vieiras, concheados e outros ornatos passam a caracterizar o mobiliário. Curvas e contracurvas, ornamentação assimétricas de tipo rocaille, travessão em X e saial de talha vazada. A ornamentação sobrepõe-se à funcionalidade. Gradualmente, a partir de meados do século, libertam-se da ornamentação excessiva por influência inglesa – Queen Anne e Chippendale – e neoclássica.

A ourivesaria religiosa do século XVIII foi marcada pela influência italiana, francesa e inglesa. Num primeiro período constata-se um prolongamento do século XVII. Os restantes períodos são marcados pelo barroco, do reinado de D. João V; pelo rocaille do reinado de D. José e pelo neoclassicismo do reinado de D. Maria. Enquadram-se nesta categoria cálices, galhetas, turíbulos, navetas, gomis, lavanda relicários, lampadários e tocheiros.

A ourivesaria civil, no primeiro quartel, é uma continuidade do reinado do D. Pedro. No reinado joanino, os exemplares de ourivesaria – salvas, gomis e lavandas, bacias da barba, tinteiros, faqueiros, terrinas, ampulhetas – acusam inspiração italiana. No terceiro quartel do século triunfou o rocaille aplicado a bules, cafeteiras, travessas e salvas com decoração de folhagem, rosas, miosótis, volutas e outras.

Nos vidros, destacam-se os vidros lisos, gravados ou pintados aplicados aos copos, vasos e jarras no século XVII e, com a criação da Real Fábrica de Vidros, por D. João V, e a de Guilherme Stephens, fundada em 1796, projetou o nível das obras em vidro da época.

O Barroco em Portugal

Em Portugal, devido à forte influência da arquitetura chã e do maneirismo, são raros os edifícios em que o movimento das massas arquitetónicas exteriores corresponde às estruturas internas. Os elementos arquitetónicos são usados com intenções decorativas, mas a escultura pode ter função arquitetural. Aliás, é no campo da ornamentação que o Barroco ganha originalidade, nomeadamente na decoração arquitetónica das frontarias – portais, janelões, empenas, torres – e, muito mais, na talha dourada – retábulos de altar e mobiliário religioso (púlpitos, cadeirais, órgãos, banquetas, grades, molduras), mobiliário profano (coches e berlindes) e no azulejo, ambos de características nacionais. Nos finais do século XVII já se verificavam exuberantes talhas douradas em fachadas planas, sem movimento, delimitadas pelas linhas direitas dos pilaretes e pilastras. A talha lavrada dourada foi, sem dúvida, o elemento forte do Barroco em Portugal.

Diferentes historiadores, nacionais e estrangeiros, dedicaram-se ao estudo da talha portuguesa, deforma a definirem-se grandes períodos, características e datas. Destacam-se Vítor Serrão e Francisco Lameira, que definiram três grandes períodos: protobarroco, barroco e tardo-barroco, e o historiador norte-americano Robert Smith que se dedicou ao estudo, de forma pioneira, da talha portuguesa, resultando daí a esquematização e datação da mesma. De ambos os estudos apresenta-se a síntese:

PROTOBARROCO

a) *Estilo arquitetural renascentista/maneirista*: de 1590 a 1675

Os retábulos adquirem a rígida estruturação parietal, imitando as fachadas dos edifícios maneiristas, com a clássica sobreposição de ordens ou em andar único. No segundo e terceiro quartel são visíveis indícios de mudança que se traduz no gradual abandono da rigidez estrutural dos retábulos maneiristas, quer pela “expulsão” da pintura, ocupando o seu espaço a estatuária, quer pela sobrecarga

decorativa a ocupar os espaços vazios e mesmo a estrutura arquitetónica que, lentamente, tende a submeter-se às regras do novo dinamismo barroco e, futuramente, pela adoção da coluna pseudosalomónica.

BARROCO

a) **Estilo nacional**, do último quartel do século XVII ao primeiro quartel do século XVIII. Esta designação é utilizada para revelar a originalidade portuguesa na estruturação do retábulo-mor:

- **Organização arquitetónica inspirada nos portais românicos** (arquivoltas concêntricas);
- **Colunas de fuste espiralado (pseudosalomónicas)** em que se enrolam folhas de videira, cachos de uvas, anjinhos (concordância entre a coluna salomónica do Antigo Testamento e a referência de Cristo “eu sou a vide” no Novo Testamento);
- **Abertura do espaço central para o trono**, estrutura em forma de pirâmide para a exposição do Santíssimo;
- **Predomínio de um carácter escultural por parte da talha que tende a ocupar toda a capela-mor, sair para o arco triunfal e até estender-se pelas paredes da igreja, formando a «igreja forrada a ouro».**

b) **Estilo joanino**, do início do segundo quartel do século XVIII a cerca de 1740. É caracterizado pelo regresso à dimensão arquitetural, com características cénicas, ilustrando os esquemas compositivos do barroco internacional que os artistas ao serviço de D. João V iam divulgando em Portugal:

- Adoção gradual da **coluna salomónica** italiana;
- Recurso às sanefas e cortinados lavrados em talha dourada;
- Internacionalização dos motivos decorativos – conchas, festões, grinaldas, cabeças de querubins, atlantes, palmas, baldaquinos, volutas, fragmentos de arcos, figuras alegóricas e anjos;
- Aquisição de **maior aparato por parte do trono**, recebendo, por vezes, iluminação própria.

TARDOBARROCO

a) **Estilo Rocaille**, de 1735 a 1765. Dependendo do centro de influência – Porto ou Braga -, o gosto rocaille dividiu-se entre o conservadorismo ligado às formas do barroco joanino no Porto, e a volumetria e turgidez da talha desenvolvida em Braga que a aproxima da decoração exterior dos edifícios em granito. A figura dominante de entalhador desta época foi o Frei José Santo António de Vilaça, monge beneditino ativo nos mosteiros da sua ordem de 1754 a 1790. Influenciado inicialmente por André Soares da Silva (entalhador responsável pelos retábulos da esfera de Braga), evolui noutra direção com características distintas, nomeadamente a depuração linear das formas acentuadamente rococó; a absorção de elementos da gramática neoclássica das artes decorativas e utilização da escaiola.

NEOCLASSICISMO

A talha deste estilo, a partir de 1790, valoriza o carácter estrutural da arquitetura que serve de inspiração, desvalorizando a ornamentação:

- Utilização de **colunas com formas simples**, com **frisos** ou **canelados**;
- Entablamentos com áticos com painéis quadrangulares, grinaldas “rígidas” e urnas de feição clássica;
- **Abandono** das plantas de **forma curva e grandes superfícies de ouro**;
- Adoção de **desenho mais clássico**, mais sóbrio e menos exuberante;
- Utilização da **simbologia relacionada com os rituais católicos** – mitras, chaves de S. Pedro, cálices e patena, entre outros -, loureiro, oliveira, palmas, folha de acanto e gavinhas unidas a outras plantas; **flores** – girassol, rosas, margaridas, lírios e flor-de-lis – e **frutos** nas grinaldas e festões, ou saindo de jarras.

Nos retábulos neoclássicos é visível, na vertente vertical, o carácter absolutamente simétrico e, na vertente horizontal, diferentes registos ou andares – base, embasamento, corpo e remate.

Estas mudanças de paradigmas na decoração interna das igrejas prendem-se, fundamentalmente, com as orientações da Igreja pós-tridentina, interessada numa via essencialmente mística e sensorial de manifestação de fé que pretende a adesão inconsciente do crente, estimulado pelo contacto visual, auditivo e até olfativo do espaço sagrado, em que as múltiplas referências se cruzam. À talha dourada coube esse papel de transformação dos espaços pobres na estruturação arquitetónica mas potencialmente abertos à renovação decorativa.

O BARROCO NO CONCELHO DA MAIA

❖ FREGUESIA DE ÁGUAS SANTAS

❖ Arquitetura Civil

a) Quinta de Corim

A construção desta casa remonta ao século XVIII. De traça barroca, destaca-se na construção típica de arquitetura chã e de planta em U, um equilíbrio harmonioso entre elementos decorativos barrocos, tais como a balaustrada, os pináculos, a escadaria frontal de acesso ao andar nobre, com as tradições locais, nomeadamente as extensas paredes caiadas (Fig. 1).



Fig. 1 – Quinta de Corimc

b) Quinta da Granja

A construção da Quinta da Granja remonta ao século XVIII. É constituída por um solar de arquitetura barroca, espoliada de alguns dos seus elementos ornamentais e por uma casa mais pequena. Dois lanços de escadas laterais de acesso ao andar nobre. Encontra-se rodeada por um

frondejante jardim de bucho, da época, que se encontra classificado e onde imperam árvores seculares como as japoneiras e as azáleas (Fig. 2).



Fig. 2 – Quinta da Granja

❖ Arquitetura Religiosa

a) *Capela de Santo António – Corim*

Construção setecentista de planta longitudinal e corpo único. A fachada principal é rematada em frontão triangular e enquadrada por pilastras toscanas nos cunhais, coroadas por pináculos nas empenas. É rasgada por portal de verga reta encimado por janelão circular.

No seu interior, destaca-se um retábulo de Santo António de estilo barroco de cariz nacional, imitando os portais de arquitetura românica (Fig. 3).



Fig. 3 – Capela de Santo António - Corim

b) *Igreja de Santa Maria de Águas Santas – Mosteiro – Igreja Nossa Senhora do Ó*

Igreja românica muito alterada pela justaposição de vários corpos novos nos séculos XIV, XVII e XIX. Do estilo barroco nacional destacam-se dois retábulos dos altares laterais em talha lavrada dourada, com as tradicionais colunas de fuste espiralado com respetivos elementos decorativos – anjos, parras, uvas. De referir, igualmente, um retábulo de talha lavrada dourada, estilo joanino, dois retábulos estilo *rocaille*, da escola do Porto, em talha lavrada dourada e policromada,

outro estilo *rocaille*, escola de Braga, e um outro ainda de estilo neoclássico (Fig. 4).

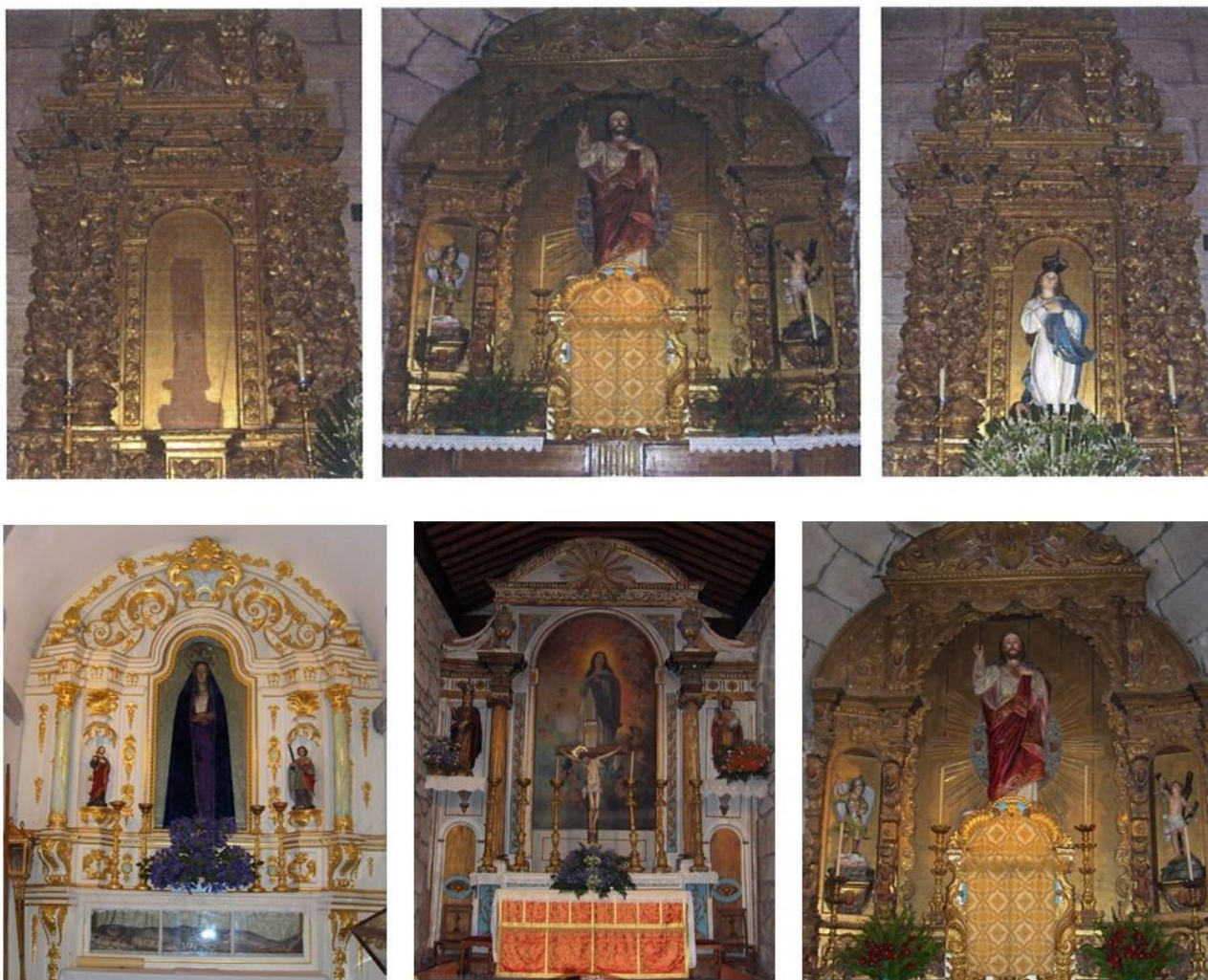


Fig. 4 – Igreja de Santa Maria de Águas Santas

c) Capela da Quinta da Quinta da Granja

Capela setecentista de estilo barroco. É composta por dois corpos. Num primeiro corpo, a porta de verga curva com frontão de volutas recortado e encimado por janelão retangular. Num segundo corpo, o frontão de empenas invertidas, rematado por cruz latina, em cujas ombreiras sobressaem os pináculos.

No seu interior, o retábulo-mor é *rocaille*, escola de Braga. A ladear o altar duas figuras angélicas policromadas, de acentuado barroquismo e de grande carga cénica na agitação das vestes e dos corpos (Fig. 5).



Fig. 5 – Capela da Quinta da Granja

d) *Capela Nossa Senhora de Guadalupe*

Construção do século XVIII, provavelmente de 1722, de traça barroca com respetivos elementos decorativos.

Pórtico principal constitui-se por colunas dóricas encimado por entablamento destacado onde se apoia, ao centro, uma vieira ladeada por volutas rematadas por pináculos contracurvados. Sobre o janelão, medalhão contracurvado, em cantaria, limitado por volutas onde se destaca uma flor-de-lis em relevo. Interiormente, apresenta as paredes e cobertura da capela-mor totalmente revestidas de pinturas, definindo painéis policromados emoldurados por volutas, folhas de acanto, flores-de-lis e outros elementos vegetalistas.

No interior, colateralmente, dois retábulos de talha lavrada dourada joanina. Capela-mor com cobertura em abóbada, revestida com pintura que se prolonga das paredes, e, ao centro, a representação de Nossa Senhora limitada por frisos pintados onde se sobrepõem grinaldas, flores-de-lis e acantos. Parede testeira totalmente preenchida pelo retábulo-mor (1746), de talha dourada estilo nacional, de três eixos definidos por colunas salomónicas decoradas com folhas de videira e cachos de uva, adquirindo carácter arquitetural.

No eixo central nicho com trono com a padroeira, e nos eixos laterais com baldaquino, imaginária sobre mísulas. Sobre a arquitrave, ao centro, pintura sobre madeira quadrangular representando a coroação de Nossa Senhora (Fig. 6).



Fig. 6 – Capela Nossa Senhora de Guadalupe

☒ FREGUESIA DO CASTÊLO DA MAIA

❖ Arquitetura Religiosa

a) *Barca – Igreja de S. Martinho*

Igreja de planta retangular composta por nave e capela-mor. Foi mandada construir no ano de 1690 pelo Abade da Lapa. Em 1706, segundo o Padre Carvalho da Costa, a igreja paroquial já tinha por orago São Martinho, sendo uma abadia das freiras de Vairão. Tem fachada com elementos ornamentais barrocos. Apresenta portal de verga curva e é sobrelevada por frontão curvo interrompido. É rematada por um frontão de lanços, tendo no tímpano nicho com imagem, coroado por cruz latina e ladeado de pináculos e de dois campanários com sino. As pilastras que ladeiam a fachada principal são rematadas ao nível do telhado por pináculos. No interior, dois altares laterais postos de ângulo, de estilo *rocaille*, escola de Braga, com baldaquino e colunas de fuste torso. Arco triunfal com sanefa (Fig. 7).

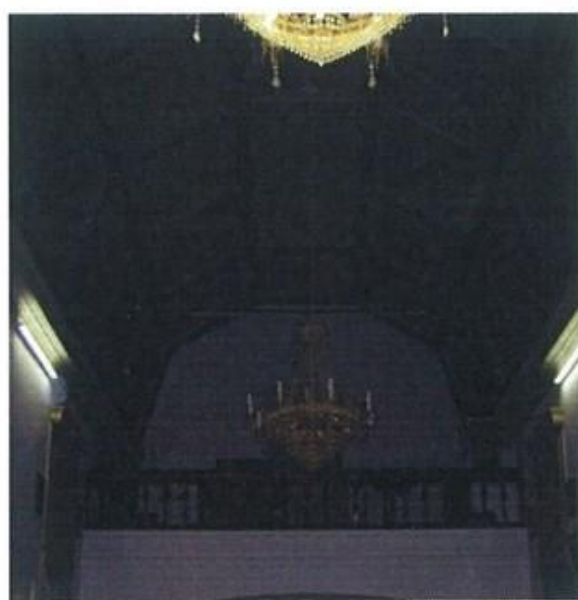


Fig. 7 – Igreja de S. Martinho de Barca

b) Barca – Capelas dos Passos

Via-sacra de arquitetura religiosa de traça barroca, composta por sete capelas.

As fachadas principais das capelas são em granito, com vão em arco de volta perfeita formando frontão interrompido por cartela com elementos decorativos. Ladeiam-no dois plintos quadrangulares encimados por fogaréu (Capela de Oração no Horto) ou pinha (Capelas da Prisão de Jesus, da Flagelação, da Coroação e da Condenação). Nas Capelas da Prisão de Jesus; da Flagelação; da Coroação de Espinhos e da Condenação de Jesus, as cartelas são sobrelevadas por uma concha, inserida em acrotério. A fachada da Capela da Crucificação é composta de portal de arco pleno. Remate em cartela abundantemente decorada. A Capela do Calvário é rematada por medalhão muito decorado e a Capela do Encontro tem retábulo neoclássico (Fig. 8).



Fig. 8 – Capelas dos Passos de Barca

c) Santa Maria de Avioso – Igreja da Nossa Senhora da Expectação

Edifício com frontaria barroca, organizada em dois corpos separados por cornija em granito e rematada por campanário composto por duas ventanas. É revestido a azulejo padronizado a azul e branco com dois painéis devocionais que flanqueiam o portal, figurando do lado esquerdo a Nossa Senhora da Expectação e do lado direito o S. José. O portal, de verga curva, é rematado por frontão interrompido sobrelevado por óculo quadrilobado. O frontão, de lanços com remates de volutas ao

nível da cornija, é superiormente interciso. O campanário é em granito e dotado de dois vãos preenchidos por sinos, rematados por frontão interrompido coroado por uma cruz latina (Fig. 9).



Fig. 9 – Igreja de Nossa Senhora da Expectação de Santa Maria de Avioso

No interior da igreja existem importantes retábulos de talha lavrada dourada, policromada com escaiolado, de estilo *rocaille*, escola do Porto, e dois anjos tocheiros. O retábulo-mor antigo, e agora inexistente, foi dourado em 1681 por 9\$000 a cargo do Mosteiro de Santa Clara do Porto, a quem pertencia o padroado da Igreja, não se sabendo quem foi o mestre dourador (Anexo 1). De destacar, em nicho no interior, imaginária provavelmente do século XVII, representando culto a Santa Ana.

d) Santa Maria de Avioso – Capela de Santo Ovídio

Arquitetura religiosa setecentista. Capela de planta longitudinal simples, de espaço único, com cobertura interna de madeira em masseira. Construção de um só corpo. A fachada principal é enquadrada por pilastras toscanas firmadas por pináculos. Termina em empena intercisa por plinto com cruz latina. O portal apresenta verga curva com frontão de arco contracurvado. É ladeado por duas janelas devocionais (Fig. 10).

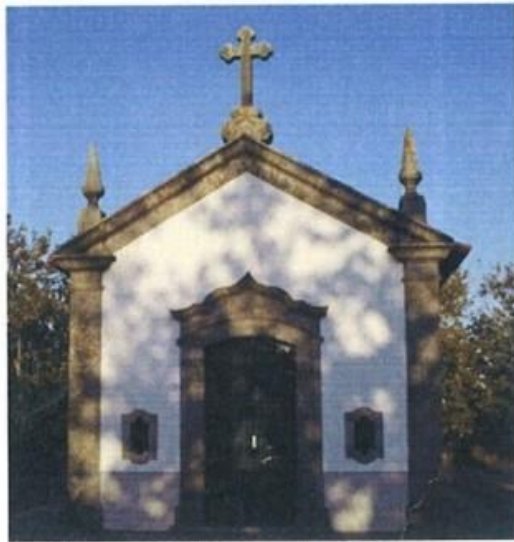
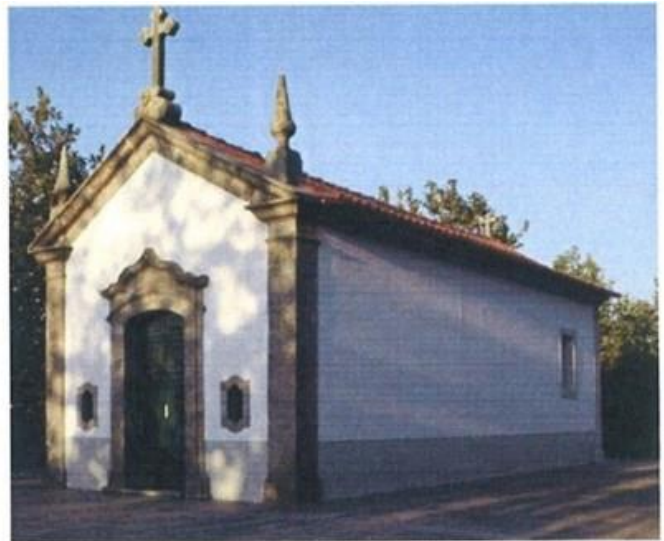


Fig. 10 – Capela de Santo Ovídio em Santa Maria de Avioso



e) Santa Maria de Avioso – Capela de S. José

Capela de invocação a S. José cujo culto se desenvolveu a partir do século XVII. Datada de 1729, tem só plano com características barrocas.

A frontaria, delimitada por pilastras do tipo toscano, é de risco simples e termina em empena quase triangular definida por moldura semelhante à da cornija em papo de rola que corre lateralmente. No topo da fachada, uma sineira em forma de ferradura, encimada por cruz e, nas extremidades sobre as pilastras, dois pináculos em esfera.

O portal de verga reta encimado por frontão triangular interrompido, rematado por nicho profusamente decorado com bordos arrepiados e concha na qual se insere a efígie da invocação da capela. A ladear o portal duas janelas devocionais.

No interior um retábulo de talha dourada e policromada, de inspiração nacional, com a presença de colunas torsas, pseudosalomónicas, onde se enrolam folhas de videiras e cachos de uva (Fig. 11).



Fig. 11 – Capela de S. José em Santa Maria de Avioso

f) São Pedro de Avioso – Igreja de S. Pedro

Edifício seiscentista com frontaria barroca organizada em dois registos separados por cornija em granito. A fachada caracteriza-se pelo tímpano recortado, encimado por cruz latina trifoliada. Nas pilastras assentam os pináculos. Porta principal de verga curva, com volutas nos extremos das ombreiras, sobrelevada por frontão invertido, em cujo tímpano se encontram as armas relativas a S. Pedro: as chaves e a mitra.

No interior, os retábulos, da capela-mor e os laterais, são em talha lavrada dourada *rocaille*,

escola do Porto, como documentam os elementos decorativos e a escaiola, técnica de pintura imitando o mármore (Fig. 12).



Fig. 12 – Igreja de S. Pedro em S. Pedro de Avioso

❖ FREGUESIA DA CIDADE DA MAIA

❖ Arquitetura Civil

A arquitetura civil segue os princípios da designada arquitetura chã, desenvolvida durante o período filipino, basicamente maneirista de estrutura clara e robusta, com superfícies lisas e pouca decoração. No século XVIII é adotado o modelo barroco imitando os palácios franceses caracterizado por dois andares, planta em U ou L, pátios, escadarias, jardins e fontes à italiana e decoração sóbria.

a) *Quinta dos Cónegos*

Casa do século XVIII de estilo barroco com influência da escola Nasoni. Smith admite a existência de elementos escultóricos e arquitetónicos do próprio Nasoni (Alves; Barbosa, 2016), com destaque para os chafarizes.

As obras de arquitetura do corpo antigo do edifício atual terão sido executadas entre 1727 e 1737, sendo a capela da Sagrada família datada do século XVII (1681).

Destacam-se na construção típica de arquitetura chã de planta em U, um equilíbrio harmonioso entre elementos decorativos barrocos, tais como a balaustrada, os pináculos, a escadaria de acesso ao andar nobre, a utilização de mísulas e volutas, as fontes e espelhos de água integrados no jardim, de possível influência italiana, com as tradições locais, nomeadamente as extensas paredes caiadas. Ligada, desde a sua origem, ao Cabido da Sé (cónegos, irmãos João e Manuel Pinheiro de Aragão), desempenhou essencialmente função residencial de descanso e veraneio.

Em meados do século XX, e já na posse do Dr. Sobral Mendes, sofre alterações, sendo a sua estrutura restaurada e ampliada obtendo a atual configuração (Fig. 13).



Fig. 13 – Quinta dos Cónegos

b) Quinta de Fafiães

Casa de arquitetura barroca e dotada de capela num dos extremos. Planta em L com volumes articulados que se desenvolvem horizontalmente. O acesso ao andar nobre da fachada principal é feito por escadaria de um só lanço. Domina a frontaria um motivo decorativo incorporando porta e janela. Frente à casa, situa-se tanque com espaldar formando frontão contracurvado com nicho no tímpano. Quer a edificação da casa quer da capela são atribuídas a Nicolau Nasoni, que as terá executado entre 1733 e 1735 (Fig. 14).



Fig. 14 – Quinta de Fafiães

❖ Arquitetura Religiosa

a) *Maia – Capela da Quinta dos Cónegos*

A capela da Quinta dos Cónegos, sob invocação da Sagrada Família ou de Jesus, Maria e José, terá sido erigida em 1681, segundo indica a inscrição no portal. Apresenta porta de verga reta encimada por frontão triangular interrompido rematado por cruz latina. Nas pilastras os pináculos. Encontra-se adossada à habitação, comunicando interiormente com esta através de uma tribuna, de onde os proprietários da casa assistiam à missa. A nave, coberta por uma abóbada de berço, integra um retábulo de talha dourada e policromada com imaginária barroca seiscentista, estofada policromada. No exterior, salienta-se o portal, cuidadosamente lavrado, o qual se encontra rematado por um frontão triangular interrompido, assim como os pináculos piramidais que coroam as pilastras. Do ponto de vista estilístico, e tendo em conta a data que aparece no portal, poderá corresponder a uma fase inicial do barroco, o protobarroco, dada a contenção das formas (Fig. 15).

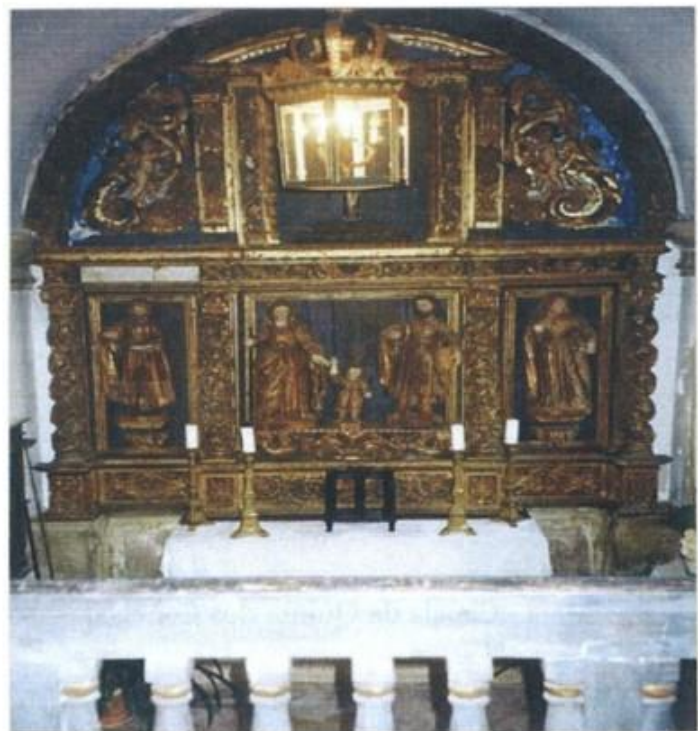


Fig. 15 – Capela da Quinta dos Cónegos

b) Maia – Santuário Mariano Nossa Senhora do Bom Despacho

Igreja de traça barroca construída no século XVIII com adição da torre no século XIX. A frontaria é composta por frontão de lanços entre sineiras.

A fachada principal é dividida em três planos por pilastras, correspondendo aos laterais à torre. Remate em frontão de lanços com nicho tendo imagens no tímpano, encimado por cruz latina e flanqueado por campanários preenchidos por azulejos figurativos. É rematado por balaustrada encimada por urnas. O portal de verga reta é ladeado por pilastras e encimado por frontão de volutas interrompido, sobrepujado por óculo quadrilobado com vitral.

No interior, dois retábulos colaterais de talha dourada estilo joanino com os respectivos motivos ornamentais – conchas, palmas, plumas, volutas, festões e grinaldas de flores, baldaquinos, sanefas e anjos – e vãos com sanefas e molduras também de talha. Arco triunfal pleno, ladeado por retábulos de talha lavrada estilo joanino e encimado por revestimento de talha abundantemente lavrada, igualmente de estilo joanino.

Na capela-mor, amplo retábulo de talha dourada joanina com imagens laterais em mísulas entre colunas de fuste espiralado cobertas de parras e cachos, com aves e anjinhos. Ao centro a existência de um corpo piramidal de vários andares, o trono, destinado à exposição do Santíssimo. Teto de madeira formando caixotões pintados (Fig. 16)

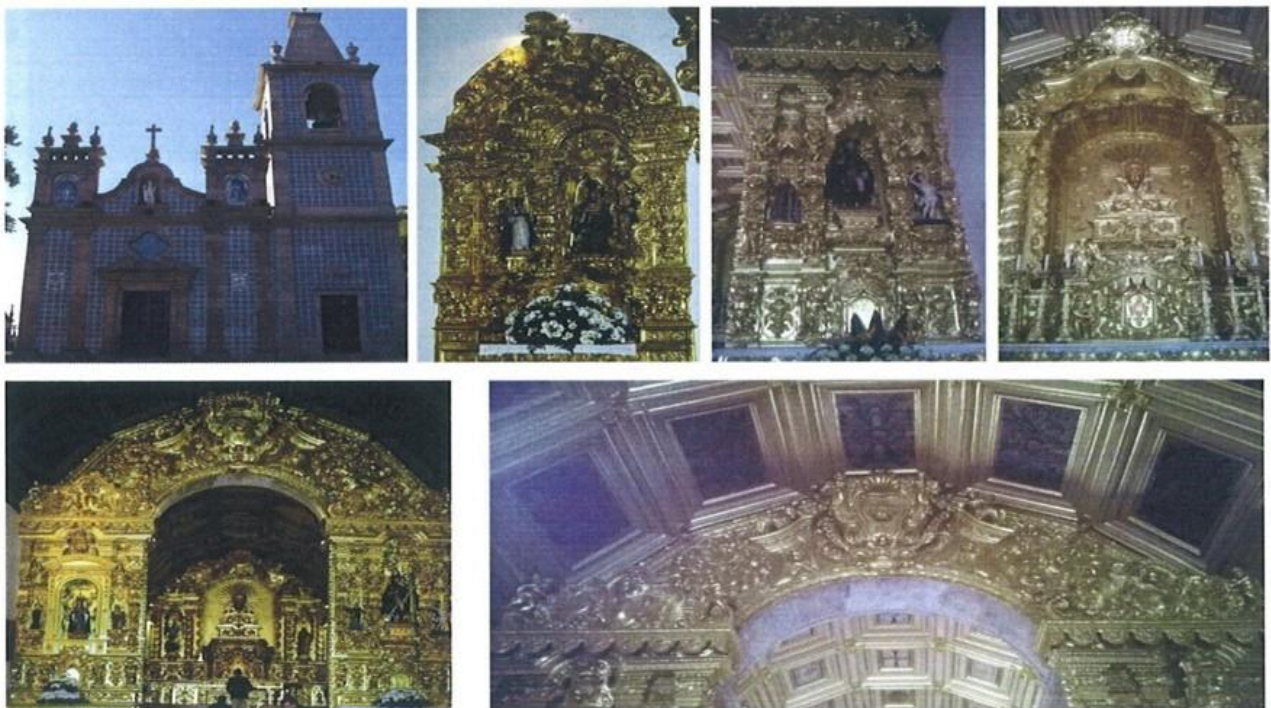


Fig. 16 – Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho - Maia

c) Maia – Capela do Senhor dos Passos

Pequena capela de arquitetura barroca construída nos séculos XVIII e XIX. A fachada principal é de um só plano e remata em empena truncada no vértice por campanário encimado por cruz latina. Porta principal de verga reta, ladeada por janelas devocionais, com padieira saliente sobrepujada por frontão curvo com volutas na base e rematado por flor-de-lis.

As pilastras são rematadas por pináculos. A fachada norte é rematada por urna encimada por cruz latina. O teto é revestido a madeira, em formato de masseira. No altar-mor figura o retábulo de talha lavrada dourada (Fig. 17).

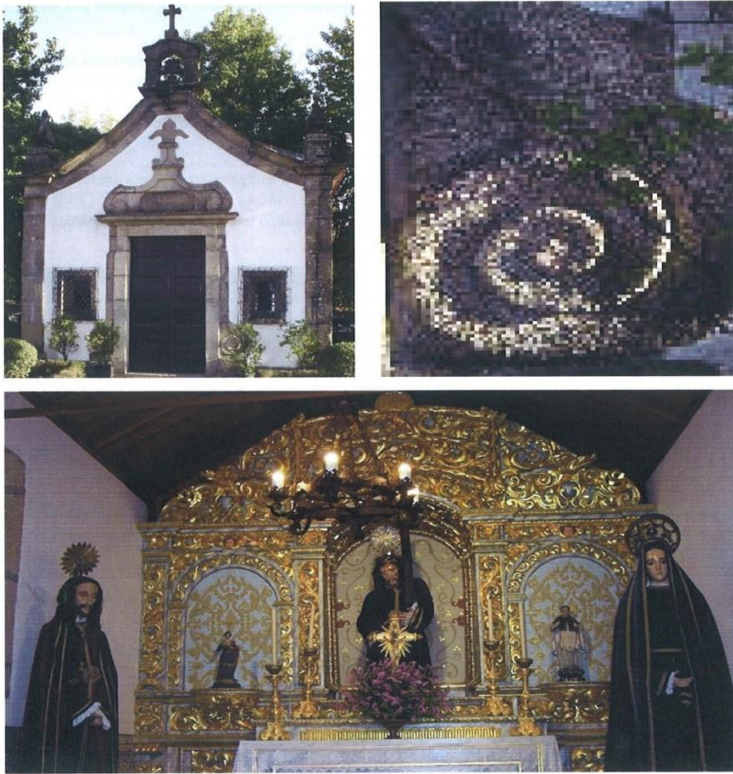


Fig. 17 – Capela d Senhor dos Passos - Maia



Fig. 18 – Capela de Fafiães - Maia

d) Maia – Capela de Fafiães

Adossada à Quinta de Fafiães, encontra-se a capela inserida no topo norte da fachada principal da casa. É, na atualidade, de invocação a Nossa Senhora do Desterro, no entanto, foi mandada construir, no século XVIII, pelo Ver. Manuel Barbosa de Cidadelhe, por invocação a Nossa Senhora da Assunção. A ornamentação da fachada incide em elementos barrocos. O portal ostenta verga curva e recortada ligada a janela, com emolduramento igualmente recortado. Remata-a frontão curvo com pináculos volumosos nos cunhais. A capela encontrava-se pronta em 05 de agosto de 1735 (Fig. 18). Tinha à data paramentos e boas imagens. Existe referência ao retábulo, que, atendendo à data, seria barroco, referindo que estaria pronto até ao Natal desse ano, ou seja, 1735 (Anexo 2).

e) Gueifães – Igreja de S. Faustino

Edifício construído no século XVIII. A frontaria é rematada em frontão triangular interciso e revestida com azulejos neobarrocos. Remate em empena truncada por cruz latina e flanqueada por campanários rematados por frontão de volutas interrompido e em que os vãos se apresentam preenchidos por registos em azulejo azul e branco, figurando S. Faustino no lado do evangelho e Nossa Senhora da Saúde no lado da Epístola. Portal de verga reta com frontão interrompido, tendo no centro uma esfera (Fig. 19).



Fig. 19 Igreja de S. Faustino - Gueifães

Os retábulos existentes na igreja são neoclássicos, no entanto, teve retábulos em talha dourada barroco nacional, conforme escritura, realizados pelo mestre entalhador Francisco Correia Carneiro (Anexo 3).

f) Vermoim – Igreja de S. Romão

O edifício é de construção neoclássica. O barroco, destacando-se o rocaille da escola de Braga, encontra-se no retábulo-mor como documentam os elementos ornamentais em concheados, bem evidentes nas mísulas, as plumas e a turgidez do retábulo. O arco triunfal e os restantes altares colaterais e laterais são neoclássicos (Fig. 20).

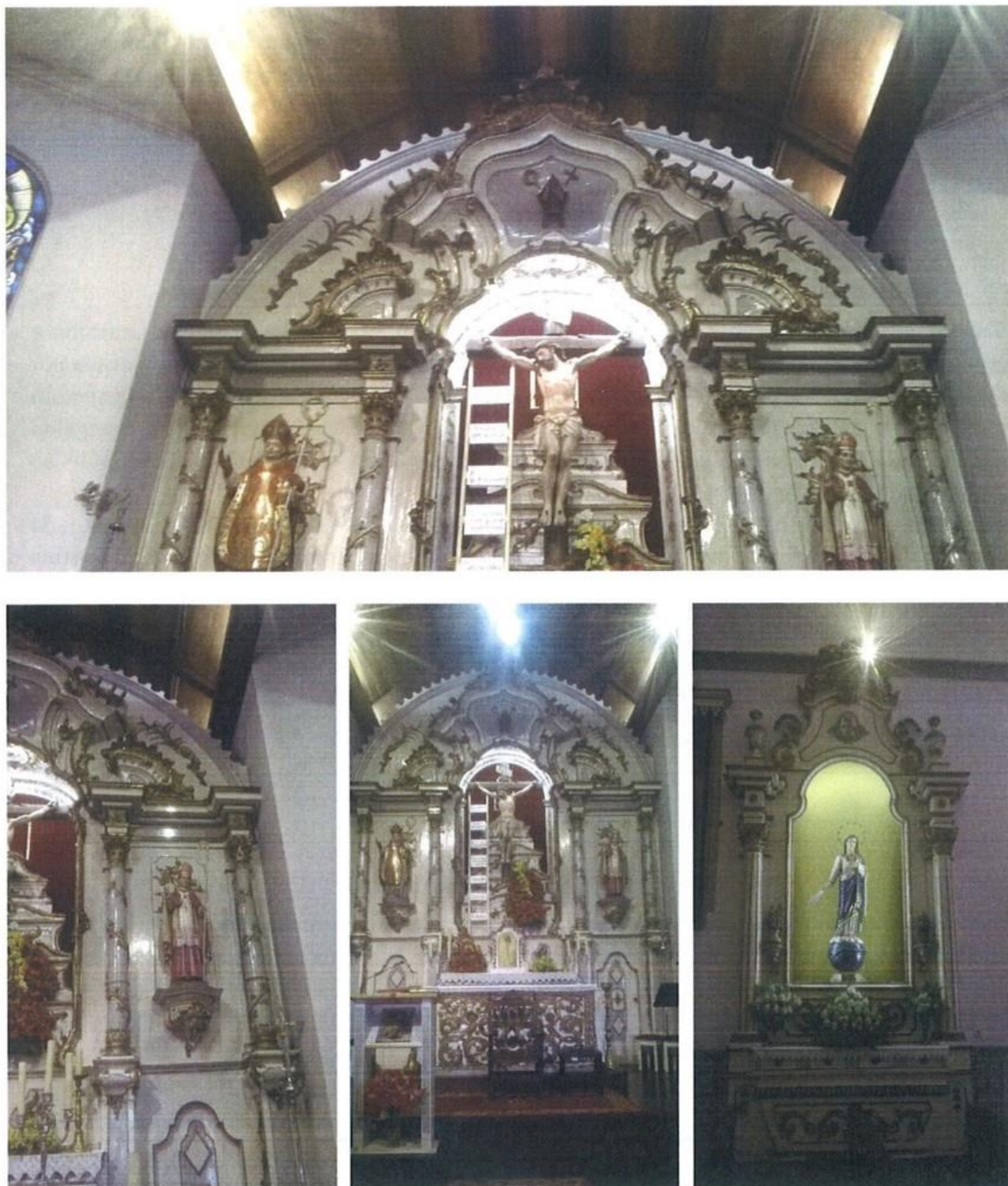


Fig. 20 Igreja de S. Romão - Vermoim

Os altares foram sujeitos a obras de conservação e restauro em 1996/97, incidindo na pintura e na limpeza das áreas em talha dourada. Na imaginária, destaca-se S. Romão, imagem estofada policromada.

❖ FREGUESIA DE MILHEIRÓS

❖ Arquitetura Religiosa

a) Igreja de Santiago de Milheirós

Igreja de traça barroca e planta longitudinal com nave única. A fachada principal tem três planos, divididos por pilastras, e torre sendo revestida a azulejo padronizado azul e branco. O portal, de verga reta, é sobrelevado por frontão interrompido e apresenta ao centro a inscrição “R. 1697”. É ladeado por painéis devocionais, figurando do lado do Evangelho São Tiago e do lado da Epístola, Santa Luzia. O frontão é flanqueado por jarrões no alinhamento das pilastras que marcam os planos laterais e é rematado por cruz latina. No interior, existem dois retábulos laterais neoclássicos com baldaquino, dispostos simetricamente. O arco triunfal é pleno e dotado de sanefa de talha dourada e branco estilo *rocaille*. A capela-mor tem amplo retábulo de talha branca e dourada também *rocaille*, com trono central e imagens laterais em mísulas entre colunas de fuste espiralado. Portal de entrada com mísulas e volutas lavradas em pedra (Fig. 21). A obra de douramento dos dois retábulos colaterais e do sacrário, bem como de pintura dos painéis e do frontispício do arco foi efetuado no século XVIII pelo mestre dourador e pintor Francisco de Mesquita que prestou garantia, por oito anos, à obra do douramento na Igreja conforme escritura de obrigação e garantia de 1727 (Anexo 4).



Fig. 21 Igreja de S. Tiago - Milheirós

(Conclui no próximo número)

Comendador Augusto Simões

Esboço biográfico

Vítor Maia*

Resumo: Augusto Simões (Simão) Ferreira da Silva foi uma figura fundamental na história da Maia e do norte do país nos fins do século XIX e primeira metade do século XX. Além de lavrador moderno, grande defensor da agricultura da viticultura e da criação de gado, tendo sido dirigente associativo de relevo. Foi presidente do Senado Municipal e presidente da Câmara Municipal da Maia.

Palavras-chave: Augusto Simões; técnicas agrícolas; viticultura; associativismo

A vida de Augusto Simões¹

Distinto maiato, foi figura nacional de destaque na defesa da agricultura e da pecuária, tendo sido agraciado pelo Governo com a Ordem de Mérito Agrícola.

Augusto Simão Ferreira da Silva nasceu às vinte e uma horas do dia 6 de abril de 1881, no antigo *Lugar de Pedrouços* da freguesia de Águas Santas. Só em 1985 é que Pedrouços foi elevada a freguesia, sendo, até essa altura, um lugar da freguesia de Águas Santas. O pai, António Simão Ferreira da Silva, natural de Pedrouços, e a mãe, Rosa da Silva Neves, natural de S. Mamede Infesta, eram abastados lavradores.

Era neto paterno de Manuel Simão Ferreira da Silva e de Maria Ferreira da Silva, e neto materno de Manuel Ferreira Neves e de Joaquina da Silva Neves. Foi batizado no dia 21 de abril de 1881, na igreja paroquial de Santa Maria de Águas Santas. Os padrinhos de 1881-1984batismo foram Manuel Simão Ferreira da Silva (Júnior), solteiro, lavrador e natural de Pedrouços e Joaquina da Silva Neves, viúva, natural de S. Mamede Infesta.



Augusto Simão Ferreira da Silva
(1881-1948)

Crescendo no seio de uma família em que os homens tinham todos Simão no nome, é natural que começasse a ser conhecido pelo *Augusto dos Simões*. Com o passar dos anos, a contração da preposição com artigo definido terá desaparecido, ficando apenas Augusto Simões, facto que não lhe terá causado desagrado. Em todas as pesquisas efetuadas, aparece sempre como Augusto Simões. As únicas exceções são o registo de casamento e a lápide aposta no busto que se encontra na Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, situada na Rua da Restauração, na cidade do Porto, que apresenta o seu verdadeiro nome, Augusto Simão Ferreira da Silva. Também Álvaro do Céu Oliveira refere na última página do Tema 6 dos Temas Maiatos – *A Terra da Maia e as*

* Professor do Ensino Secundário. Investigador de História Local.

¹ Este texto constitui um capítulo do livro do autor intitulado *Ilustres da Maia – Biografias, Volume I*, editado na Tipografia Lessa em 2018

Lutas Liberais que, na instrução primária, Augusto Simões era conhecido por Augusto Simão.

Era um homem simples e sem vaidades, que tinha orgulho em ser lavrador. Apresentava-se, regra geral, com um aspeto um tanto ou quanto descuidado, de fato enxovalhado, com a barba por fazer e as unhas crescidas. Fumador inveterado, tinha os dedos e o bigode amarelados pelo fumo do cigarro que nunca largava. Apesar do seu aspeto negligente, era, no entanto, um bom conversador. Em virtude do seu trato afável e do poder de expressão, facilmente conquistava a



Casa de Augusto Simões em Pedrouços

simpatia de todos.

Durante toda a sua vida assumiu a causa do desenvolvimento agrícola, participando nas mais diversas iniciativas e tornando-se uma figura nacional. Conhecedor do mundo rural como poucos, atacava os problemas de frente, sem rodeios e sem falinhas mansas, apontando falhas e soluções. De postura interveniente, era um orador eloquente na defesa da modernização da agricultura e da pecuária, promovendo os progressos da ciência e a utilização de novos equipamentos. Fez parte de uma comissão técnica da Junta dos Produtos Pecuários. Dedicou-se a fundo aos problemas das carnes, tendo sido responsável pela criação, em 1930, dos talhos da lavoura da Federação dos Sindicatos Agrícolas. Era também apologista e defensor do associativismo agrícola. Quando ele falava, regra geral as pessoas segredavam entre si *Vai falar o Simões*, como forma de alertar as pessoas para estarem atentas. As suas palavras eram sempre escutadas com respeito e atenção.

Em 30 de janeiro de 1932, como prova do reconhecimento do seu trabalho em prol do desenvolvimento da agricultura e da pecuária, foi agraciado com a Ordem de Mérito Agrícola, passando a usufruir do título de Comendador.

Tinha outros interesses além da agricultura, não dispensando a leitura de um bom livro e estando atento à vida política e ao associativismo dos trabalhadores.

Esteve ligado ao nascimento do Sindicato Agrícola da Maia. No dia 22 de dezembro de 1932, reuniram-se cerca de cento e sessenta e dois homens para testemunharem o nascimento do Sindicato Agrícola da Maia. A reunião foi presidida por Augusto Simão Ferreira da Silva, que

explicou os benefícios da união dos agricultores, tendo de seguida sido feita uma eleição dos primeiros órgãos diretivos. Eleitos os corpos diretivos, foi decidido que os mesmos tomariam posse a 9 de janeiro de 1933. O Sindicato Agrícola da Maia fez uma apresentação muito digna na Primeira Feira das Colheitas, realizada no desaparecido Palácio de Cristal, na cidade do Porto, em outubro de 1947. Além de um Diploma de Honra, a sua participação deu origem a um prémio pecuniário de três mil cento e noventa e um escudos, o equivalente a aproximadamente dezasseis euros na moeda atual, um valor elevado para a época.

Em 1941, o Sindicato Agrícola da Maia deu origem ao Grémio de Lavoura da Maia e Augusto Simões foi nomeado presidente da direção para o triénio 1945-1948.



Placa nas antigas instalações da Cooperativa Agrícola da Maia

O seu interesse pela vida política levou-o a ocupar cargos de destaque na administração local e a participar nas mais diversas iniciativas políticas.

Após a implantação da república em 5 de outubro de 1910, a Constituição Portuguesa de 1911 cria um novo órgão autárquico administrativo, o Senado, que funcionou até ser dissolvido pelo golpe de 28 de maio de 1926, que pôs termo à Primeira República Portuguesa. Entre 2 de janeiro de 1915 e 2 de janeiro de 1922, Augusto Simões foi sempre vice-presidente do Senado da Maia. Em 3 de janeiro de 1922, tomou posse como presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Maia, cargo que ocupou até 15 de abril de 1923. A 2 de janeiro de 1926, é vice-presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal da Maia, sob a presidência do Dr. António dos Santos. Assumiu a Presidência da Câmara Municipal da Maia a 2 de janeiro de 1941, ocupando esse cargo até 6 de dezembro de 1944.

Em 1930, em virtude de uma possível anexação do concelho da Maia a Valongo, a edilidade maiata formulou convites aos ministros do interior, do comércio e da agricultura, para visitarem a Maia, aquando de uma anunciada deslocação ao norte do país. Os ministros aceitaram o convite e, no dia 17 de novembro de 1930, deslocaram-se, em cortejo, da cidade do Porto para a

Maia. Na comitiva estavam apenas os ministros do interior e da agricultura, uma vez que o ministro do comércio teve que regressar a Lisboa, em virtude de um imprevisto de última hora. Em ambiente festivo, depois de muitas aclamações, foguetes e aplausos, os ministros foram para o salão nobre da Câmara Municipal, onde foram recebidos pelo Dr. António dos Santos e por outros membros da edilidade maiata. Cumpridas as formalidades de receção e boas vindas, seguiu-se uma visita ao concelho.

Depois do almoço e depois de uma intervenção do Coronel Linhares da Lima, ministro da agricultura, Augusto Simões falou em nome dos seus conterrâneos, a propósito da afirmação de que a Maia é um concelho sem vida, feita pelo secretário da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, dizendo o seguinte: *É bem verdade que não temos avenidas, nem casinos, nem palaces. Em contrapartida temos trabalho – o árduo trabalho da terra, a glória da Lavoura, a salvação da Pátria. Não somos um concelho de turismo, mas somos um concelho laborioso. Não temos um parque de automóveis luxuosos, mas temos arados quanto baste. Talvez por isso, as Câmaras Municipais desta terra sejam compostas maioritariamente, quase sempre, por gente da lavoura, de faces tismadas pelo sol, de mãos gretadas pelo uso de utensílios agrícolas. Até o presidente do município andava de socos e de peito descoberto, e de chapéu de palha enfiado na cabeça, todas as manhãs, a tratar da sua propriedade. Ele, como todos os lavradores da sua circunscrição, amavam a terra, bendiziam a terra, porque a regavam com o seu próprio suor. Não tinha a Maia problemas financeiros ou cambiais. Todos os seus problemas eram de natureza agrária, e bom seria que ninguém se esquecesse de que era à lavoura que a indústria ia buscar a matéria de que precisava. A nível nacional, precisava, pois, a agricultura de se organizar dentro de uma política rasgadamente agrária e não de perigosos urbanismos.*

A seguir às palavras de Augusto Simões, seguiu-se uma estrondosa salva de palmas. A visita dos ministros continuou pela tarde dentro, tendo feito a inauguração do campo de futebol do Atlético Clube os Barreirense, em Catassol. A visita terminou, pelas dezoito horas, com uma sessão solene nos Paços do Concelho. Depois de alguns discursos e frases protocolares, o secretário da Câmara Municipal da Maia leu a seguinte mensagem endereçada ao ministro da agricultura:

Excelentíssimo Ministro da Agricultura. O concelho da Maia, honrando-se com a visita de Vossa Excelência, aproveita esta feliz oportunidade para indicar ao espírito esclarecido de Vossa Excelência o nome do cidadão Augusto Simões Ferreira da Silva, como o mais ilustre representante da Lavoura da Maia. Este concelho é essencialmente agrícola, sendo a sua principal riqueza este solo abençoado de onde o homem extrai todos os produtos que bastam à sua alimentação e em grande parte são exportados para a vizinha cidade do Porto. Augusto Simões Ferreira da Silva tem sido, entre nós, o pioneiro da grande causa da lavoura, promovendo o progresso das culturas e a propaganda dos modernos instrumentos agrícolas. A ele se deve, em grande parte, o entusiasmo despertado pela Primeira Exposição do Milho realizada o ano findo, e o seu nome está ligado também à Exposição que V. Ex.^a se dignou inaugurar, ontem, no Palácio de Cristal. O concelho da Maia ousa lembrar a V. Ex.^a a justiça de um galardão que o Governo, a que V. Ex.^a pertence, poderá conceder a tão ilustre e benemérito cidadão, porque honrando Augusto Simões Ferreira da Silva, honrar-se-á o nobre e progressivo concelho de que ele é um dos mais ilustres filhos.

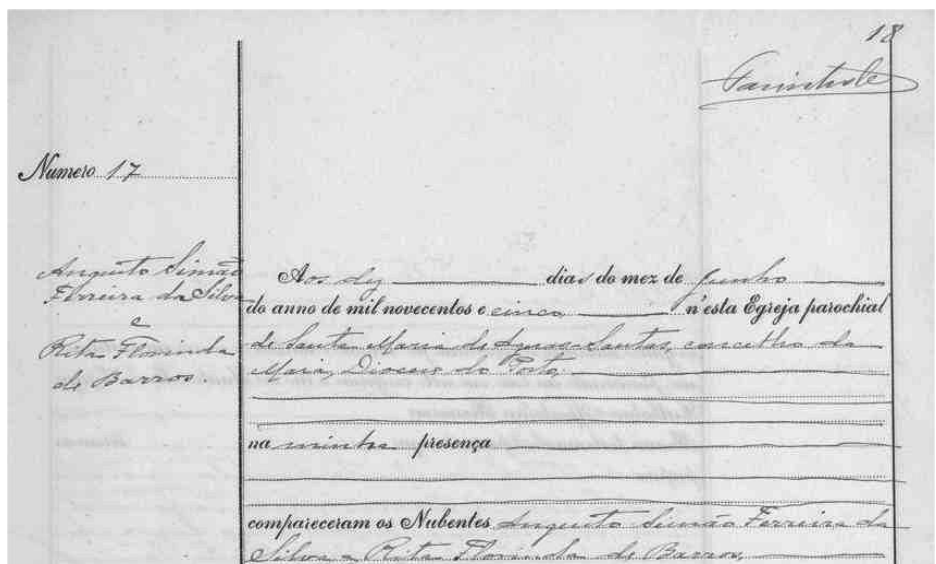
Augusto Simões manifestou energicamente os seus protestos de discordância a esta mensagem, mas a sua voz foi abafada pela estrondosa salva de palmas de todos os presentes. Os ministros ficaram bem impressionadas com a Maia, com o seu trabalho e desenvolvimento e com as manifestações de carinho com que foram recebidos. Regressados a Lisboa, transmitiram ao

Governo essas impressões, bem como a menagem recebida. O futuro do concelho da Maia voltou a afigurar-se risonho e, dois anos mais tarde, Augusto Simões foi agraciado pelo Governo com a Ordem de Mérito Agrícola.

Nos dias 8 e 9 de julho de 1932, participou ativamente nas comemorações do centenário do desembarque das tropas liberais na Praia de Pampelido, em Matosinhos. As comemorações, organizadas pelas câmaras municipais da Maia e de Matosinhos, foram realizadas de forma um pouco dissimulada, atendendo a que nessa altura o liberalismo era marginalizado e combatido. Na tarde do dia 8 de julho, junto às instalações dos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia, organizou-se um cortejo, formado pelas entidades concelhias, pelo conselheiro Luís Magalhães e por muitas pessoas, que rumou em direção a Pampelido. Chegados à praia, o conselheiro Luís Magalhães descerrou uma lápide no obelisco referente à efeméride. Em seguida, em nome da comissão organizadora, falou Augusto Simões que se congratulou com a presença do ilustre Dr. Luís Magalhães. Como representante da Câmara Municipal da Maia, fez questão de frisar que a edilidade não podia ficar indiferente à passagem do primeiro centenário do desembarque das tropas constitucionais, uma vez que esses atos de bravura tinham sido realizados nas suas terras. No dia 9 de julho, de manhã, realizou-se uma missa campal no Largo do Exército Libertador, em Pedras Rubras. À tarde, depois de colocada uma lápide alusiva à efeméride na casa onde na noite de 8 para 9 de julho de 1832 dormiu D. Pedro IV e a sua comitiva, procedeu-se ao lançamento da primeira pedra de um monumento a erigir em memória de D. Pedro IV. O monumento nunca chegou a ser construído.

Em relação a estas comemorações do centenário do desembarque das tropas liberais em Pampelido, Álvaro do Céu Oliveira diz o seguinte: *Só Augusto Simões, figura imponente de maiato, simpático como a alegria, de voz rica e sonora, não vacilou nem se escondeu das solenidades comemorativas de um acontecimento de tão transcendente significado para o concelho e para a Nação. Mas Augusto Simões, o lavrador-rei, era assim mesmo como o pinto: homem honesto, de caráter e de uma sensibilidade incomparável. Por isso, muitos não lhe perdoaram o prestígio. Era a inveja!*

A 10 de junho de 1905, na igreja paroquial de Santa Maria de Águas Santas, Augusto Simão Ferreira da Silva casou com Rita Florinda de Barros, que era natural da freguesia de Paranhos, na cidade do Porto. Ele tinha vinte e quatro anos e ela vinte. Rita Florinda de Barros, nasceu no dia 11 de maio de 1885, na freguesia de Paranhos. Era filha de Arnaldo Ferreira da Silva Barros e de Florinda Joaquina da Silva. A felicidade do casal durou apenas alguns meses, pois Rita Florinda de Barros faleceu a 17 de novembro

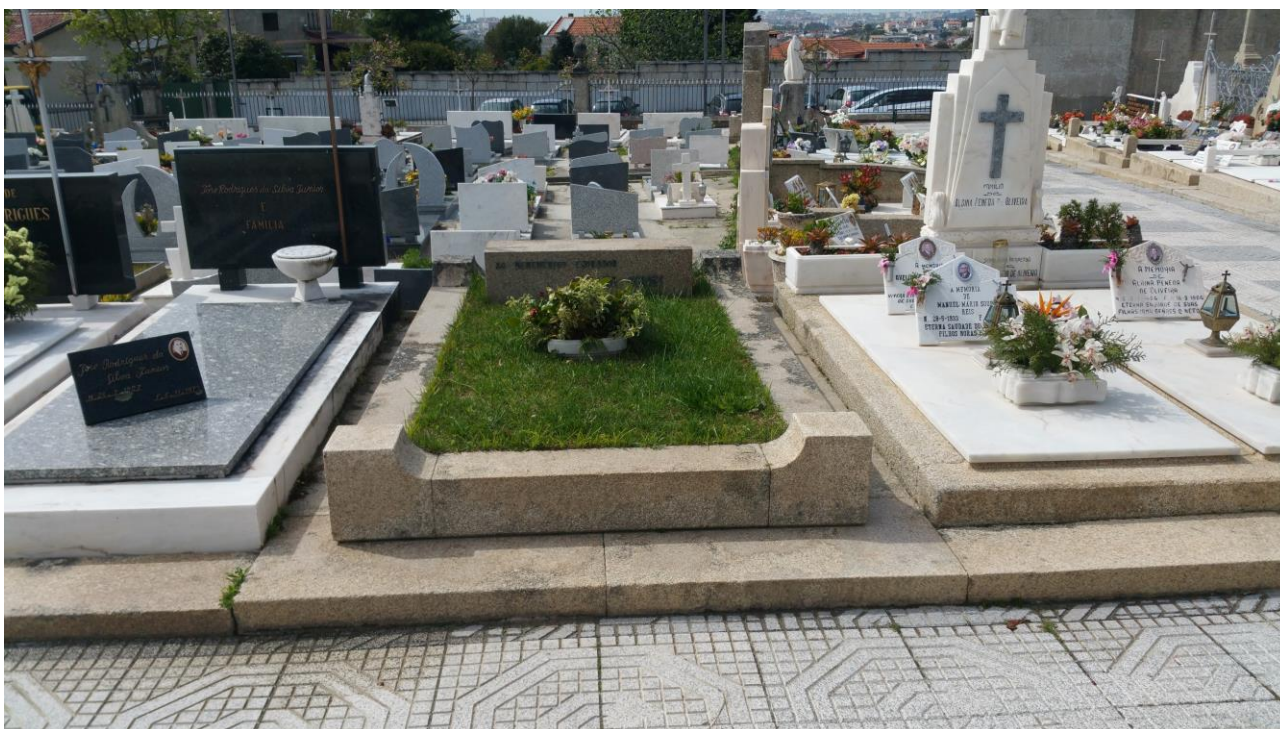


Trecho inicial da certidão de casamento de Augusto Simões e Rita Florinda de Barros

de 1905. Apesar de ser ainda muito jovem e de estar viúvo e disponível, Augusto Simões não voltaria, no entanto, a casar.

Augusto Simões foi ainda membro ativo de várias instituições, nomeadamente da Junta de Província do Douro Litoral, da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes e da Comissão de Silos do Norte, entre outras.

Faleceu a 30 de setembro de 1948, na sua enorme casa de lavoura onde tinha nascido. Sem família, Augusto Simão vivia sozinho, apenas rodeado pelos criados que o respeitavam e admiravam. Logo que a notícia da sua morte se tornou conhecida, acorreram à sua casa para o velório inúmeros amigos e muitas individualidades, nomeadamente o Dr. Carlos Pires Felgueiras, presidente da Câmara Municipal da Maia e Eduardo Augusto da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas. O corpo estava numa das salas da habitação, que foi transformada em câmara ardente.



Jazigo de Augusto Simões no Cemitério de Águas Santas

No dia seguinte, depois do pároco de Pedrouços, o Reverendo Ângelo Pacheco, ter proferido as últimas orações, a urna saiu em direção à igreja. Acompanharam a urna o Dr. Antão Santos Cunha, Governador Civil do Distrito do Porto, o Dr. Antunes Guimarães, presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, o Engenheiro Tiago de Abreu, diretor da Estação Agrária da Senhora da Hora, Eduardo Augusto da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, o Dr. Fernando Aroso, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, o Dr. Correia da Costa, Intendente da Pecuária, o Dr. Baptista Freire, da Junta dos Produtos Pecuários, os presidentes das Juntas e regedores das freguesias do concelho da Maia e muitas outras individualidades. Centenas de pessoas, de todos os estratos sociais, não só da Maia como de vários concelhos do distrito, acompanharam a urna. As pessoas de maior representatividade pegaram às borlas da urna, que foi transportada numa viatura dos Bombeiros Voluntários da Areosa, seguida por outra dos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia.

Os participantes, gente do povo, gente simples e humilde, faziam-se acompanhar por várias dezenas de bouquets e inúmeras grinaldas e coroas de flores naturais. Uma dessas coroas foi oferecida por um grupo de lavadeiras de Pedrouços, que lamentavam a perda de um homem bom e íntegro e, acima de tudo, um homem amigo dos pobres.

Terminadas as cerimónias na igreja de Pedrouços, formou-se um cortejo com quase uma centena de pessoas a pé e uma centena de automóveis, que acompanharam o caixão até ao cemitério



de Águas Santas. Entre os acompanhantes, contavam-se vários elementos dos Bombeiros Voluntários da Areosa e de Moreira da Maia, com os seus estandartes, elementos do Pedrouços Atlético Clube, da Confraria de S. Vicente de Paulo, da Confraria Nossa Senhora do Bom Despacho, e ainda Irmandades e confrarias de Pedrouços e Água Santas.

No cemitério, junto da capela de uma pessoa amiga do falecido, onde a urna ficaria depositada até à construção de um mausoléu pela Câmara Municipal da Maia, vários dos presentes falaram das qualidades morais e cívicas de Augusto Simão, nomeadamente Joaquim da Silva Júnior, Mário Leandro e Abel Ventura Duarte. O último a falar foi o Dr. Carlos Pires Felgueiras, presidente da Câmara Municipal da Maia, que num assertivo discurso fez uma breve biografia do Comendador Augusto Simões, referindo-se às suas qualidades de trabalho, à sua fé e ao seu contributo em prol da agricultura e do seu desenvolvimento. Após as últimas cerimónias fúnebres, a chave da urna, que se encontrava coberta pela bandeira da Câmara Municipal

Busto colocado na rotunda ajardinada em frente à que foi a sua casa

da Maia, foi entregue ao Dr. Carlos Pires Felgueiras.

À sua morte não existiam descendentes ou herdeiros diretos. Nas suas últimas disposições, Augusto Simões disse pretender que o seu funeral fosse católico e o mais simples possível. Além disso pretendia que fossem entregues à Confraria de S. Vicente de Paulo a quantia de mil escudos, o equivalente a cinco euros na moeda atual, na atualidade uma quantia insignificante, mas que, à altura, representava bastante dinheiro. Esses mil escudos destinavam-se a serem distribuídos por vinte pobres de Pedrouços, em sufrágio pela sua alma. Todo o gado e utensílios agrícolas que existissem, deveriam ser vendidos e o dinheiro resultante dessa venda deveria ser entregue à Junta de Freguesia de Águas Santas, devendo o rendimento desse dinheiro ser distribuído pelo Natal aos doze pobres mais necessitados da freguesia, preferencialmente aos que estivessem acamados. O remanescente da sua herança, ou seja, todos os prédios rústicos dos quais era proprietário, deveriam ser entregues à Câmara Municipal da Maia, a qual ficaria com a obrigação de instalar nos prédios um Asilo Escola para crianças pobres e de lhes ministrar conhecimentos suficientes para fazer deles bons operários agrícolas. A admissão a essa escola seria prioritária, em primeiro lugar, para quem provasse ser parente dele até ao terceiro grau e, em segundo lugar, para filhos de cultivadores pobres

do concelho da Maia. Caso a Câmara Municipal da Maia não aceitasse a herança com o encargo referido, essa herança seria para a Junta da Província do Douro Litoral ou qualquer outra entidade que a pudesse substituir. Nesse caso, a admissão das crianças à escola asilo seria prioritária para crianças do concelho da Maia. Além disso, quem ficasse com a herança ficaria também incumbido de mandar dizer anualmente, no dia do aniversário do seu falecimento, uma missa por sua alma.

A Câmara Municipal da Maia aceitou a herança com os encargos inerentes. Apesar de ter elaborado os estatutos para uma escola agrícola e ter criado a Fundação Augusto Simões, a Câmara Municipal da Maia nunca chegou a construir a referida escola. Ao que parece, dificuldades de várias ordens, nomeadamente dificuldades materiais, impediram que fosse feita a vontade ao doador. No entanto, a Câmara Municipal da Maia chegou a suportar os encargos de cursos agrícolas para alunos carenciados.

Abandonada durante uns anos, a Câmara Municipal da Maia chegou a alugar a casa onde morou Augusto Simão a um agricultor de Pedrouços. Mais tarde, o edifício seria sede da Junta de Freguesia de Pedrouços.

No início do século XXI, com projeto dos arquitetos Alfredo Ascensão e Paulo Henriques, iniciaram-se as obras de recuperação do imóvel, de forma a permitirem dotar a junta de freguesia de condições mais confortáveis e funcionais e mais adequadas ao atendimento público.

Com um novo design, moderno e arrojado, o novo edifício foi inaugurado em 9 julho de 2005, no âmbito das comemorações do vigésimo aniversário da elevação de Pedrouços a freguesia. A cerimónia oficial contou, entre outras individualidades, com a presença do presidente da Câmara da Maia, Bragança Fernandes.

Apesar desta inauguração oficial, apenas em setembro o novo edifício ficou em condições de funcionar em pleno, ficando a junta de freguesia finalmente dotada de condições adequadas à sua função. O novo edifício dispõe de uma biblioteca, um auditório com capacidade para cento e vinte pessoas, uma sala de exposições e vários gabinetes administrativos.

Como forma de homenagem, a autarquia atribuiu o seu nome à toponímia local, não só em Pedrouços, mas também no centro da cidade da Maia.

O Grémio de Lavoura da Maia, no dia 7 de junho de 1962, prestou-lhe reconhecida homenagem.

Nessa altura, foi descerrada uma placa alusiva à efeméride, em mármore, com o rosto de Augusto Simões em bronze e em alto relevo. Esta placa foi colocada na entrada do edifício do grémio.



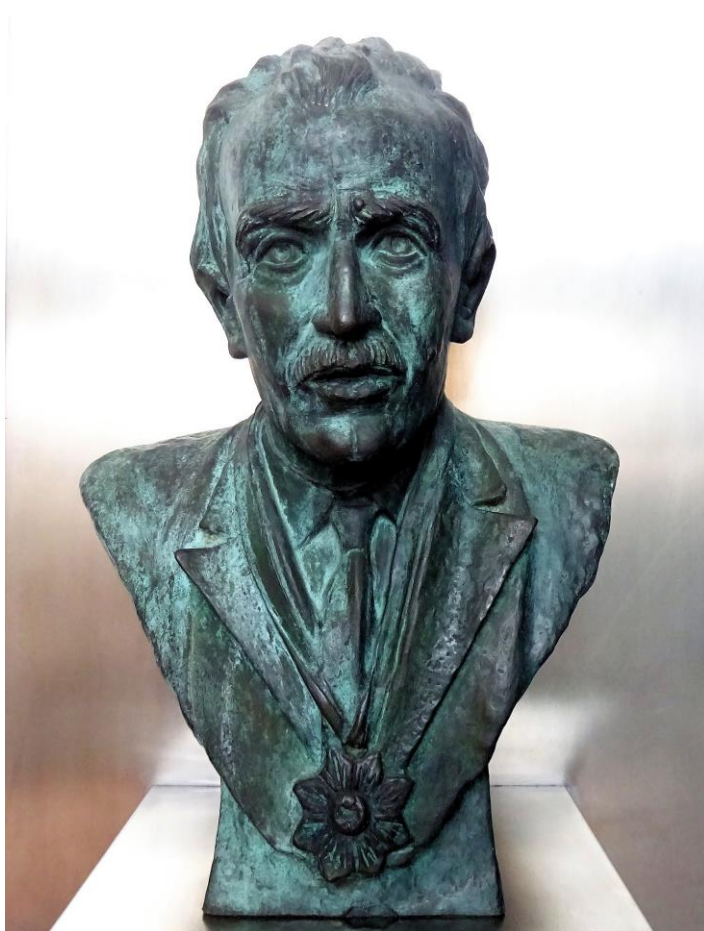
Placa de homenagem, nas antigas instalações do Grémio da Lavoura da Maia

A Junta de Freguesia de Pedrouços também lhe prestou homenagem, mandando fazer um busto em bronze, que apresentamos atrás, que foi assente num pedestal em granito, colocado no centro da rotunda ajardinada em frente à casa onde ele morou.

O busto foi inaugurado em 9 de julho de 1995, no âmbito das comemorações do décimo aniversário da elevação de Pedrouços a freguesia. No pedestal do busto estava inserida a seguinte inscrição: Augusto Simões - Ilustre Pedroucense e Grande Benemérito Maiato - 9-7-95.

Com a inauguração do renovado edifício da junta de freguesia em 2005, o busto de Augusto Simões foi retirado da rotunda ajardinada, tendo passado para o interior do edifício, onde se encontra atualmente.

A Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes também lhe prestou homenagem, mandando fazer um busto em bronze, que se encontra atualmente nas suas instalações, situadas na Rua da Restauração, na cidade do Porto. Na lápide colocada na base do busto, que tem o dia da sua morte errado, diz o seguinte: *Augusto Simão Ferreira da Silva / Filho de António Simão Ferreira da Silva*



Busto agora no interior da Junta de Freguesia de Pedrouços

e Rosa Ferreira Neves / benemérito e empreendedor foi agraciado com a Ordem de Comendador / Defensor da agricultura e pecuária maiata, notabilizou-se pela organização / de feiras e leilões de gado, chegando a Presidente do Grémio de Lavoura / da Maia depois Cooperativa Agrícola da Maia. Faleceu no coração / da Maia, a 29 de Setembro de 1948.

No edifício da Câmara Municipal da Maia, existe um retrato a óleo deste ilustre pedroucense.

Trata-se de uma pintura do reconhecido artista portuense António Cruz (1907-1983), pintor,

Busto na sede da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes

escultor e, sobretudo, grande aquarelista.

Está em companhia de outros retratos de presidentes da edilidade naquela que funciona como “sala de visitas” da Câmara Municipal.

Apesar da assinatura no quadro estar danificada, não sendo possível ler o nome do pintor, a assinatura do apelido foi suficiente para fazer esse reconhecimento.



Retrato a Óleo na Câmara Municipal da Maia

O corpo de Augusto Simões está sepultado no cemitério de Águas Santas, numa sepultura perpétua, formada por uma simples campa coberta de relva e com bordadura em granito.

No cimo da campa existe uma placa em granito, onde se pode ler: Augusto Simões benemérito lavrador.



Insígnias da Comenda da Ordem de Mérito Agrícola de Augusto Simões - Câmara Municipal da Maia

A Arte dos Imaginários Espólio em Gesso e Madeira de Amálio Maia

Sara Lobão Martins*

Resumo: Este artigo, não pretende de forma alguma, ser mais do que uma singela dissertação sobre os Imaginários da Maia, até porque existe já um vasto e importante estudo sobre esta temática, que tão bem conhecemos.

O presente artigo pretende sim, dar a conhecer em jeito de inventário, um espólio que se encontra atualmente às mãos da família do escultor, mas com a particularidade de ser um espólio diferente, porque se tratam de moldes, e trabalhos experimentais e originais (teste), de várias imagens de um mesmo autor- Amálio Maia.

Estas imagens, todas elas originais de Amálio Maia, reconhecido pela qualidade do seu engenho, são as que restam deste artista, uma vez que todas as esculturas finais (se assim se pode dizer) se encontram espalhadas pelo nosso país e no estrangeiro, tal foi a diversidade da sua obra.

Foram feitas em madeira e também em gesso, algumas ainda com a estrutura de madeira que servia para efetuar as medições dos moldes, através da técnica da quadricula, encontram-se reunidas, mas sem a projeção e destaque que merecem.

Nas páginas seguintes, mostraremos algumas das cerca de 80 imagens (moldes), que mesmo sem pintura ou decoração, na sua maioria se identificam, tais eram os pormenores bem vincados e perfeitos que o artista impunha a cada uma.

Palavras-chave: Imagens; Imaginários; Escultores; Santeiros

Enquadramento histórico e sociocultural

O culto às imagens sagradas é algo que é feito em diferentes culturas, desde as épocas mais remotas, cumprindo funções diversificadas e atendendo a todos os tipos de necessidades do ser humano.

As imagens não foram introduzidas na Igreja ao acaso, tem uma razão de ser, uma vez que derivam da incultura dos fiéis, e da impermanência das imagens referidas pela Igreja na memória dos mesmos. A reforma protestante de Lutero¹ no século XVI, dava ênfase ao texto escrito da Bíblia em detrimento das representações visuais e isso trouxe trágicas consequências para a arte religiosa. Nos países que aderiram ao movimento, sobretudo a Alemanha e a Inglaterra, ocorreram destruições massivas das imagens que evidenciassem as formas físicas (nudez). Mais tarde, com o Concílio de Trento, os cardeais romanos definem as regras sobre o tema da “invocação e veneração das Santas Imagens”. As diretrizes do Concílio de Trento² rejeitavam imagens portadoras de falsos dogmas ou superstições. “Se nestas santas e salutaras observâncias se introduzirem abusos, deseja ardentemente este santo Concílio que sejam totalmente abolidos, a fim de que não tenha isso para os simples as aparências de um falso dogma e não seja ocasião de erros. E se alguma vez acontecer que se representem e ilustrem episódios e narrações da Sagrada Escritura, como, aliás, é conveniente ao povo pouco instruído, ensine-se então que nem por isso é possível representar a divindade, como se a víssemos com os olhos corporais, ou a pudéssemos exprimir em cores e figuras...”.

* Câmara Municipal da Maia – Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

¹ Martinho Lutero, em alemão: Martin Luther, foi um monge agostiniano e professor de teologia germânico que se tornou numa das figuras centrais da Reforma Protestante.

² O Concílio de Trento foi o décimo nono conselho ecuménico reconhecido pela Igreja Católica Romana. Foi convocado pelo papa Paulo III, em 1542, e durou entre 1545 e 1563. Teve este nome, pois foi realizado na cidade de Trento, região norte da Itália.

“Quanto às Imagens de Cristo, da Santíssima Virgem e de outros Santos, se devem ter e conservar especialmente nos templos e se lhes deve tributar a devida honra e veneração, não porque se creia que há nelas alguma divindade ou virtude pelas quais devam ser honradas, nem porque se lhes deva pedir alguma coisa ou depositar nelas alguma confiança, como outrora os gentios, que punham suas esperanças nos ídolos, mas porque a veneração tributada às Imagens se refere aos protótipos que elas representam, de sorte que nas Imagens que osculamos, e diante das quais nos descobrimos e ajoelhamos, adoremos a Cristo e veneremos os Santos, representados nas Imagens”. Isto foi sancionado nos decretos dos Concílios, especialmente no segundo de Nicéia³ contra os iconoclastas. As imagens sacras e a arte santeira serviram como um contraponto bem como afirmação da doutrina e das tradições da catequese Católica diante das acusações de idolatria que eram promovidas pelos reformadores protestantes.

À semelhança do que aconteceu por todo o mundo católico, a reforma iconográfica imposta pelo Concílio de Trento, teve grande aceitação entre o Clero em Portugal, tanto nos finais do século XVI assim como nos séculos seguintes.

Ao longo do século XVII, a Igreja vai aos poucos perdendo a sua severidade na arte religiosa, que passa também a ser reconhecida na função de edificar e de instruir. De acordo com os contextos socioeconómico e cultural, os artistas executaram obras em barro, madeira, pedra-sabão, metal, tecido e outros materiais. Eruditas ou populares essas obras emprestam um sentido transcendental ao grande cenário religioso das igrejas, oratórios familiares ou públicos, servindo de intermediários entre homens e Deus.

A produção das imagens

As imagens⁴ eram produzidas nas oficinas dos santeiros e o trabalho era feito coletivamente, havendo, portanto, dois tipos de ações realizadas por oficiais distintos: a primeira refere-se ao escultor/entalhador, e a segunda ação refere-se ao pintor e dourador, cabia ao mestre esculpir as mãos e faces, pois esta era a operação mais importante. O uso da policromia, as cores aplicadas na carnação e nas vestes transmitem um aspeto mais natural às figuras, além de dar maior significado ao nível da iconografia e da simbologia.

Do aprendiz, ao oficial até ao mestre, as imagens passavam de mão-em-mão até ao resultado final, ao produto acabado, num “ritual”, que dava vida às imagens, muitas delas verdadeiras obras primas.

Os modelos eram então realizados em barro, pelo Mestre, que depois o desbastava, usando a técnica da quadrícula e de escala, seguindo a regra de três simples. A maioria dos mestres imaginários eram iletrados e o conhecimento que tinham era quase todo ele empírico que passava depois de geração em geração. No processo escultórico onde era utilizada a madeira, fazia-se o esboço da imagem e depois era chegada a vez de se “retirar a alma à imagem”, que consistia em retirar toda a madeira do interior da obra, que lhe conferia leveza e impedia que esta abrisse brechas. De seguida era lixada e limpa para que o mestre terminasse o processo na colocação das mãos e do rosto.

³ O Primeiro Concílio de Niceia foi um concílio de bispos cristãos, reunidos na cidade de Niceia da Bitínia pelo Imperador Romano Constantino I em 325. Constantino I organizou o concílio nos moldes do senado romano e o presidiu, mas não votou oficialmente.

⁴ O termo aplica-se às obras que eram produzidas pelos mestres de imaginária ou imaginários, tal como se identificavam os escultores desde a Idade Média em Portugal.

Amálio Maia

Nascido em 1895, em Cidadelha, Santa Maria de Avioso, o sexto de 12 filhos, o primeiro a nascer neste lugar.

O pai, Joaquim de Oliveira Maia, carpinteiro de profissão certo dia decidiu esculpir a imagem de um santo em madeira – Santo António.

Quando terminou o trabalho decidiu ir vender a imagem ao Porto, recebendo grandes elogios, tendo voltado a casa com a vontade e determinação de se transformar em Santeiro/Imaginário, dando assim lugar a uma grande tradição de gerações de artistas com obras espalhadas por todo o Mundo.

Amálio não foi exceção. Aprendeu cedo na oficina do pai o ofício, notabilizando-se pelo perfeccionismo, pelo engenho na execução de rostos, bem como pela sua imaginação e criatividade acima de média.

Decide mais tarde criar a sua própria oficina que se viria a tornar um sucesso (provavelmente uma das maiores do género em Portugal), com imagens espalhadas por todo o mundo.

Amálio autodidata que sabia ler e escrever e até aprendeu inglês, teve na sua oficina grandes nomes da Arte Sacra do século XX.

Apresentamos assim, em seguida as imagens que ele deixou, de estudos em gesso e em madeira, que se encontram reunidos às mãos do filho (cerca de 80 peças) e que entendemos que faz parte do património/espólio do escultor na sua essência mais profunda. Foram e são estudos que mais tarde se transformaram em belíssimas obras de Arte Sacra.

A família Maia

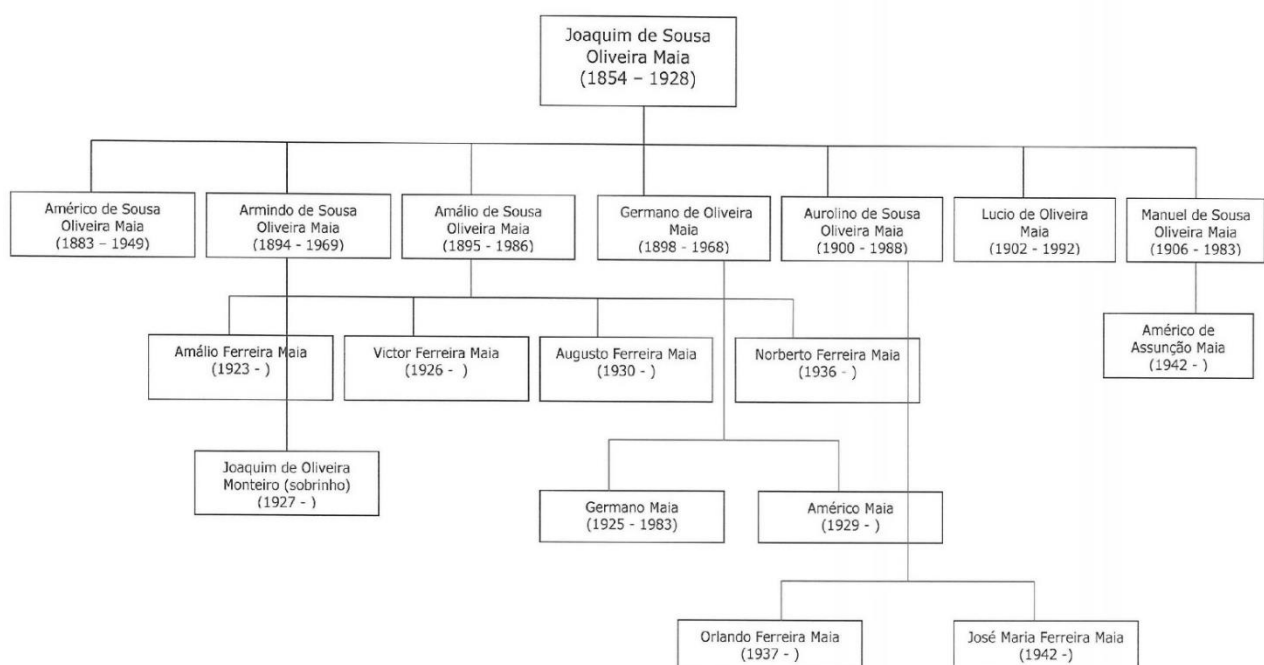




Figura 1 S. Pedro



Figura 2 S. Pedro



Figura 3 Nossa Senhora da Expectação



Figura 4 Busto de Menino



Figura 5 Nossa Senhora da Boa Viagem



Figura 6 Santa Isabel



Figura 7 Santa Isabel



Figura 8 Anjo Tocheiro



Figura 9 Sagrado Coração de Maria



Figura 10 Santo António de Lisboa



Figura 11 Pescador (pertencente ao conjunto de Nossa Senhora dos Navegantes)



Figura 12 Os Maiatos



Figura 13 São Cristóvão



Figura 14 Nossa Senhora da Saúde



Figura 15 Beato Nuno Álvares Pereira (Lisboa)



Figura 16 Santo Inácio de Loyola



Figura 17 Não identificado



Figura 18 Nossa Senhora de Fátima



Figura 19 Bispo São Torcato de Guimarães



Figura 20 Papa (não se conhece o nome)



Figura 21 Cabeça de Santa Filomena



Figura 22 Nossa Senhora da Soledade



Figura 23 Santo Mártir



Figura 24 Senhor dos Passos



Figura 25 Santa Maria



Figura 26 Maria Nossa Senhora



Figura 27 Maria Nossa Senhora



Figura 28 São João da Cruz



Figura 29 Nossa Senhora de Fátima (Caxinas)



Figura 30 Nossa Senhora de Fátima



Figura 31 Santo António de Lisboa (com cabelo)



Figura 32 Rosto (não identificado)



Figura 33 Anjo de Portugal



Figura 34 Pastorinhos



Figura 35 São Xavier com Padrão



Figura 36 Santo dos Pobres



Figura 37 Santa Teresinha



Figura 38 Santo António



Figura 39 São José



Figura 40 Sagrado Coração de Jesus

Bibliografia

CARDOSO, Mário - Arte Religiosa, I Volume

FIGUEIREDO, Manuel de – Arte em Portugal. Nº 23 v.d.

JANSON, H.W. – História Arte, 4ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

MAIA, Vítor – Amálio Maia o Homem e o Escultor, Maia Junho de 2002

PACHECO, Hélder – O Grande Porto, Editorial Presença, 1996

PASSOS, Carlos 1957 – Os Santeiros da Maia, In Separata da Revista Bracara Augusta, tomo XXXII Fasc., 73-74

SÁ, Sérgio – Memórias de uma Aldeia, David Jorge Pereira, 1990

TEDIM, José Manuel Alves 1978- Os Santeiros da Maia. Vol. III, nº 10

Uma visão do concelho da Maia, à luz do seu Arquivo Municipal, III. Cronologia de factos ocorridos nos anos de 1913 e 1914.

Rui Teles de Menezes*

Resumo: O autor procede à recolha e resenha de documentos históricos no Arquivo Municipal da Maia, procurando ilustrar, neste caso, o ano de 1916.

Palavras-chave: Guerra, Arquivo, Milho, Monarquia, República, Presidente de Câmara, Regedor, Governador-Civil, Junta de Paróquia, Administrador, Escola

Rápida panorâmica do estado do País

Conforme afirmado no anterior artigo, referente ao ano de 1916, que surgiu em grande parte devido às pesquisas sobre a participação e papel dos maiatos na Grande Guerra ou Primeira Guerra Mundial, voltamos um pouco atrás e debruçamo-nos agora sobre os anos de 1913-14.

Numa visão abrangente do que era o Portugal no final do séc. XIX e primeiro quartel do séc. XX pode-se considerar que do ponto de vista económico apresentávamos a seguinte realidade:

Balança comercial deficitária;

Acumulação de dívidas, aumento de impostos, subida da inflação e do desemprego - dependência em relação ao Estrangeiro;

Deficientes condições de vida e de trabalho num país predominantemente agrícola e com baixa produção.

Já do ponto de vista político e social, o panorama português também não se revelava muito famoso, com uma sucessão de episódios que determinarão o fim da Monarquia e implantação da República:

A criação do mapa cor-de-rosa e a humilhação do Ultimato Inglês de 1890;

Primeira tentativa de implantação de um regime republicano – 31 de Janeiro de 1891, no Porto;

Crise económica – bancarrota em 1892;

Sucessão de governos de curta duração, agitação no Parlamento;

Governos alvo de contestação – através da imprensa escrita;

Regicídio em 1 de Fevereiro de 1908 no Terreiro do Paço, em Lisboa;

Implantação da República a 5 de Outubro de 1910;

A partir de 5 de Outubro de 1910, a Primeira República revela-se como um período fortemente marcado pelas lutas entre os republicanos, monárquicos, membros da carbonária e maçons e a Igreja Católica. Só neste período de 16 anos tomaram posse sete parlamentos, oito presidentes da República, 45 governos e 40 chefias de governo.

Foi um tempo onde as convulsões sociais e crimes públicos e políticos foram uma constante no dia-a-dia dos portugueses.

* Câmara Municipal da Maia - CENTRARTE



Figs. 1 e 2 – O recurso ao humor numa caricatura da atualidade política de então.

Fonte: http://purl.pt/5854/1/zoom-j-4141-m_y_1913-06-26_01_t0.htm

Seguem-se algumas dessas transformações e momentos marcantes desse período até ao golpe de 28 de Maio de 1926:

Novo hino, bandeira, moeda, a constituição de 1911

Reação republicana e anticlericalismo – expulsão das ordens religiosas, nacionalização dos bens da Igreja, registo civil obrigatório aplicado aos nascimentos, casamentos e óbitos, legalização do divórcio

Criação e aumento do número de escolas primárias, comerciais e industriais, diminuição da taxa de analfabetismo, criação da Universidade de Lisboa e Porto a 22 de Março de 1911

O direito à greve, acesso a condições de proteção na velhice e doença, diminuição do horário de trabalho semanal

A 23 de Novembro de 1914, na sessão do Parlamento fica decidida a entrada de Portugal na Grande Guerra, visando a defesa dos territórios em África

As tensões políticas e sociais aliadas à participação no conflito mundial agravam a situação económica do país, agravando a condição de vida do povo – falta de cereais, aumento de preços, açambarcamento de produtos

A ditadura de Sidónio Pais dura um ano, interrompida com o seu assassinato em 1918

De 1919 a 1926, a crise financeira e instabilidade política aumenta consideravelmente

Golpe militar denominado de Revolução Nacional, a 28 de Maio de 1926, protagonizado pelo General Gomes da Costa, que através da Constituição de 1933 evolui para a criação do Estado Novo, de António Oliveira Salazar

É neste contexto que o concelho da Maia segue o seu rumo, concelho esse iminentemente rural e agrícola, que abastece de mão-de-obra a grande cidade, o Porto. Também aqui, os maiatos irão sentir os efeitos da nova República e da Grande Guerra.

Ao folhear todos os documentos da correspondência recebida pelo Administrador do concelho da Maia para o período de 1913 e 1914, estes revelam uma adaptação a uma nova

realidade, a um novo regime, onde o desenvolvimento teimava a chegar ou quando chegava demorava uma eternidade.



Fig. 3 – Vista geral da fachada principal da Farmácia da Maia com pessoas à porta, por altura de 1910. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/299713/>

Pela linha de elétrico visível no chão, deduzimos que esta foto seja na atual Rua D. Afonso Henriques, na freguesia de Águas Santas. Em 1911, o elétrico 9 chegou a Águas Santas, ao que é hoje o cruzamento do Alto da Maia, sendo recebido pelo Presidente da Câmara Municipal da Maia, Dr. José Félix Farinhote, Thomaz Leonardo Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas e a Banda Marcial de Gueifães. Em 1967, terminariam as viagens do carro elétrico, que muito contribuiu para o crescimento e desenvolvimento de Águas Santas¹.

Assim, surgem novos símbolos de poder; novas regras, direitos e deveres; a chegada do elétrico e mais tarde do comboio; a iluminação elétrica; a abertura de novos caminhos e ruas; a difusão de escolas e o acesso “de todos” ao ensino; a dificuldade de obtenção de alimentos, com especial incidência nos cereais; os condicionalismos de acesso e prática do culto religioso; o aumento de criminalidade e vadiagem; a especulação dos preços e o contrabando de cereais; a perda de efetivos militares recrutados no concelho, em maior números nas campanhas africanas e de poucos homens nas linhas em França. Tudo isto aconteceu por esta altura, no concelho da Maia.

Passemos a enumerar alguns documentos que ilustram um pouco do ambiente e das gentes daquela época.

Correspondência do ano de 1913

Nº 2 Declarada em Vila do Conde uma das doenças rubras do porco, a pneumonia contagiosa, de relativo poder difusivo, pelo intendente da comissão de pecuária, Joaquim Ferreira. 31-12-12

¹ Aquis Sanctis, Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Águas Santas- Maia, nº27 3º Tri.2001, p.1.

Nº 8 Os professores António Rocha e Deolinda Duarte dos Santos informam que abriu a escola subsidiada pela Congregação de S. Francisco de Sales, em Avioso, que tinha sido encerrada por ter sido ministrado ensino contra as Leis da República.

Nº 15 O regedor de Folgosa Manoel de Souza Leal informa o administrador de uma queixa entre mulheres, sobre insultos e agressões, referindo-os pormenorizadamente. 23-11-12

Nº 27 O Padre Eduardo Alves Espinheira, pároco de Ermesinde foi proibido de residir dentro dos limites deste distrito durante um ano, a contar num prazo de 5 dias. O Governador Civil Albano de Magalhães teria a informação que o padre estaria em Águas Santas, sendo necessário tomar providências para o cumprimento do disposto.

Nº 60 Circular do governador civil Albano de Magalhães onde referia que para alcançar a tranquilidade pública se devia prevenir todos os factos que originassem a desordem, ultraje à moral pública e desorientação dos espíritos de ordem, com particular atenção para nefastas publicações em várias localidades do país. 15-1-13

Nº 89 O Administrador de Valongo Joaquim da Maia pergunta ao Administrador da Maia a 20-1-1913 se o Padre Manuel Alves Espinheira já se teria ausentado deste distrito e se sim, qual seria a localidade em que teria fixado residência.

Nº 98 Informação ao Administrador da eleição dos corpos gerentes da Associação Cultural e Beneficente de Gueifães. Na Assembleia Geral: presidente Domingos da Silva Branco; 1º secretário Alberto Francisco da Cruz; 2º secretário Domingos José Dias da Cruz. Para a Direção: presidente José da Silva Parteira, secretário José Casanova Ribeiro e tesoureiro Manoel da Silva. 18-1-13

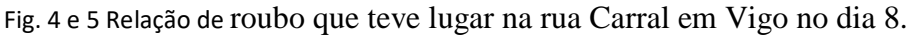
S/N No dia 27-1-13 o Administrador de Caminha José Bento Pereira informa que de 21 para 22, três gatumos teriam assaltado a casa de Beatriz Gonçalves e levado uma série de objetos de ouro e dinheiro no total de 160 000 réis. Um dos suspeitos seria Domingos Alves de Oliveira conhecido por o “Rapa-pentelho” natural de Gontinhães mas estabelecido com uma taberna em Águas Santas, tendo experiência no manuseamento de gazuas e outros aparelhos para roubar caixas de esmolas das capelas.

Nº 148 O regedor de Gueifães informa que o padre João do Espírito Santo realizou uma cerimónia cultural de levantamento de um corpo, sem a prévia autorização administrativa, como determina o artigo nº 55 da Lei da Separação 12-1-13

Nº 222 O regedor de Milheirós Domingos dos Santos Quelhas informa que no dia 6-3-13 José Ferreira Paiva teria abusado de uma pobre mendiga e cega, Palmira Rosa dos Santos, no lugar do Monte das Conchas

Nº 241 O regedor de Águas Santas Thomaz Leonardo Teixeira informa que quando se dirigia para o Porto viu “um alvoroço medonho, tendo a freguesia levantado-se com paus, enxadas e gadanhas contra três bandidos. Um fugiu e dois foram presos, fortemente espancados. Se não fosse a intervenção do regedor, os homens ficariam sem vida”. Os capturados seriam Carlos Monteiro e Carlos Guimarães Martins

Nº 252 O provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, António Luiz Thomé, 22-3-13, solicitava que se se confirmasse a morte de Manuel António da Silva Balio Júnior, agente da Misericórdia para liquidação e cobrança de legados pios não cumpridos na Maia para avisaremos herdeiros para prestarem contas da cobrança realizada

Nº 253 O comissário geral da PJ Arthur Caldeira 22-3-13 envia a relação detalhada do grande 

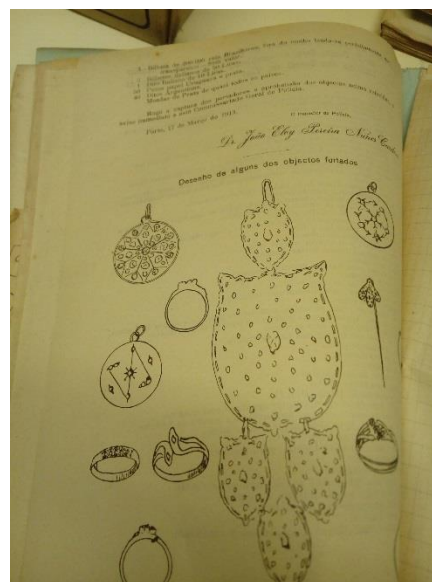
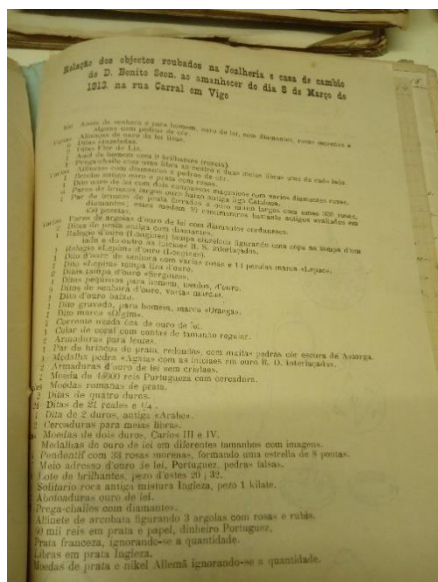


Fig. 4 e 5 - Relação de objetos e desenhos de algumas peças furtadas em Vigo, num pedido feito pela Polícia para futura apreensão

Nº 270 27-3-13 O presidente da Junta de Santa Maria Avioso, Agostinho dos Santos Quintela, solicita a instalação de uma escola do sexo masculino na residência paroquial desabitada, podendo adaptar-se com pouca despesa

Nº 280 O inspetor da PJ solicita ao administrador a comparência do cidadão Joaquim Moutinho Vinhas, morador em Águas Santas e estabelecido com uma mercearia denominada “Morango”, para prestar declarações acerca de umas averiguações. 5-4-13

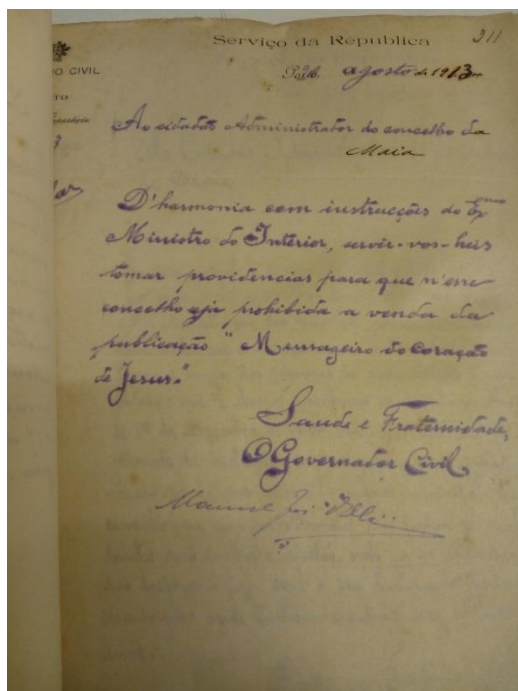


Fig. 6 - O documento nº 311 de 20.8.13 enviado pelo Governador Civil do Porto solicita a proibição da publicação “Mensajeiro do Coração de Jesus”.

nestas freguesias referentes ao mês de Dezembro de 1912.

Nº 362 Relação dos criados de servir para a paróquia de Gueifães, 8-1-13, pelo regedor

Nº 324 O presidente da comissão paroquial de Barca Agostinho Moreira da Silva informa que o regulamento do cemitério desta freguesia foi aprovado pela comissão distrital, delegada da junta geral do distrito em sessão de 2 de Agosto de 1880. 18-4-13

Nº 325 O presidente da comissão paroquial de Santa Maria Avioso Agostinho dos Santos Quintela informa que o regulamento do cemitério desta freguesia foi aprovado pela comissão distrital, delegada da junta geral do distrito em sessão de 26 de Março de 1883.

Nº 326 O presidente da comissão paroquial de Gemunde Manoel Moreira de Sousa Sobrinho informa que o regulamento do cemitério desta freguesia foi aprovado pela comissão distrital, delegada da junta geral do distrito em sessão de 21 de Agosto de 1863.

Nº 343 Termo de prova do gerador a vapor-motor a gás pobre, sistema Otto, construído em Inglaterra de 9 cavalos, destinado a uma fábrica de moagem de cereais no lugar de Sá, Silva Escura, pertencente a José da Silva Cruz. 30-4-13

Nº 356, 357, 358, 359, 360 As freguesias de Barca, Silva Escura, Vila Nova da Telha, Nogueira, S. Pedro Fins informam que não existe lepra ou morphêa

Paulino da Silva, que compreendia 35 indivíduos, estado civil, naturalidade, anterior domicílio, sinais característicos, nome, filiação, idade.

Nº 364 O regedor António José d'Almeida informa que existem 19 criados de servir na paróquia de S. Pedro Fins, fornecendo o nome, idade, filiação, naturalidade. 11-3-13

Nº 366 17-2-13 O regedor Paulino da Silva faz queixa do padre João do Espírito Santo. Este teria realizado uma cerimónia cultural no levantamento de um corpo no dia 17 no lugar de Catassol em casa de José Ferreira Torres. Cinquenta pessoas iriam a acompanhar o cortejo, o padre usou os hábitos thalares vestidos, levando uma cartilha aberta na mão com um cristo em cima do livro, sem consentimento da autoridade.

Nº 369 O regedor de Gueifães alerta o administrador que o padre João do Espírito Santo incorreu várias vezes contra a Lei da Separação, violando o art.55. A repetição de tais atos poderá ser a causa de muitos ânimos se acharem exaltados o que poderia levar a atos violentos mas inevitáveis, “um dia haver que lamentar desgraças que podem ser bem prevenidas”

Fig. 7 - O jogo de poder entre Clero e República, onde o povo balança entre os dois campos.



Nº 372 3-3-13 Pedido de autorização para a realização da tradicional visita pascal pelo pároco de S. Pedro de Avioso, Azevedo de Andrade, visto que tal cerimónia não implicaria alteração da ordem pública.

Nº 382 Na freguesia de Gemunde, o regedor informa sobre a existência de 7 pessoas com lepra na freguesia – 3 adultos e 4 crianças.

Nº 384 O cemitério de S. Pedro de Avioso foi aprovado pelo delegado de saúde a 9-7-1896, informa o presidente António Moreira Carvalho a 18-4-13.

Nº 385 O cemitério de Nogueira foi aprovado a 21-9-1872, informa o presidente Eduardo da Silva Teixeira a 23-4-13.

Nº 386 Em Silva Escura, o presidente Manoel da Silva Moreira comunica por carta de 27-4-13 que o cemitério teria sido aprovado e 22-11-1909.

Nº 388 Intimação do governo civil do Porto para o presbítero Arnaldo Torres dos Santos Rebelo, pároco de Barreiros, despejar sem demora a sua residência paroquial e sair do concelho no prazo fixado por decreto de 29/4 do diário governo nº 102, devendo entregar os livros de registo paroquial por meio de inventário, em duplicado. Um seria enviado para a conservatória do registo civil. 5-5-13

Nº 393 O presidente da Junta de Folgosa Joaquim Alvares dos Santos Quintela informa a 30-4-13 que o regulamento do cemitério paroquial data de 22-2-1913.

Nº 395 O presidente de Gueifães Alfredo dos Santos Leite informa a 3-5-13 que

desconhece a data do regulamento do cemitério paroquial a não ser o aprovado pelo Tribunal do Conselho de Distrito em acórdão de 11-6-1863, cujo teor se desconhecia. Entretanto foi elaborado um novo regulamento, o qual foi aprovado por esta comissão em 26-3-11, ainda não tendo sido aprovado superiormente.

Nº 399 A professora Clotilde Ferreira da Cruz, da escola do sexo masculino de Barreiros queixava-se que indivíduos estranhos à escola entravam com manifestos propósitos de provocação no terreno vedado junto à escola, solicitando por isso, um soldado da Guarda Republicana sobretudo ao domingo à tarde, segundo informação do inspetor Agostinho Antunes de Azevedo em 8-5-13

Nº 404 Cópia do alvará de 22-11-1910 de todos os nomeados pelo Governador Civil do Porto Paulo Falcão para as paróquias da Maia. 9-5-1913

Nº 406 Por carta de 8-5-1913 a junta de paróquia de Águas Santas por Thomaz Leonardo Teixeira informa que o cemitério foi aprovado a 18-12-1879.

Nº 407 O presidente da junta de Milheirós, António José da Cruz Alvura informa que o cemitério foi aprovado inicialmente a 22-5-1863 e o regulamento reformulado a 6-12-1890 pelo governador civil interino Joaquim Tailler de Moraes. 9-5-1913

Nº 410 O regimento do cemitério de Barreiros foi aprovado em 7-3-1888, segundo o secretário Carlos de Sousa da junta de paróquia de Barreiros. 9-5-13

Nº 415 O presidente Agostinho José de Souza de Gondim informa que “o cemitério ainda não tem regulamento aprovado e mesmo ainda a pouco tempo se concluiu”. 12-5-13

Nº 420 Ofício do juiz de direito Eduardo Campos Paiva a perguntar porque não existia juiz de paz, qual teria o destino que tomou o que teria sido nomeado para exercer o cargo e data da nomeação. 12-5-13

Nº 427 O cidadão Manuel da Silva Branco da freguesia de Gueifães solicitava a intervenção do administrador visto ter sido autorizada a celebração de uma missa na igreja paroquial e que o responsável pelas alfaias da igreja Alfredo dos Santos Leite, teria cometido diversos atos de má-fé impedindo a realização da missa. 13-5-13

Nº 459 O regedor de Barreiros António Gomes Pereira informava o administrador que no dia 26-5-13 ao passar junto da escola oficial do sexo masculino ouviu chorar bastante tempo uma criança. Ao abeirar-se da janela, viu a professora a bater repetidamente com a mão na cara e cabeça da criança de 8 anos, António Gomes Pereira Júnior, seu filho. Dirigiu-se à professora e perguntou o porquê de tais atos, obtendo a resposta da professora, que seria por não saber a lição. Pedia pois providências para que tal não volte a acontecer pois podia originar algum ato contra a professora.

Nº 491 O presidente da junta de Vermoim, Manuel Martins da Silva Barros leva ao conhecimento que o cidadão José da Silva Pato, do lugar de Currais, desobedeceu a um ofício desta comissão a ele dirigido, em que o convidava a substituir o vogal desta comissão já exonerado, António Ferreira Machado. 2-6-13

Nº 499 Telegrama de 7-6-13 do governador civil substituto José Lello a informar a passagem de uma corrida de automóveis, motocicletas e bicicletas conforme programa publicado no Jornal de Notícias “Circuito do Minho”, com partida no Porto e passagem pela estrada da Circunvalação, Moreira, Vila do Conde, Póvoa, Freamunde, Valongo, sendo necessário conveniente policiamento.

Nº 545 O regedor Thomaz d'Oliveira Duarte, de Santa Maria de Avioso informa que Carlos de Oliveira e Sá, casado, escultor do lugar de Cidadelha teria agredido a mulher com um pau, tendo-a deixado em estado grave. Já no ano anterior teria tentado assassinar o seu sogro António Moreira d'Assumpção, tendo estado preso. 27-6-13

Nº 605 O regedor de Vermoim, Manoel Nogueira da Silva reencaminha a queixa de Joaquim António Dias, negociante de Vermoim e residente na rua Cândido dos Reis, que tendo-se dirigido para venda no arraial do Bom Despacho, Serafim de Oliveira do lugar do Carvalhal lhe roubou tabacos, gasosas e fósforos no valor de 3\$50. 17-7-13

Nº 612 O presidente da junta de S. Pedro Fins, António José d'Almeida enviou à direção geral dos correios um pedido de colocação de uma caixa do correio no lugar de Arcos. 16-7-13

Nº 625 O administrador do concelho de Vila do Conde informa que no dia 24-7 teria sido

roubado a José Teixeira Maia, de Vilar do Pinheiro, um cordão, uma libra e uma medalha no valor de 122\$00 havendo suspeitas que os autores do furto fossem Alfredo Nicha, de Gemunde um tal “Coirão” de Moreira. 26-7-13

Nº 645 O regedor de Águas Santas, Thomaz Leonardo Teixeira comunica que o cabo de secção do lugar de Ardegães capturou Joaquina Moreira, casada, doméstica, por disparar dois tiros de revólver contra Maria Rodrigues, também de Ardegães. A suspeita teria abandonado o marido há dois meses. O revólver teria custado 2\$40. Também Bernardino Carneiro da Silva foi capturado por acompanhar a tal Joaquina. 6-8-13

Nº 650 A comissão distrital do Porto intimava as corporações para fazer os emolumentos devidos: Confraria de Nossa Senhora da Saúde, de Gueifães, ano de 1910/11 – 97 centavos; Confraria das Almas de Nogueira, anos de 1904/05 a 07/08 – 3 escudos; junta de paróquia de Barreiros, ano de 1909 – 2 escudos e 73 centavos; Junta de paróquia de Folgosa, ano de 1912 – 75 centavos; Junta de paróquia de Gondim, anos de 1908/09 e 11 – 2 escudos e 47 centavos; Junta de paróquia de Nogueira, ano de 1911 – 97 centavos; Junta de paróquia de Vermoim, ano de 1912 – 97 centavos; Câmara Municipal da Maia, ano de 1912 – 8 escudos e 78 centavos 9-5-13.

Nº 667 O sub-chefe Alberto de Sousa Cruz do quartel do Porto distrito de recrutamento nº 31 intima o proprietário Manoel Gonçalves Lage, do lugar de Parada, Águas Santas, a entrar com a quantia de 75 escudos nos cofres do Estado, por ser refratário o mancebo Carlos, filho de Domingos Francisco canastra, de quem era fiador. 19-8-13

Nº 688 O regedor de Nogueira Joaquim dos Santos remete a presa Adelaide Azevedo Maia do lugar do Rio, por ter dado diversas facadas a Miquelina Moreira, deixando-a em estado grave, tendo sido posteriormente conduzida ao Hospital da Misericórdia do Porto. 23-8-13

Nº 699 O comandante do 3º grupo de companhias de saúde, Francisco Correia de Matos, solicita ao administrador que as forças militares fossem devidamente alojadas no concelho. Estas seriam em número de 7 oficiais, 4 sargentos, 130 cabos e soldados, 4 cavalos e 18 muars. Ficaram acantonados no dia 23-8 em Barreiros.

Nº 700 Ofício de agradecimento pela forma como foi recebido o grupo de militares, referindo o bom alojamento. 26-8-13

Nº 703 A comissão administrativa da paróquia de Barreiros informava que os indigentes inválidos da freguesia seriam 3 pessoas: Maria Rosa de 38 anos, solteira e lavadeira, moradora na Alameda da República; José da Silva Carneiro, 30 anos, casado e jornaleiro do lugar do Pinhal e Manuel Frutuoso, de 76 anos, viúvo, jornaleiro do lugar do Souto.

Nº 705 O regedor de Folgosa José Maria de Sousa e Silva pede 4 praças de infantaria da GNR para policiar o arraial dos dias 6 e 7 na Capela de Santa Cristina, a fim de evitar a perturbação da ordem pública. 30-8-13

Nº 710 O regedor de Moreira, Joaquim José da Silva solicita 4 praças da GNR para a manutenção da ordem pública nos dias 30 e 31 na festa do Centro Republicano democrático desta freguesia. 29-8-13

Nº 713 O regedor de S. Pedro Fins, António José de Almeida remete Domingos Martins do lugar do Leandro por ter espancado a sua sogra e filha desta que se encontravam doentes. Acresce o facto de a sua mulher estar grávida e receber continuados maus tratos. 3-9-13

Nº 721 A comissão de propaganda do Centro Socialista de Moreira solicita autorização para a realização de uma sessão solene na sede do centro, um comício de propaganda no Largo de Pedras Rubras pela comemoração do 6º aniversário e um cortejo da Estação para o Largo. Assinado por António da Silva e Agostinho da Silva Marques.

Nº 730 Pedido do regedor de Águas Santas, Thomaz Leonardo Teixeira para nomear os cabos de polícia para o lugar de Pedrouços nos lugares da Aldeia de Cima que seriam 15 elementos e para a Aldeia de Baixo, incluindo 21 elementos. 1-9-13

Nº 746 Thomaz Leonardo Teixeira leva ao conhecimento do administrador que no lugar da Caverneira teriam sido apedrejados os trabalhadores de uma pedreira que tiveram de abandonar o serviço. O queixoso António Ferreira Coelho acusa ter sido agredido por José Gonçalves Veloso do lugar do Brasileiro. 12-9-13

Nº 749 José Gonçalves Veloso acusa António Ferreira Coelho do lugar do Monte, de lhe ter furtado uma pedra de uma bouça que possui no valor de 15 escudos. 15-9-13

Nº 776 Thomaz Leonardo Teixeira de Águas Santas comunica que pela uma da manhã do dia 21 no lugar do Brasileiro envolveram-se em desordem vários cidadãos desta freguesia e de Rio Tinto, resultando um morto a tiro de nome José Pereira, “o Vilaverde”, serviçal de lavoura ao serviço de António Ferreira Barbosa de S.Gemil. O suposto autor do homicídio teria sido Domingos Ferreira da Silva ou Domingos Castelo, marceneiro, do lugar da Triana em Rio Tinto. Nesta rixa participaram bastantes indivíduos das duas freguesias que se evadiram no final dos confrontos. Após a remoção do corpo da via pública, que interrompia o trânsito, o corpo foi levado para a morgue do Porto.

Nº 789 O falecido Visconde Barreiros teria legado à Junta de paróquia de Barreiros uma quantia cuja importância seria desconhecida e que serviria para pagar os honorários dos professores primários, legado que a junta não teria aceite pois o seu produto seria insuficiente para satisfazer o cargo. 3-6-13

Nº 792 O Governo Civil do Porto, em harmonia com instruções do Ministro do Interior, solicitava a que seja proibida a venda da obra intitulada “ O Jesuíta” – publicação relacionada com o “Mensageiro do Coração de Jesus”. 2-10-13

Nº 806 O regedor de Águas Santas Thomaz Leonardo Teixeira solicita a sua substituição temporária até ao fim do mês pelo substituto António Marques dos Santos Ribeiro por motivos de incómodo de saúde. 9-10-13

Nº 810 O regedor de Silva Escura José Ferreira da Silva responde a uma circular informando que “nunca houve escola alguma, á excepção de qualquer uma particular, visto não haver aqui professoras oficiais”. 20-9-13

Nº 811 O regedor de Santa Maria Avioso informa que existe uma escola no lugar do Castelo do sexo feminino tendo como professora oficial Deolinda Duarte dos Santos e outra em Avioso, a Escola de S.Francisco, tendo como professora Laura Alves da Silva. Existiria mais uma escola em S.Pedro no Castelo, que seria do sexo masculino oficial.

Nº 812 O regedor de Gemunde Augusto Ferreira da Costa Gens informa que existe na casa de José de Sousa Duarte ocorrem algumas lições a um indivíduo de nome Manuel Ferreira da Silva. 21-9-13

Nº 813 O regedor de Gueifães Paulino da Silva informa que existe uma escola primária no lugar da Igreja tendo como professores Maria Ferreira da Cruz e uma professora temporária Mariana Amélia de Abreu. 22-9-13

Nº 814 O regedor de S.Pedro Avioso Francisco Moreira Campos informa que não existem escolas de ensino livre na freguesia. 25-9-13

Nº 815 O regedor de Gemunde Manoel Moreira Ramos informa que não existem escolas particulares, só existindo uma de instrução primária. 25-9-13

Nº 816 O regedor de Nogueira informa Joaquim d’Oliveira Lopes dos Santos que existem duas escolas de ensino livre tendo como professoras: Rosalina da Silva Viana e Guilhermina Carneiro, ambas do lugar do Carvalhido. Existia também, uma pequena escola do sexo masculino em péssimo estado que apenas acomoda 18 crianças, havendo na freguesia só do sexo feminino mais de 200 crianças

Nº 817 O regedor de Vila Nova da Telha Augusto Domingues da Silva informa que tem conhecimento de duas escolas do sistema oficial, uma dirigida pela hábil professora Ana de Souza Moreira, professora oficial que lecionava na escola do Arrabalde, porém, por falta de condições higiénicas mudou para casa de Alberto Campos da Costa Maia, do lugar de Aldeia. A outra escola de âmbito particular e pequenas dimensões seria dirigida por Maria Alves Pires de Azevedo, casada com Alfredo de Souza Ramos do lugar de Arrabalde. 28-9-13

Nº 830 O sub-delegado interino de Saúde Abílio Tavares, após aviso verbal, informa por circular que o cidadão Manuel Moutinho, pedreiro-montante do lugar de Pedrouços, exerce a profissão de ortopedista, indo contra o regulamento geral dos serviços de saúde e beneficência pública. 15-10-13

Nº 854 Thomaz Leonardo Teixeira solicita ao Administrador, “a bem dos meus interesses

e obedecendo a ordens superiores, tenho de ausentar-me do concelho da Maia e por isso peço a exoneração do meu cargo, ocupado desde a implantação da nossa querida República”. Também indicava qual deveria ser o seu substituto – Manoel dos Santos Quelhas, residente no lugar da Maia. 23-10-13

Nº 874 O regedor de Moreira, Joaquim José da Silva recebeu a queixa de Joaquim Alves da Cruz, proprietário da Refonteira, queixando-se que na noite de 13 para 14 lhe roubaram da sua eira, entre espigas e milho, 17 medidas de cereal. O suspeito seria Manuel Estremina do lugar de Matos 15-10-13

Nº 876 O regedor de S. Pedro Avioso, Francisco Moreira Campos, informa que recebeu queixa do negociante Bentura Alves de Barros acerca de um comportamento ofensivo de Bernardino Martins de Pinho e Joaquim Martins de Pinho do lugar de Paredes 29-10-13

Nº 920 Carta anónima para o comissário geral da Polícia Judiciária que posteriormente a remete para o Administrador onde descreve um possível homicídio ocorrido há pouco tempo no lugar de Pedrouços, freguesia de Águas Santas. Uma rapariga de 18 anos, Maria Ferreira, teria engravidado, facto que teria sido descoberto pela mãe, Albina Ferreira. Após uma série de agressões da mãe à filha para provocar o aborto, a mãe adquire uma “beberagem” a uma mulher de alcunha “Bebe Água ou a Ferrolha” de virtude e mesinhas, mediante boa quantia e obriga a rapariga a ingerir o produto, vindo a falecer passados 3-4 dias no Gerês.

Nº 921 Tomada de posse do novo regedor de Águas Santas Manuel dos Santos Quelhas que exonerava o regedor substituto António Marques dos Santos Ribeiro 12-11-13

Nº 968 O secretário geral do Governo Civil informa que por indicação do Diretor da Penitenciária de Coimbra, teria falecido no dia 6 na enfermaria da prisão o preso político Francisco Gomes, pedreiro, natural de Vila Nova da Telha

Nº 990 O inspetor da Polícia Judiciária manda intimar uma mulher conhecida por “Bebe Água ou Ferrolha”, residente no lugar de Pedrouços para prestar esclarecimentos acerca da denúncia do presumível homicídio de uma rapariga de 18 anos. Posteriormente todos os envolvidos e testemunhas foram intimadas a prestar declarações. 17-12-13

Nº 1021 O regedor de Gueifães Paulino da Silva pede a exoneração do cargo, sabendo da retirada para Lisboa do amigo Leonardo Teixeira, que teria sido indigitado no cargo. Refere diversas vezes o amor ao jovem regime, estando pronto “a acudir ao serviço da pátria pela República”. 6-12-13

Nº 1029 O governador civil substituto a 23-12-13 nomeia o cidadão Augusto Nogueira da Silva para exercer as funções de Administrador interino.

Correspondência de 1914

Nº 47 Relação dos teares em laboração de S. Pedro Fins para os lugares da Portela – 10 pessoas; Vale – 1 pessoa; Coritelo – 3 pessoas; Quintela – 1 pessoa; Arcos – 5 pessoas; Leandro – 4 pessoas. Faziam igualmente a distinção entre pano de linho e riscado. 14.10.13

Nº 50 Relação dos teares em laboração de Nogueira. Nesta freguesia existiam 6 teares em funcionamento: 1 no lugar da Igreja; 1 no Rio; 2 na Pena e 2 no Carvalhido. 13.10.13

Nº 53 Relação dos teares em laboração de Santa Maria Avioso: dois no lugar de Cidadelha - Delfina Pinta e Albina Dias da Costa. Estas mulheres davam pouco uso aos teares por diferentes razões, uma pela idade avançada e outra por ter outras ocupações 10.10.13

Nº 56 Relação dos Cabos de polícia para a freguesia de Gueifães. Existiam 14 cabos de polícia nomeados, sendo descritos os seus lugares de residência, por descrição do regedor José da Silva Parteira

Nº 78 Duas escolas existentes na freguesia de Moreira, uma para cada sexo em Pedras Rubras e no Padrão. Foi criada uma para o sexo masculino aprovada pelo governo da República a qual para funcionar necessitava de aquisição de uma casa, estando parte da freguesia desprovida de tão útil estabelecimento de ensino. 26.1.14

Nº 79 Inexistência de escolas na freguesia de Barca segundo informação do regedor

Augusto Teixeira da Costa Gens 26.1.14

Nº 80 Em Gemunde existia uma escola oficial já instalada há muitos anos, como indicava o regedor Manoel Moreira Ramos 26.1.14

Nº83 O regedor José da Silva Parteira informa que desde a proclamação da República não se fundou nenhuma escola, existindo apenas uma oficial na freguesia de Gueifães 26.1.14

Nº84 O regedor substituto de Milheirós José da Silva Pereira refere que só existe uma escola pública mista que funcionava regularmente, tendo sido criada pela reforma do Marquês de Pombal, só comportava 100 alunos para uma população de 200 crianças na freguesia, pedindo por isso a criação de uma nova escola para o sexo masculino. 26.1.14

Nº 95 Organização de um cortejo cívico em comemoração do 31 de Janeiro, tendo como presidente Aurélio da Paz dos Reis. Este cortejo iniciava na Praça da República às 13:00 em direção ao Monumento dos Vencidos em 1891 no cemitério oriental, terminando na Praça da Liberdade depois de feita a apoteose da República. Solicitava-se a presença no cortejo no lugar que estaria definido pela organização.



Fig. 8 - Jornal satírico de inspiração monárquica, O Papagaio Real foi um semanário humorístico português publicado em Lisboa. De tendência monárquica e anti-republicana, foi dirigido por Alfredo Lamas e teve direção artística de Almada Negreiros, exercendo uma crítica mordaz e incisiva. Foi publicado durante 5 meses no ano de 1914, tendo o primeiro número saído a 7 de Abril de 1914. Fonte: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PapagaioReal/PapagaioReal.htm>

Nº 100 Existência de uma escola na freguesia de Nogueira, anterior à proclamação da República, segundo informação do regedor Joaquim Teixeira 29.1.14

Nº 101 Existência de duas escolas na freguesia de Vermoim, anteriores à proclamação da República, uma masculina e outra feminina, segundo informação do regedor Manoel Nogueira da Silva 30.1.14

Nº102 Existência de duas escolas na freguesia de Folgosa, anteriores à proclamação da República, uma masculina e outra feminina, segundo informação do regedor Manoel Francisco Maia 28.1.14

Nº 103 Existência de uma escola oficial do sexo masculino na freguesia de S. Pedro de Avioso, no lugar do Castelo e do sexo feminino em Ferronho, segundo informação do regedor Francisco Moreira Campos 2.2.14

Nº 105 Na freguesia de Barreiros, por informação do regedor António Gomes Pereira,

existiam duas escolas já anteriores à República 3.2.14

Nº 106 Em S. Pedro Fins, o regedor António Moreira da Silva refere existir uma escola anterior à República 1.2.14

Nº 117 O regedor José Ferreira da Silva informa que não existe nenhuma escola na freguesia de Silva Escura ao contrário de outras com duas ou três, “encontrando-se a freguesia ao abandono”

Nº 154 Na noite de 16 para 17 ocorreu o arrombamento das portas da Igreja de Matriz de Moreira, incluindo a que dava acesso à sala das sessões da junta. Quem informa o ocorrido é o vice-presidente José Domingues Moreira em virtude do regedor estar ausente da freguesia. 17.2.1914

Nº 173 Na noite de 19 para 20 de Fevereiro dá-se um assalto à Capela de Sra. Guadalupe. Os ladrões usaram chave falsa tendo roubado: um cálice e seus pertences; um par de brincos de ouro; um resplendor de prata de uma imagem; dois litros de azeite e ainda arrombaram a caixa de esmolas, segundo informou o regedor substituto de Águas Santas, António Marques dos Santos Ribeiro

Nº 186 Neste período temporal do ano de 1914, assiste-se a um aumento da Emigração para o Brasil, surgem vários pedidos de licença para se ausentarem para o Brasil como este datado de 4.3.14 pertencente ao 2º cabo Defim d'Oliveira, com o nº42 da Companhia dos Pontoneiros, que se achava domiciliado em Moreira

Nº 188 O regedor Francisco Moreira Campos informou que encontrou a Igreja de S. Pedro de Avioso com as portas da sacristia arrombadas, faltando as seguintes peças: uma parte do cálice superior e suas pertenças no valor de 5 escudos, uns objetos de prata avaliados em 50 centavos e o prejuízo calculado em 2 escudos do arrombamento do telhado 3.3.14

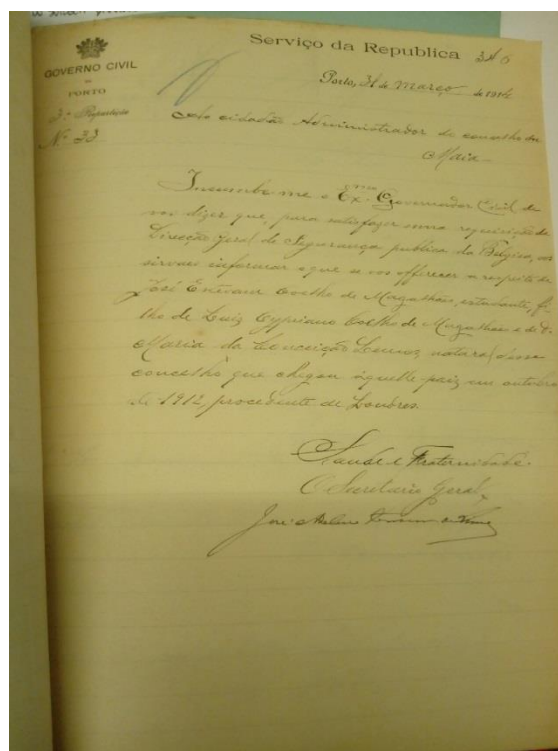
Nº 190 e 191 Assalto à Igreja de Barca. O regedor Augusto Ferreira da Costa Gens informa que na noite passada roubaram um cálice, patena, colher e uma coroa da imagem do Coração de Maria, ambas em prata, por meio de arrombamento da porta lateral 3.3.14

Nº 201 Bomba na linha do elétrico na Giesta, em Águas Santas. O fiscal da companhia de carris, Sebastião de Oliveira, informa o regedor que o cidadão José Luís, de alcunha “o Luís da Giesta” juntamente com dois moços fizeram uma bomba explosiva de clorato de potássio, acionada pela passagem do carro nº 165, provocando um enorme estrondo e assustando os passageiros, caindo na linha uma mulher, apresentando como testemunhas diversos moradores do lugar da Maia 10.3.14

Nº 547 Carta do pároco António Joaquim Farinhote sobre alfaia e pratas, contra a Junta de paróquia e suas práticas de obstáculo ao culto. Este entregou no dia 30 de Junho todas as pratas e alfaia religiosas à comissão concelhia que por sua vez as entregou à junta de paróquia de Águas Santas. Tudo estaria a correr bem não fossem as “várias irregularidades denunciadoras de ódio mal dissimuladas às leis e aos bons servidores da República”. O padre relata divergências entre o acordado com a comissão concelhia e a junta de paróquia no acesso às alfaia e sacristia da igreja, chegando ao ponto da retirada de chaves e insinuações sobre o padre “capaz de cobiçar o alheio”. 1.7.14

Nº658 O regedor António Marques dos Santos Ribeiro comunica que apareceu um cadáver no lugar de Pedrouços, num terreno da casa de Augusto Simões. O corpo do indivíduo foi encontrado pelas 11:00 e removido para a morgue às 19:00 13.8.14

Fig. 9 - Carta do Governo Civil do Porto sobre José Estevão Magalhães, filho do Conselheiro Luís de Magalhães, que se encontrava no estrangeiro e lutou na frente de batalha em França.



Nº 682 e 694 Convite para soldados reservistas para a GNR de Lourenço Marques – condições de admissão: idade mínima de 24 anos e máxima de 36 anos; altura mínima de 1,60m; não ter mais de seis dias de detenção; serviço obrigatório seria de 4 anos contados desde a data de apresentação; pensão até 30% dos seus vencimentos para a família; pré de 3\$75; gratificação especial de guarda de 15\$00; auxílio para alimentação de 16\$50 – no total de 35\$25 além da gratificação de readmissão por direito tendo em conta o tempo de serviço 17/18.8.14



Fig. 10 - O reconhecimento do Estado Português aos seus soldados pelo esforço em diferentes contextos

licenciados e reservistas 15/18/26.8.14

Nº 713, 787, 851 Tabelas de Preços de géneros durante o ano de 1914.

Nº 733 O comissário geral da Polícia Civil do Porto solicita a intimação do cidadão Padre António Farinhote e pede que este avise o cidadão Artur Guedes de morada desconhecida para serem testemunhas sobre o jornal “A Montanha”.

Nº 734 Intimação sobre as palavras injuriosas de Artur Guedes e o Padre António Farinhote O regimento de infantaria nº31 determina que compareçam no quartel deste regimento para serem ouvidos numa averiguação respeitante a umas palavras desrespeitosas para o regime. 27.8.14

Nº 733 O comissário geral da Polícia Civil do Porto solicita a intimação do cidadão Padre António Farinhote e pede que este avise o cidadão Artur Guedes de morada desconhecida para serem testemunhas sobre o jornal “A Montanha”.

Nº 734 Intimação sobre as palavras injuriosas de Artur Guedes e o Padre António Farinhote O regimento de infantaria nº31 determina que compareçam no quartel deste regimento para serem ouvidos numa averiguação respeitante a umas palavras desrespeitosas para o regime. 27.8.14

Nº 782 Relação de soldados para o regimento de infantaria nº31 da freguesia de Nogueira. No total são 20 soldados, num registo que inclui nome, filiação, e nas observações se foi avisado, ignorou ou se vive em outros lugares.

Nº 790 Relação de soldados para o regimento de infantaria da freguesia de Folgosa. O regedor José Maria de Sousa e Silva indica cinco nomes que não estariam avisados da sua incorporação: um em Alfena, outro em Águas Santas, um outro ausente em Espanha, outro de paradeiro desconhecido e por fim, um já falecido. 4.9.14

Nº 698, 718, 728 Circular urgente do Ministério de Guerra reenviada pelo Regimento de artilharia 6 da Serra do Pilar “ reconhecendo a conveniência de enviar para alguns pontos das fronteiras das nossas possessões de Angola e Moçambique, destacamentos de tropas destinadas a zelar a nossa integridade colonial e precaver contra quaisquer contingências que possam resultar da situação em que se encontram algumas nações da Europa a uma das quais nos ligam estreitos laços de aliança e amizade” a Inglaterra. Como tal, fazia-se o convite a oficiais médicos, veterinários do serviço da administração militar, sargentos e mais praças do quadro permanente ou licenciadas. Já o regimento de infantaria nº31 procuravam chauffeurs para Moçambique, com salário de 45\$00 mensais mais alimentação; para Angola pretendiam 2ºs sargentos, 1ºs cabos e soldados do quadro permanente,

Fig. 11 - Tabela de preços no ano de 1914

Nº 842 Informação do Ministério do Fomento que prevendo um constrangimento no abastecimento da metrópole e suas colónias em géneros de primeira necessidade e em combustível, capazes de perturbar a vida material, alimentação, indústria, comércio e até a assistência pública. Pretendiam-se informações sobre os consumos de medicamentos, desinfetantes e artigos para pensos 1.9.14

Nº 855 O 2º cabo nº41 Constantino da Costa comunica que pelas 9:30 do dia 7.10.14 foi informado por Claudino dos Santos Quelhas do lugar da Agra, que se encontrava um homem morto por enforcamento suspenso por uma corda num carvalho, próximo da ponte da Arroeteaça. No local já se encontrava bastante povo. Depois de comparecerem as autoridades locais, ao ver o bolso do corpo do homem que aparentava 35-40 anos, encontrou-se uma carta que indicava ser Antonio Lopez, morador em Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia.

Nº 878 O regedor António Moreira da Silva de S. Pedro Fins comunica que o padre Agostinho de Oliveira Correia e Sá do lugar do Leandro foi vítima de um assalto. O gatuno estava em casa do dito padre “para matar a fome” desde o dia 9 e no dia 11 entrou no quarto do padre, foi-lhe à gaveta e fugiu com 50 a 60 escudos. O homem de nome Cipriano teria 18-20 anos, laço de luto no braço, roupa remendada e seria surdo-mudo. 12.10.14

Nº 925 Relação dos mancebos que ainda não compareceram à instrução, segundo informação do director Tenente Eduardo Napoleão Soares de Castro : inclui as freguesias de Barreiros, Barca, Nogueira, Moreira, Vermoim, Gondim, Silva Escura no total de 29 indivíduos. 30.10.14

Nº 1029 Circular nº 115 do Governador Civil interino de 30.11.14 em harmonia com indicações do Governo onde se pede um redobrado esforço “a administradores, regedores e corporações para estimular na presente conjuntura o sentimento patriótico do povo”. Pretendia-se saber quantos alemães residiriam no concelho, exercendo rigorosa vigilância sobre eles, não consentindo reuniões germanófilas nem boatos alarmantes.

Nº 1035 No dia 4.12.14 pelas 7:00 no lugar da Mouta em Gueifães, em casa do cidadão José Pereira da Silva, ausente no Brasil, ouviram-se gritos de socorro o que fez que acudisse muita gente que entrou na casa e encontrou Domingos Bernardo da Silva, também morador nessa mesma casa com uma menor de idade de nome Aurora. Depois de preso por populares, foi entregue ao cabo de ordens do lugar, que o encaminhou para a Administração sob acusação de tentativa de violação. 4.12.14

Nº 1046 O inspector Agostinho Antunes de Azevedo informa que detetou ensino particular sem habilitações legais por Carolina Ribeiro da Silva no lugar de Pedrouços e Arminda Vicente da Silva do lugar da Granja, intimando-as a encerrarem os respetivos cursos. 5.12.1914

Nº 1091 Relação dos professores do ensino primário com a devida habilitação legal – descrevia os nomes dos professores, sexo a que se destina, nome do instituto. Identificava 14 professores no concelho: sete em Águas Santas, três em Moreira, um em Milheirós, dois em Nogueira e um em Santa Maria Avioso.

Conclusão

Enquanto um pouco por todo o país assistiam-se a episódios de perseguições religiosas e alterações políticas, contrariando um pouco a visão da revista *Ilustração Portuguesa*, que mostrava na sua capa uma imagem serena e simples. De um Portugal vagaroso e bucólico. Esta revista semanal editada pelo jornal *O Século*, cuja publicação se iniciou em 9 de novembro de 1903 e cessou em 1924 é uma importante fonte de informação sobre o panorama social, político e cultural do Portugal contemporâneo do início do séc. XX, dando especial importância à imagem. Conforme refere Francisco Seixas da Costa, “Está lá tudo - a decadência (escondida) dos últimos Braganças, o regicídio, os números empolgantes sobre o 5 de outubro, toda a saga da Primeira República, com a Grande Guerra pelo meio. Os últimos números denotam já um certo cansaço. Era o regime a esvair-se, a caminho da ditadura”².

² In <https://duas-ou-tres.blogspot.com/2014/01/ilustracao-portuguesa.html>



Fig. 12 - Capa da revista Ilustração Portuguesa de Dezembro de 1913. Fonte http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1913/N406/N406_item1/index.html

A realidade do concelho da Maia também não seria muito diferente.

Das perturbações do culto religioso, aos constrangimentos no abastecimento de cereais, nas divergências entre republicanos e monárquicos, na falta de políticas de desenvolvimento sustentado até ao envio das primeiras tropas para África.

E foi neste cenário de estagnação, alheamento e subdesenvolvimento que Portugal envia os primeiros soldados para Angola e Moçambique em Outubro de 1914 como resposta à invasão do sul de Angola e norte de Moçambique pelos alemães.

“A questão colonial tornava-se a principal razão para a declaração de guerra. Desta forma, o país vai entrar na Grande Guerra com a intenção de reconquistar as áreas anteriormente usurpadas e impedir que os germânicos continuassem a invadir cada vez mais as suas colónias”³.

A grande maioria dos maiatos que foram mobilizados para a Grande Guerra serviram nas campanhas africanas e também aí se registou o maior número de baixas.

Tomemos como exemplo a chegada do 31º Regimento do Porto, apenas quatro meses depois do seu desembarque e de não terem participado em qualquer combate,

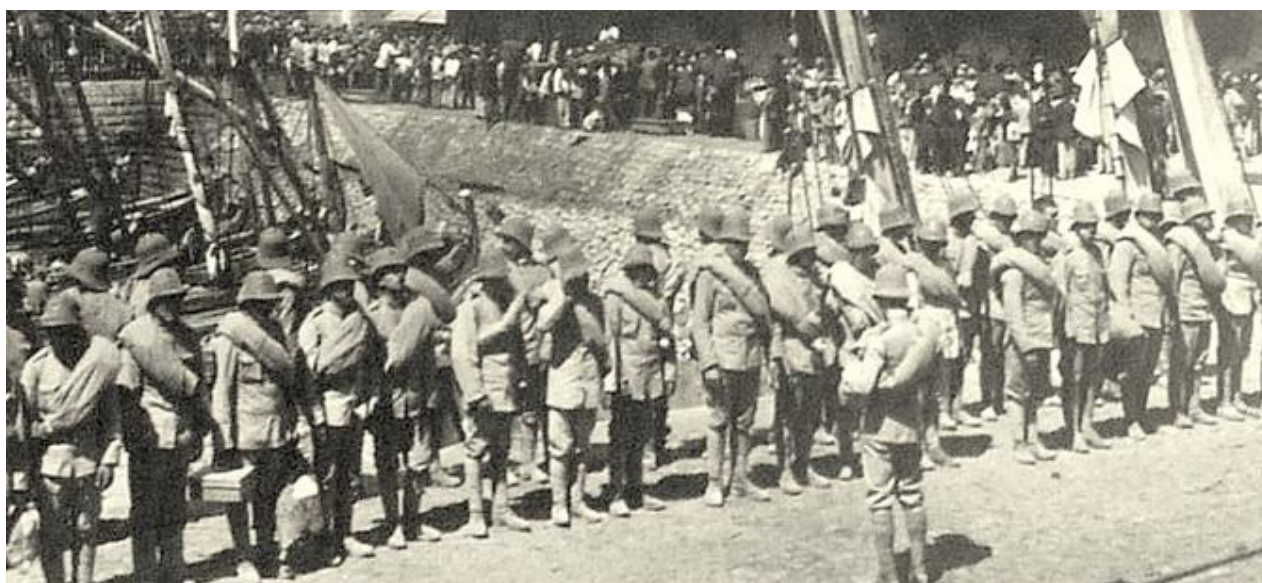


Fig. 13 - Embarque de soldados portugueses em Lisboa tendo como destino Moçambique Fonte: <https://ivairs.wordpress.com/2016/08/01/mocambique-palco-de-disputa-sangrenta-na-i-guerra-mundial/>

³ RITA, Fernando; “O exército português na Grande Guerra” 1914-1918, revista do Jornal do Exército, 2018

Entre os 1074 homens registavam-se 203 mortos e 511 hospitalizados, o que demonstra bem a falta de preparação atempada e cuidadosa na instalação das tropas, a falta de cuidados de saúde, numa clara impreparação para a vida em contexto africano – doenças, fome, sede, clima e até desleixo

Mas, conforme refere Filipe Ribeiro de Meneses⁴, “Portugal, país pequeno com grande e apetecível património colonial por consolidar, não podia ficar arredado da contenda”, sob pena de ver-se espoliado das colónias após o final da guerra.

Fontes

Arquivo Municipal da Maia

Atas da Câmara Municipal da Maia

Correspondência recebida pelo Administrador

Referências Bibliográficas

CORREIA, José Manuel; Aquis Sanctis, Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Águas Santas- Maia, nº27 3º Tri.2001, p.1.

MENESES, Filipe Ribeiro de; “*A Grande Guerra de Afonso Costa*”, D.Quixote, 2015

RITA, Fernando; “O exército português na Grande Guerra” 1914-1918, revista do Jornal do Exército, 201

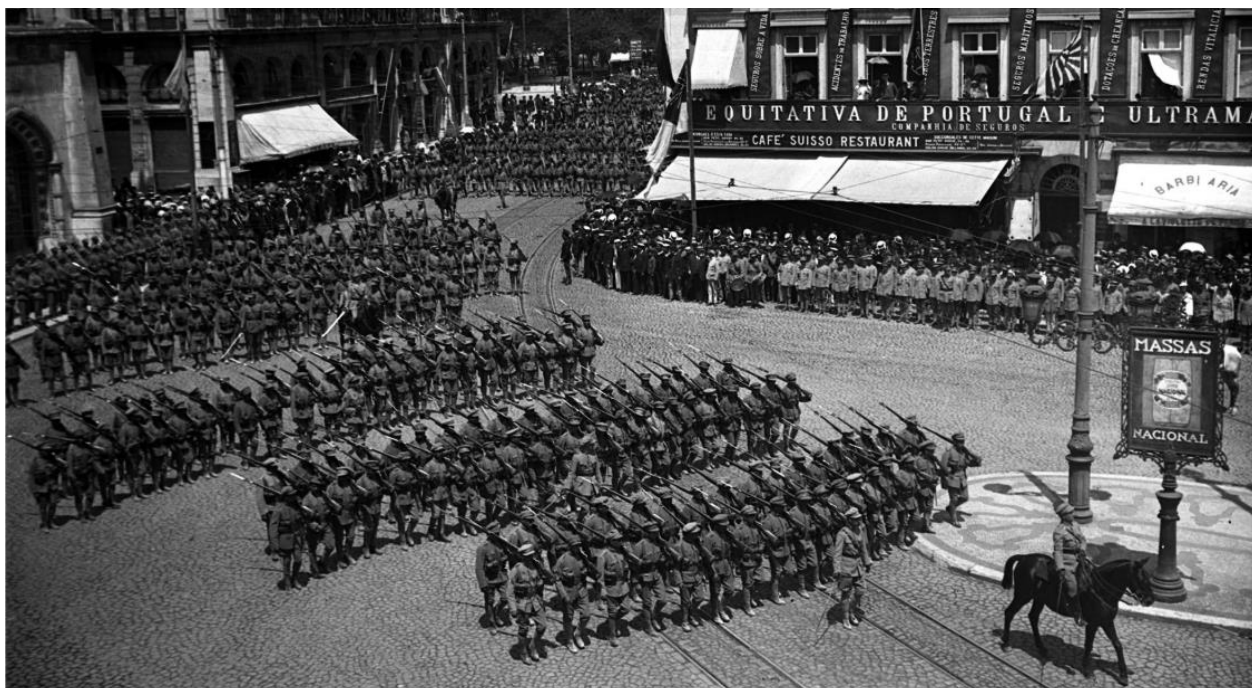


Fig. 14 - Desfile da Vitória em Lisboa. Fonte: <https://www.publico.pt/2014/07/27/fotogaleria/i-grande-guerra-337440#&gid=1&pid=2>

⁴ MENESES, Filipe Ribeiro de; “*A Grande Guerra de Afonso Costa*”, D.Quixote, 2015

Portugal na Grande Guerra: da acção militar à representação literária Introito

Joaquim Jorge Moreira da Silva *

Resumo: Com este texto pretende-se uma abordagem em jeito de balanço da produção da ficção nacional tendo por tema a Primeira Guerra Mundial. Este tema foi pelo autor abordado em várias palestras nas sucessivas edições da Feira do Livro da Maia e, no final do ano passado, na Convenção Literária “Literaturando a Grande Guerra”

Palavras-chave: Grande Guerra; Ficção Nacional; Comunidade de Leitores da Biblioteca da Maia

Introdução

Entre 2014 e 2018, por alturas da Feira do Livro da Maia, tive oportunidade de, ao longo de cinco palestras – ou conversas para ser mais fidedigno – falar com o público maiato sobre alguns dos espaços que envolveram a participação de Portugal na Grande Guerra. O pretexto como é fácil de ver, prendia-se com a evocação do centenário do primeiro conflito mundial, evocação essa acarinhada de um modo muito especial através do Projecto a “A Maia e os maiatos na Grande Guerra”.

O texto que agora se recupera o momento do primeiro contacto com o público maiato, ocorrido em Julho de 2014 e, por outro aflora um outro momento, este de maior projecção e arrojo, em que a palavra foi dada aos escritores, na primeira pessoa, com obra publicada sobre o tema da Primeira Guerra Mundial, ocorrido no mês de Dezembro de 2018. A Convenção Literária “Literaturando a Grande Guerra” foi o evento que encerrou este ciclo, dando voz à literatura.

Procurar-se-á recuperar o máximo de informação possível do que foi dito então, não havendo por isso uma sistematização de teor académico. Não se pretende, igualmente, efectuar um exercício exaustivo (nunca o é...), nem tão pouco proceder a uma explanação especializada, haverá certamente gente mais habilitada para o efeito; será isso sim, um afloramento de vários tópicos que – espero – ajude a ter uma perspectiva geral capaz de incitar cada um de nós a escolher um veio e aprofundá-lo dentro das vossas capacidades. Neste particular, e dentro da geografia do conflito, tentou-se privilegiar o palco de guerra africano por se considerar o mais esquecido e negligenciado pela historiografia portuguesa, a que se juntará, igualmente, um esquecimento literário.

Desde início que se procurou promover uma ligação entre este facto histórico em concreto e a literatura de cariz histórico produzida em Portugal que viu a Grande Guerra como matéria literária. Por isso não é de estranhar que competisse à literatura encerrar e fechar este ciclo. Este é o assunto da segunda parte deste texto.

A conclusão, a haver uma, competirá ao leitor extraí-la a partir de uma leitura atenta e cuidada do texto.

Permita-se-me a referência, para memória futura, dos títulos das palestras proferidas entre 2014 e 2018: em 2014 falei sobre “Sombras de uma guerra esquecida: a intervenção portuguesa em

* Coordenador da Comunidade de Leitores da Biblioteca Municipal da Maia. Investigador

África no âmbito da Primeira Guerra Mundial”; em 2015: “Portugal em África na Grande Guerra: máscaras de uma neutralidade ficcionada”; em 2016: “1916: o ano em que as duas faces da guerra se encontram”; em 2017: “1917: um país, duas frentes de batalha”, e para finalizar em 2018: “Portugal, 1918: o ano de todos os fantasmas da guerra”.

Todo este processo de evocação da experiência portuguesa na Grande Guerra serviu para homenagear os portugueses, e em particular os maiatos, que participaram no conflito em África e no teatro de guerra europeu.

Primeira Parte

A presente reflexão tem um duplo enquadramento que lhe confere, ou pelo menos é essa a intenção, um carácter singular, subjectivo, não inteiramente sujeito aos ditames das regras do fazer histórico.

O primeiro aspecto prende-se com a intenção de evocar o centenário da I Guerra Mundial e a dolorosa participação portuguesa na sua dupla qualidade: de país colonizador necessitado de defender as suas colónias e na qualidade de membro – oficial – das forças aliadas.

No segundo ponto, e o mais original, fazer a articulação entre este acontecimento e a sua repercussão nas letras portuguesas, com especial enfoque na obra ficcional romanceada. Este ponto é muito importante porque permite articulá-lo com o Projecto da Comunidade de Leitores da Biblioteca Municipal da Maia, actualmente em fase de desenvolvimento. Este ponto em concreto permite ligar com o conceito de ‘Representação Literária da Grande Guerra’ na literatura ficcional portuguesa. Aqui encontraremos alguns dos afloramentos que, seguramente serão merecedores de uma atenção redobrada e desenvolvimento mais pormenorizado num futuro texto.

Sendo romântico nas expectativas e especulativo nos resultados, diria que se trata de fazer um quase anuário da guerra muito especial com a pena da literatura. Será que existe matéria-prima para tal? Esse é o desafio que só a leitura e estudo das obras o dirá.

A I Guerra Mundial marcou de forma indelével a humanidade, incrustando-lhe marcas profundas nos domínios social, económico, político, artístico, geográfico e científico, entre outros. Portugal, à semelhança dos outros países que nela participaram, sentiu na pele os efeitos da guerra, desde logo porque foram muitos os portugueses mobilizados para nela combaterem, em África como na Europa.

A representação de que a guerra foi humilhante para nós, predomina ainda hoje em muitos sectores¹.

Qual a razão do título para esta palestra² «Sombras de Uma Guerra Esquecida: a intervenção portuguesa em África no âmbito da I Guerra Mundial»? É verdade que também se podia denominar «Portugal a caminho da Guerra com uma guerra de permeio», ou “Uma história de

¹ Alguém escrevia numa página de facebook a propósito do livro de Cristina Drios “Os olhos de Tíresias”: “Como o subtítulo anuncia, é um livro que toma como cenário a I Guerra Mundial, um período menos explorado ficcionalmente (tanto no cinema, como na literatura) do que a II Guerra Mundial, inclusivamente em Portugal, o que poderia à partida parecer estranho, dado que o nosso país participou efectivamente na Guerra de 14-18, não tivesse essa participação constituído um episódio humilhante da história nacional recente. Muitas vezes esquece-se, ou não se sublinha o suficiente, ou pelo menos não se explora o potencial narrativo dessa participação. Ao fazê-lo, um dos méritos indirectos do livro da Cristina Drios foi adensar a minha curiosidade sobre esse período da história e levar-me, por exemplo, a debruçar-me sobre algumas das muitas obras e documentários lançados este ano a pretexto do centenário do primeiro grande conflito mundial.”

² Palestra proferida em Julho de 2014, na Feira do Livro da Maia.

equivocos na participação de Portugal na Grande Guerra»

Em primeiro, porque na Imprensa de uma forma genérica e nas representações populares da guerra, o único palco de batalha das tropas portuguesas foi o solo francês. A Consulta posterior de uma alguma historiografia confirmaria em parte esta avaliação empírica: ora omitia, ora desconsiderava o alcance e importância do teatro de guerra africano. Hoje, felizmente, algo começa a mudar.

Isto mesmo pode ser aferido a partir de um exemplo concreto proporcionado por Ricardo Marques que no seu livro “Os fantasmas do Ruvuma” (2012), afirma na Introdução que *“para a maioria dos portugueses, a Grande Guerra de 1914-1918 é sinónimo de uma e apenas uma coisa: La Lys, a enorme batalha que marcou para sempre mais de 7000 soldados portugueses. Para mim também era isso e trincheiras e gaseados e frio e saudades de casa e milhões de mortos”* (: 13-14).

Foi a propósito de um nome, Francisco Pedro Curado – Capitão – surgido no meio de uma conversa, que o autor teve a vontade de procurar, de saber mais, de aprofundar uma realidade esquecida, começando a recolher material para o livro antes citado: *“Já não era só uma vida. Havia milhares de vidas, milhares de soldados a caminhar pela selva sem saber muito bem o que deviam fazer”*.

O seu livro pretende contar *“a história de uma guerra de que ninguém fala. Não se comemora, não enche páginas de jornais e, salvo raras exceções, é tratada em meio dúzia de linhas nos novos livros de História”* (: 15).

Um oficial alemão resumia a guerra com alguma comicidade: *“Os ingleses perseguem-nos e nós perseguimos os portugueses”* – simples e perceptível.

Em segundo lugar, sempre que se tropeçava em alguma informação sentia-se algum mal-estar, algo de equivoco...

Veja-se as afirmações de Filipe Ribeiro de Menezes constantes no muito recente livro “Impérios em Guerra: 1991-1923” com organização de Robert Gerwarth e Erez Manela. O historiador português recupera uma notícia do jornal “O Século” datada de 5 de Setembro de 1923: na primeira página do jornal fazia-se alusão às comemorações da véspera sobre a campanha no Sul de Angola em 1914-1915. O evento, muito participado pelo público, serviu para condecorar com a Medalha de Valor Militar:

- O Estandarte do 1º Esquadrão de Dragões da Província do Planalto de Angola
- O Estandarte da 1ª Bateria de Metralhadoras Indígena de Moçambique

E com a Cruz de Guerra de 1ª Classe:

- A 5ª Companhia de Infantaria Indígena de Moçambique

Recompensavam-se, assim, os soldados da metrópole, os colonos angolanos brancos e os soldados moçambicanos negros, pela sua bravura em nome de uma pátria que se mostrava grata.

Segundo o jornal, e cito: *“a campanha em surdina, que dava a entender que os esforços gloriosos dos que haviam lutado em terras de África contra homens e animais sofrendo com o clima inclemente e a traição de tantos negros foram esquecidos, foi derrotada ontem”*. Mais à frente afirmava-se: *“O significado da campanha que está a ser celebrada confere grande prestígio à I República. Foi o primeiro feito de armas levado a cabo pelo novo regime e o sangue derramado foi o sangue português derramado em prol da causa pela qual nós, posteriormente, tantos sacrifícios iríamos fazer – a causa dos aliados, a causa da Lei contra a injustiça, a causa da liberdade e da cultura ocidental contra tirania militarista e a barbárie dos teutões”*.

Se falamos antes em equivocos, é porque a notícia disso dá nota, já que levanta algumas questões, veja-se: Porque se combatia nas colónias, mesmo antes de Portugal estar em Guerra? Fala-

se em traição de negros, em que consistiu essa traição? Fala-se em campanha em surdina contra a memória dos feitos militares que agora se celebravam, porquê?

O Estado Novo quis esquecer esta guerra (em 1933 proíbem-se a publicação de memórias de soldados). O esforço foi deliberado e relativamente bem sucedido. E é pouco condizente com a vocação ultramarina do país. A estratégia funcionou: dizia-se que publicar memórias “*atentava contra a dignidade do exército*”. A história oficial também não presta a mínima atenção à Grande Guerra. Com excepção de uma história de Portugal dirigida por Damião Peres a partir da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com algumas páginas dedicadas ao conflito, as demais não prestam atenção. Isto pode levar-nos a perguntar: o que aconteceu foi algo assim tão insignificante? Não. Não foi, pelo número de mortos: morreu mais gente em África, em Moçambique do que na Flandres; os meios empregues na campanha africana foram enormes.

Portugal conseguiu esquecer esta guerra. Tenta-se aqui desenterrar este tema, esta história.

O território por onde as tropas portuguesas iam só era conhecido há cerca de vinte, trinta anos, não havia mapas actualizados ou fidedignos. O primeiro erro de Portugal na guerra foi não dar armas aos negros para combater.

O que era África para nós no início do século XX? Era uma pena no chapéu das classes mais cultas. Era o que nos restava da grandeza do passado. O crescimento dos Impérios europeus, da Inglaterra, da França e da emergente Alemanha faz com que haja uma corrida a África. Mas há uma Conferência – Conferência de Berlim – em 1885, em que as coisas mudam de mal para pior: dizia-se que um país só pode reclamar a posse de terras ultramarinas (colónias) se ocupar efectivamente o território.

Nós com cinco milhões de habitantes, pobres, falidos, não tínhamos uma efectiva ocupação. Dá-se uma corrida para pacificar os indígenas e depois ocupar o terreno. O Mapa Cor-de-rosa que suscitou a oposição dos ingleses – territórios do centro entre Angola e Moçambique, culmina no Ultimato Inglês em 1890, uma vergonha para Portugal. Este está na origem do triunfo dos Republicanos em 1910, após o regicídio em 1908. Em 1910 só havia uma República que era a França. Mas a posse era muito frágil. Nem a Inglaterra, nem a Alemanha compreendiam como um país com tantas dificuldades e falido podia ter tantos territórios.

A nossa fragilidade na altura, como hoje, é a dívida. E esta dívida está na base de um acordo entre a Inglaterra e a Alemanha. Nessa altura Portugal salvou-se graças aos franceses. Em 1912 regressa o perigo com um acordo semelhante entre ingleses e alemães. Os planos foram interrompidos graças à deflagração do conflito.

Há a percepção de que se não defendermos as colónias ficamos sem elas. Envia-se as primeiras expedições. O republicanismo era radical. A guerra era uma forma de criar um novo regime com um novo tipo de homem, com novos portugueses. Mas a Inglaterra não queria que entrássemos na guerra. O exército estava dividido (entre uma cúpula monárquica e republicanos), havia falta de disciplina, com falta de dinheiro para pagar salários, por exemplo. Ao longo da guerra, a guerra submarina faz-se sentir, sobretudo a partir de 1915, fazendo com os ingleses comecem a sentir falta de navios. Pensam em recursos e observam os navios alemães apresados em portos neutrais, onde se incluía os portugueses. Em Portugal eram cerca de 70 navios. A Inglaterra pede então a Portugal que aprese os navios e Portugal força os ingleses a meterem-nos na guerra. Em Março de 1916, acontece e com isso entramos na guerra.

Mandámos para África homens, sobretudo oriundos do Minho, Trás-os-Montes e Beiras que desconheciam o que era África e nunca tinham visto o mar. As poucas coisas que sabiam eram

assustadoras: África era o lugar de degredo, eram as terras negras, sítios inóspitos, violentos. Para África só de castigo. A Pátria, para o português comum da província, era uma abstracção. Isto podia ser resolvido com propaganda moral e treino, só que Portugal não tinha as mínimas condições para o fazer. Muitos dos que embarcaram não sabem nada, nem do que os esperam a nível sanitário e isto é o mais grave. O estranho é que os alemães sabiam o que os esperava e o que fazer e só lá estavam desde 1885. Nós descuramos isso completamente e isso fez toda a diferença. Acontece que na terceira expedição a devastação das doenças foi enorme.

Antes da deflagração do conflito existia uma paz podre, armada para que o conflito não deflagrasse (embora fosse desejado). Predominavam os ressentimentos, rivalidades entre nações. Os interesses eram demasiado grandes para que a diplomacia e a vontade política de alguns os resolvessem. Os antecedentes históricos recentes não favoreciam uma acalmia dos espíritos, ou soluções negociadas.

A análise das causas da guerra ainda hoje causa dificuldades quando se pretende hierarquizar, em grau de importância o conjunto de factores que a originaram. Determinante foi sem dúvida a rivalidade económica profunda das grandes potências, sobretudo entre a Alemanha e a Inglaterra.

Em 28 Julho de 1914, dá-se a Declaração de Guerra da Áustria à Sérvia. A partir daqui funcionou o sistema de alianças tão laboriosamente urdido nos anos anteriores.

Ao mesmo tempo que a guerra se estende pela Europa, os diferentes governos parecem alhear-se da vontade de se empenharem verdadeiramente para a evitar. Já poucos se lembram do atentado de Sarajevo. Já ninguém procura encontrar outras soluções – a guerra parece ser a solução.

A invasão de Bélgica pelos alemães marca o início da guerra, nos inícios de Agosto de 1914. O fim da guerra deu-se em 11 de Novembro de 1918, com a assinatura do armistício. Este fim deu-se nessa altura porque a guerra *“só parou com o esgotamento de recursos, a destruição das cidades, a desolação dos campos e um intenso sofrimento”* (Afonso, 2014: 7).

A Guerra em números: Durou 51 meses. 65 Milhões de homens mobilizados. 8,5 Milhões de mortos. 20 Milhões de feridos. Milhares e milhares de prisioneiros

Se alguma coisa a guerra demonstrou foi a fragilidade da ordem internacional *“baseada no equilíbrio de poderes e na rede de alianças tecida por uma complexa e intrincada matriz de relações entre as nações”* (Afonso, 2014: 7).

Se hoje nos é possível fazer uma caracterização quantitativa da guerra com algum rigor e detalhe, o mesmo já não se pode dizer do estado de alma dos povos arrastados para o conflito. Falta-nos uma análise de sentimentos de pessoas, combatentes ou não combatentes, das ideias dos grupos e colectividades, das famílias, das aldeias, dos povos... Matéria, apetecível sem dúvida para o domínio literário.

Portugal mobilizou mais de 100 mil homens dos quais mais de 8 mil morreram, nas duas frentes, europeia e africana.

Portugal vivia à época uma situação no mínimo complexa e delicada no contexto europeu. Era, sobretudo, três as componentes que condicionavam a política internacional portuguesa: as relações com Espanha, a aliança com a Inglaterra e a questão colonial.

Diga-se, desde já, que as duas últimas estavam muito ligadas. A República implantada em 5 de Outubro de 1910, não teve tempo para solucionar os problemas principais com que se deparava e muito menos para se preparar para a guerra.

A frente interna e os seus múltiplos problemas exigiam soluções imediatas e

empenhamento total³; ao mesmo tempo que por toda a Europa se reforçava a máquina de guerra e o poderio bélico. Ainda nos primórdios de Agosto de 1914, Teixeira Gomes recebia instruções do governo inglês para que Portugal se abstivesse de publicar qualquer declaração de neutralidade. Este simples gesto como que determina o papel de Portugal e a dependência face a Inglaterra.

Esta posição de não neutralidade e não beligerante manter-se-á até 9 de Março de 1916, até ao momento que Portugal apresa os barcos alemães que estavam fundeados nos portos portugueses, com a consequente declaração de guerra por parte da Alemanha.

A 24 de Agosto, Portugal tem o seu baptismo de fogo: enfrenta o primeiro incidente de guerra com a Alemanha: a pequena guarnição portuguesa de Mazíria, no norte de Moçambique é atacada por forças da vizinha África Oriental Alemã.

Não será despidiando atentar, ainda que de forma breve e algo esquemática, ao estado e situação das colónias portuguesas nos idos de 1914. O Império português era nas palavras de Ribeiro de Meneses (2014) *“um conjunto incipiente, ainda que venerável, de territórios espalhados por três continentes”*.

Havia um encanto por África. As campanhas de pacificação criaram heróis como Paiva Couceiro ou Mouzinho de Albuquerque (meados da década de 1890). Eram, contudo, campanhas defensivas e caras e não acrescentavam na prática território. A coroa tinha dificuldade em encontrar investidores portugueses para investir nas colónias, e os emigrantes portugueses desdenhavam as colónias e preferiam o Brasil.

Os olhos germânicos cobiçavam, por isso, territórios sob administração belga e portuguesa.

Geograficamente as colónias portuguesas antes da Guerra distribuíam-se por dois blocos:

1. Em África: ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, Guiné, Angola e Moçambique
2. No extremo oriente: Índia Portuguesa, Macau e Timor

No que concerne a Angola: *“Angola não fugia à regra das colónias portuguesas – crise económica e financeira regular e orçamentos constantemente deficitários”*. A administração portuguesa não levava a cabo medidas de fundo tendentes a incrementar o desenvolvimento da colónia. A República compreendeu a necessidade de inverter esta situação e definiu como objectivo colonial principal, a integridade, a descentralização e a autonomia

Por seu lado, Moçambique era o centro de várias cobiças, muito por culpa da sua localização geográfica, da Importância dos seus portos para os territórios vizinhos do interior, das suas riquezas e naturais aptidões agrícolas e valor do subsolo. De certa forma, a actuação da administração portuguesa poderia ser acusada de facilitar essas cobiças.

Conquanto, Portugal sentia dificuldades internas, uma vez que tinha necessidade de efectuar contínuas operações militares contra revoltas internas, além de sentia dificuldades em obter capitais (para além das receitas provenientes do movimento dos portos e das trocas comerciais). E sentia dificuldades externas: as Guerras sul-africanas perturbaram muitas vezes os seus planos de desenvolvimento (circulação de mão de obra e mercadorias)

Ao aproximar-se a guerra, Portugal possuía extensos territórios coloniais, cuja soberania preservava apesar das dificuldades crescentes e das cobiças alheias. As fronteiras territoriais encontravam-se geralmente aceites e a soberania portuguesa era reconhecida internacionalmente.

O governo português não se surpreendeu com os reflexos da guerra em território africano. Procurou desde logo compensar a fraqueza da preparação e dos efectivos militares coloniais com o

³ A República teve êxito contra as reacções monárquicas; no reconhecimento internacional da República e na criação de uma nova administração.

tropas alemãs. Não obstante, a verdade é que Portugal não estava preparado para enfrentar as dificuldades que ia encontrar. Ferreira Martins no seu livro “Portugal na Grande Guerra” farta-se de mencionar a palavra “Improvisação”⁴: improvisação no recrutamento e na instrução; improvisação na organização e planeamento; improvisação na execução das operações

A guerra em Angola em 1914: antes da guerra a guarnição militar de Angola era quase insignificante. Nas palavras de Norton de Matos, “*caí-me a cara de vergonha ao dizer o estado desta pequena força*”.

As primeiras expedições para Angola e Moçambique partiram de Lisboa a 11 de Setembro de 1914.

A expedição que ia para Angola era comandada pelo Tenente-Coronel Alves Roçadas (antigo governador de Huíla, sul de Angola). Desembarcou em Moçâmedes e em ligação com Norton de Matos, governador-geral de Angola, deslocou as tropas para a fronteira sul: o seu inimigo revelava-se claro: eram as tropas alemãs do sudoeste africano, confirmado pelos incidentes de Naulila em 19 de Outubro e o ataque alemão a Cuangar em 30 do mesmo mês. A expedição tinha um efectivo superior a 3000 homens, incluindo cerca de 1000 soldados indígenas.

Assim, a iniciativa do ataque pertenceu ao lado alemão que em 18 de Dezembro o fez em direcção a Naulila. Após várias horas de combate, as forças portuguesas retiram com pesadas baixas. Contudo, os alemães também recuaram para as suas bases. As consequências não foram outras que não as resultantes do que ficou chamado «Desastre de Naulila» e dos reflexos que teve no comportamento dos povos indígenas do sul de Angola.

Um Batalhão da Marinha embarcou em Novembro de 1914, fazendo com que as forças presentes no sul de Angola fossem superiores a 5000 homens.

No que se relaciona com o teatro de guerra moçambicano existem algumas similitudes com o processo angolano: tal como em Angola, as tropas coloniais eram diminutas e mal preparadas. Com o início da guerra e com a vizinhança da colónia alemã na fronteira Norte, a percepção do perigo era maior, havendo necessidade de reforçar as defesas.

A primeira expedição não tinha objectivos concretos, além de reforçar as forças existentes: melhorar as condições militares da margem direita do rio Rovuma. O seu efectivo rondava os 1500 Homens. Estes foram dizimados rapidamente pelas doenças.

Uma segunda expedição embarcou em Lisboa comandada pelo major Moura Mendes (oficial sem experiência colonial). Chegaram ao Norte de Moçambique em Novembro e logo se verificaram as mesmas deficiências: má instrução, deficiente equipamento, fraca acção de comando e péssimo apoio sanitário. As chuvas e as doenças paralisaram as tropas durante meses.

Ricardo Marques (2012: 16) afirma o seguinte: “*A verdade é que tudo correu mal aos portugueses. Na frente e na retaguarda. As constantes mudanças de governo e a instabilidade política em Lisboa sentiam-se a milhares de quilómetros. Em África, as condições não podiam ser piores. Os soldados morriam às centenas sem darem um tiro, sem saírem da base, atacados por paludismo, disenteria e sífilis. Outros morriam de cansaço nas marchas de milhares de quilómetros pela selva, se outro objectivo que não fosse andar. Andar, sempre andar. Depois havia os alemães, comandados por um estranho General...*”

No total, provenientes das colónias e de Portugal Continental, a frente africana envolveu

⁴ No final da contenda foi possível, com o esforço e com uma conjugação de factores, manter-se o essencial: a integridade territorial das colónias.

39 201 combatentes. Morreram 2007 brancos, cerca de 6000 soldados negros.

Portugal teve uma experiência dolorosa na sua participação no primeiro conflito mundial, na sua dupla qualidade de país colonizador necessitado de defender as suas colónias a partir de 1914, e enquanto membro – oficial – das forças aliadas a partir de 1916.

Segunda Parte

Nesta segunda parte do texto intenta-se fazer a articulação entre este acontecimento e a sua repercussão nas letras portuguesas, com especial enfoque na obra ficcional romanceada. A articulação com o Projecto da Comunidade de Leitores da Biblioteca Municipal da Maia, possibilitou a realização de uma Convenção Literária dedicada ao tema das ‘Representações Literárias da Grande Guerra’ na literatura contemporânea portuguesa. O evento teve lugar nos dias 14 e 15 e nele foi possível cruzar as leituras da história e da ficção.

As memórias individuais dos soldados portugueses que participaram na guerra, contribuíram para uma representação popular da Grande Guerra: um pouco por todo o país se contavam histórias e se mostravam relíquias, desde armas, máscaras de gás, ou um outro apetrecho capturado ao inimigo. Muitas dessas narrativas – misto já de ficção e de realidade – acompanharam o desaparecimento dos seus autores, fazendo perigar essa mesma narrativa popular.

A literatura constitui um repositório por excelência do devir sócio-histórico, acolhendo no seu seio uma plêiade de registos, com capacidade bastante para nela se fixar muitas das histórias que a tradição oral difundiu mas é incapaz de proteger.

Nesta primeira abordagem à forma como a literatura pensa e veicula o modo como recepciona este tema histórico e o converte em matéria friccionável, daremos notícia do corpus literário escolhido acompanhado de um pequeno resumo de cada obra. As obras escolhidas têm a Grande Guerra como eixo temático principal.

Em futuro artigo dar-se-á conta da análise da produção literária portuguesa, produzida no pós guerra, com o intuito de nela isolar Num segundo momento, identificadas as obras e realizada a sua leitura, intentou-se criar um quadro interpretativo capaz de contribuir para uma melhor compreensão de um conjunto de questões emergentes. São várias as questões à procura de uma possível resposta: a) Que impacto tem a Grande Guerra na Literatura contemporânea Portuguesa? b) Dentro do tema Grande Guerra quais os assuntos mais relevados nas obras? c) Poder-se-á falar da existência de características comuns susceptíveis de evidenciarem uma narrativa literária portuguesa da Grande Guerra?

O corpo literário (sempre dinâmico como é de esperar) é composto pelas seguintes obras:

1. **Os Olhos de Tirésias**, Cristina Drios, 2013, Teorema
2. **A Segunda morte de Anna Karénina**, Ana Cristina Silva, 2013, Oficina do Livro
3. **Amor entre guerras**, Sofia Ferros, 2014, Casa das Letras
4. **O destino do Capitão Blanc**, Sérgio Luís de Carvalho, 2009, Planeta
5. **A devastação do silêncio**, João Reis, 2018, Elsinore
6. **O ano da dançarina**, Carla M. Soares, 2017, Marcador
7. **Heróis do ar**, Jaime Martins, 2018, Ed. Cultura
8. **Mataram o Sidónio**, Francisco Moita Flores, 2010, Casa das Letras
9. **O soldado Sabino**, Nuno Gomes Garcia, 2012, Bloco Editora

- E eu fiz esta cantiga atravessando o Rovuma - Joaquim Moreira Varão, moreirense na Grande Guerra

José Augusto Maia Marques*

Resumo: Joaquim Moreira Varão foi um jovem moreirense mobilizado para a Grande Guerra na frente africana. Com base num caderninho que utilizou para tomar notas, na sua documentação militar e em algumas informações de familiares, procuramos reconstituir o seu percurso..

Palavras-chave: Moreira da Maia, Grande Guerra, Moçambique; Rovuma

“Aos três dias do mês de junho do ano de mil oitocentos e noventa e quatro, nesta Igreja Paroquial do Salvador de Moreira, Concelho da Maia, Diocese do Porto, batizei solenemente um indivíduo do sexo masculino, a quem dei o nome de Joaquim, [...] que nasceu nesta freguesia, no lugar de Carvalhido às dez horas da tarde do dia catorze do mês de maio do ano de mil oitocentos e noventa e quatro, filho legítimo de Joaquim Moreira, carpinteiro, e de Emília da Silva, costureira, naturais desta freguesia, nela recebidos e paroquianos, neto paterno de Manuel Moreira e Teresa de Jesus e materno de António Barbosa e Francisca Ferreira. Foi padrinho José Ferreira de Andrade, casado, proprietário, e madrinha Ermelinda Moreira da Silva, solteira.”¹



Fig. 1 - Fragmento do assento de batismo de Joaquim Moreira Varão, o primeiro documento que se lhe refere.

Fonte: ADP2008P1022OD526

* Historiador, Antropólogo e Ensaísta. Da Câmara Municipal da Maia. Do Green Lines Institute.

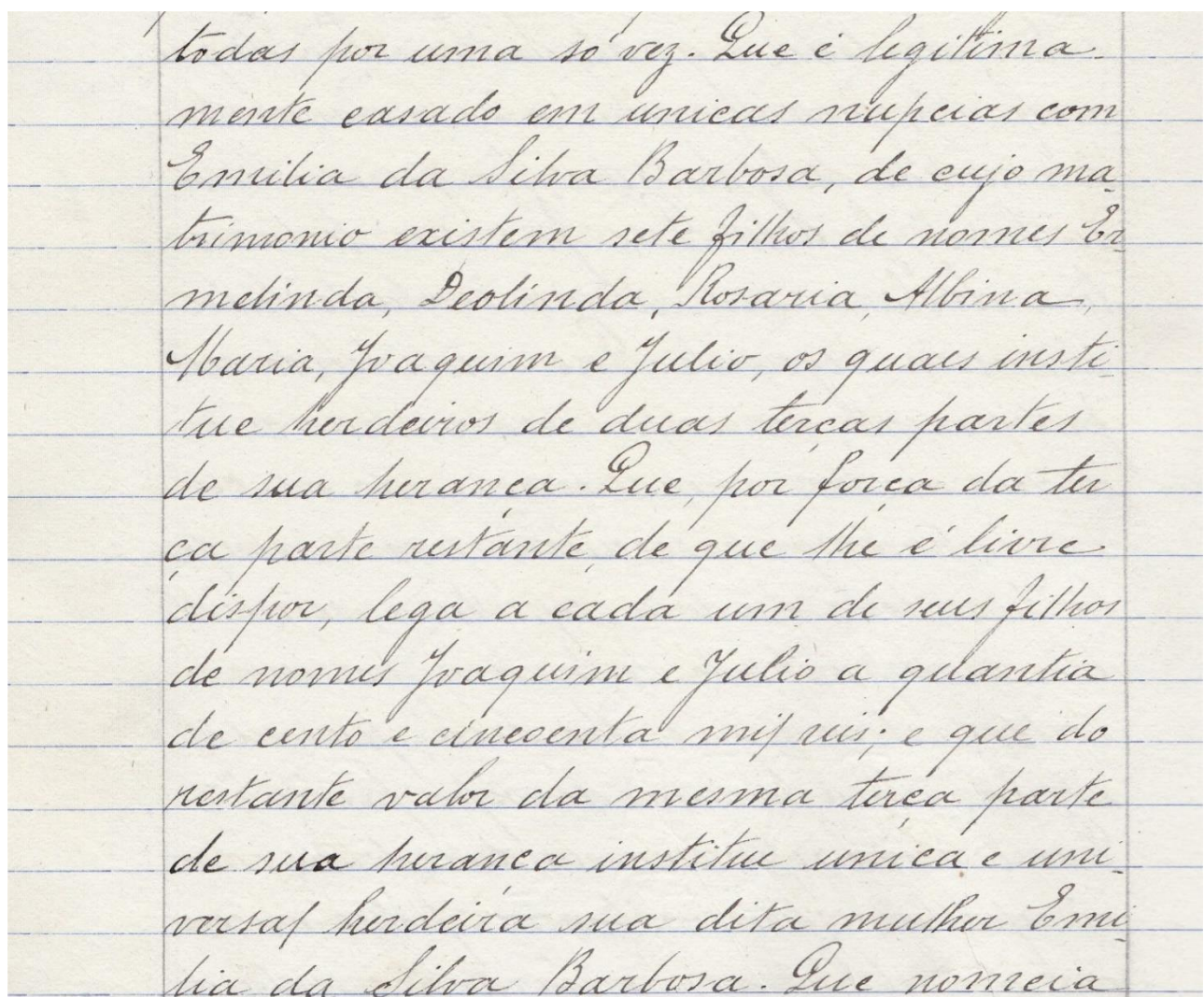
¹ Um grande agradecimento é devido à família de Joaquim Moreira Varão, nomeadamente à Dr.^a Orlanda Moreira.

Este texto reproduz o primeiro documento que nos fala de Joaquim Moreira Varão, o seu Assento de Batismo, depositado no Arquivo Distrital do Porto.

Sabemos que aprendeu a ler e a escrever pela sua caderneta militar de que falaremos adiante. Imaginamo-lo depois a aprender com o pai, varrendo serrim, apanhando pregos, recolhendo fitas da plaina e da garlopa, dando marteladas nos dedos nas primeiras verdadeiras aprendizagens da arte de carpinteiro.

Joaquim, teve várias irmãs e irmãos. Desde logo o Avelino, seu irmão gémeo, que terá morrido muito novo, se não mesmo pouco depois de nascer. Depois, todos os outros que sabemos estarem vivos em 1911 - Ermelinda, Deolinda, Rosária, Albina, Maria e Júlio.

Por morte do pai em 8 de outubro de 1911, Joaquim e os seus irmãos foram instituídos herdeiros universais de dois terços dos bens paternos. Mas a terça que a lei lhe reservava foi distribuída pelo Joaquim e pelo Júlio, 150.000 reis a cada um, e o restante pela esposa do testador.



toda por uma só vez. Que é legítima-
mente casado em únicas núpcias com
Emilia da Silva Barbosa, de cujo ma-
trimónio existem sete filhos de nomes Er-
melinda, Deolinda, Rosaria, Albina,
Maria, Joaquim e Julio, os quais insti-
tue herdeiros de duas terças partes
de sua herança. Que, por força da ter-
ça parte restante, de que lhe é livre
dispor, lega a cada um de seus filhos
de nomes Joaquim e Julio a quantia
de cento e cinquenta mil reis; e que do
restante valor da mesma terça parte
de sua herança institue única e uni-
versal herdeira sua dita mulher Emi-
lia da Silva Barbosa. Que nomeia

Fig. 2 - Fragmento do testamento do pai de Joaquim Moreira Varão. Fonte: AMM - Testamentos

Seria um pé de meia razoável para um jovem de 17 anos, mas Joaquim seguiu as pisadas de seu pai e fez-se carpinteiro.

Praticamente três anos após a morte do seu progenitor, o jovem Joaquim é mobilizado para cumprir o serviço militar. Alistado a 27 de agosto de 1914 como recrutado. "...para servir até aos

45 anos, pertencendo ao contingente de 1914 a cargo do Distrito do Porto” como reza da sua caderneta militar, deu entrada no Batalhão de Telegrafistas de Campanha em 14 de janeiro de 1915.

<p>Alistado em 27 de Agosto de 1914 como recrutado para servir até os 45 anos de idade, perten- cendo ao contingente de 1914 a cargo do distrito de Porto. Concelho de Maia Paróquia de Moreira Presente no Batalhão de Telegrafistas de Campanha Em 14 de Janeiro de 1915 Contando o tempo de serviço efectivo desde esta data.</p>	<p>Altura 1 metro 622 milímetros Altura rectifica- da 1 metro e ... milímetros (b). SINAIS PARTICULARES Foi vacinado.</p>
--	--

Fig. 3 - Fragmento da Caderneta Militar de Joaquim Moreira Varão. Fonte: Família de JMV

Estava no início a Grande Guerra e Portugal temia pelas suas colónias africanas, nomeadamente Angola e Moçambique. Tropas foram enviadas para ambos os territórios.

Duas Expedições, uma em setembro de 1914 com 1539 homens e outra em outubro de 1915, com 1558 homens haviam já partido para Moçambique (Rita, 2015).

O soldado Joaquim, pronto da instrução em 9 de julho de 1915, por sorteio, vê prolongado o serviço militar por mais um ano. E, azar dos azares, é justamente nesse ano de “prolongamento” que se forma a terceira expedição a Moçambique, para a qual ele foi nomeado.

Notas biográficas durante o serviço militar

Pronto da instrução de recrutamento em 9 de
julho de 1915. Continua no serviço
efectivo por um ano e meio, por sor-
teio. Nomeado para fazer parte da expedição
a Moçambique, para onde seguiu viagem
em 3 de Julho de 1916. Considerado...

Fig. 4 - Outro fragmento da Caderneta Militar de Joaquim Moreira Varão. Fonte: Família de JMV

Como nos informa o Tenente-Coronel Fernando Rita (Rita, 2015) a terceira expedição para Moçambique, com 128 oficiais, 352 sargentos e equiparados e 4356 praças, sob o comando do General José César Ferreira Gil, partiu de Lisboa em sucessivos navios, entre os meses de maio e julho de 1916. Eis a composição desta expedição:

- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 23 (Coimbra)
- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 24 (Aveiro)
- 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 28 (Figueira da Foz)
- Duas Companhias do Regimento de Infantaria n.º 21 (Castelo Branco)
- 1º e 2º Grupo do Regimento de Artilharia de Campanha (Évora)
- 1ª Bateria do 4.º Grupo de Metralhadoras (Estremoz)
- 1ª Bateria do 5.º Grupo de Metralhadoras (Coimbra)
- 2ª Bateria do 8.º Grupo de Metralhadoras (Valença)
- Companhia Mista de Engenharia (Lisboa)
- Serviços de Engenharia e Pontoneiros
- Secção de Telegrafia Sem Fios
- Hospital Provisório
- Ambulância
- Padaria
- Companhia de Automóveis
- Serviço de Veterinária
- Serviços Administrativos
- Equipamento
- 945 solípedes



Fig. 5 - General Ferreira Gil Fonte: Matriz.net

A estas forças haveriam de juntar-se, na África Oriental, as tropas e equipamentos da segunda expedição, que ainda restavam, e 10 companhias de nativos.

Verificamos assim a diversidade e a complexidade que corresponderia à organização de uma força deste tipo.

Joaquim Moreira Varão não nos deixou um verdadeiro Diário, mas legou-nos um caderninho de apontamentos onde encontramos relatos de episódios, de curiosidades, até poesia, como, entretanto, veremos. Todos os textos em itálico neste artigo são extraídos deste caderno. Atualizamos a grafia e alguma pontuação.

Ao contrário do que é costume, só na penúltima página está a “declaração de posse” deste documento:

“Este livro é pertencente ao soldado nº 483, Joaquim Moreira Varão, telegrafista de campanha. Morador que foi na Freguesia de Moreira, Concelho da Maia, Lugar do Carvalhido, Distrito do Porto, Portugal, residente hoje em Palma, 14 de julho de 1916, [ass.] Joaquim Moreira Varão”.

Por esses apontamentos sabemos que embarcou em Lisboa a 3 de junho de 1916 no vapor Moçambique que foi da Companhia Nacional de Navegação.

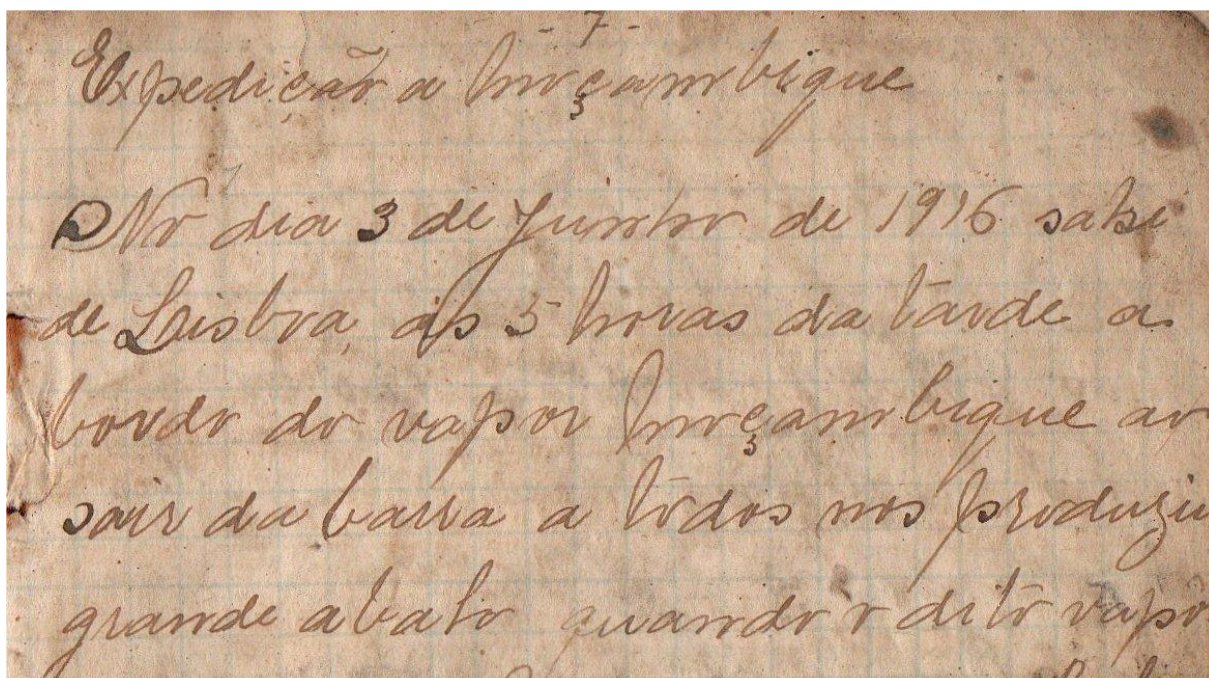
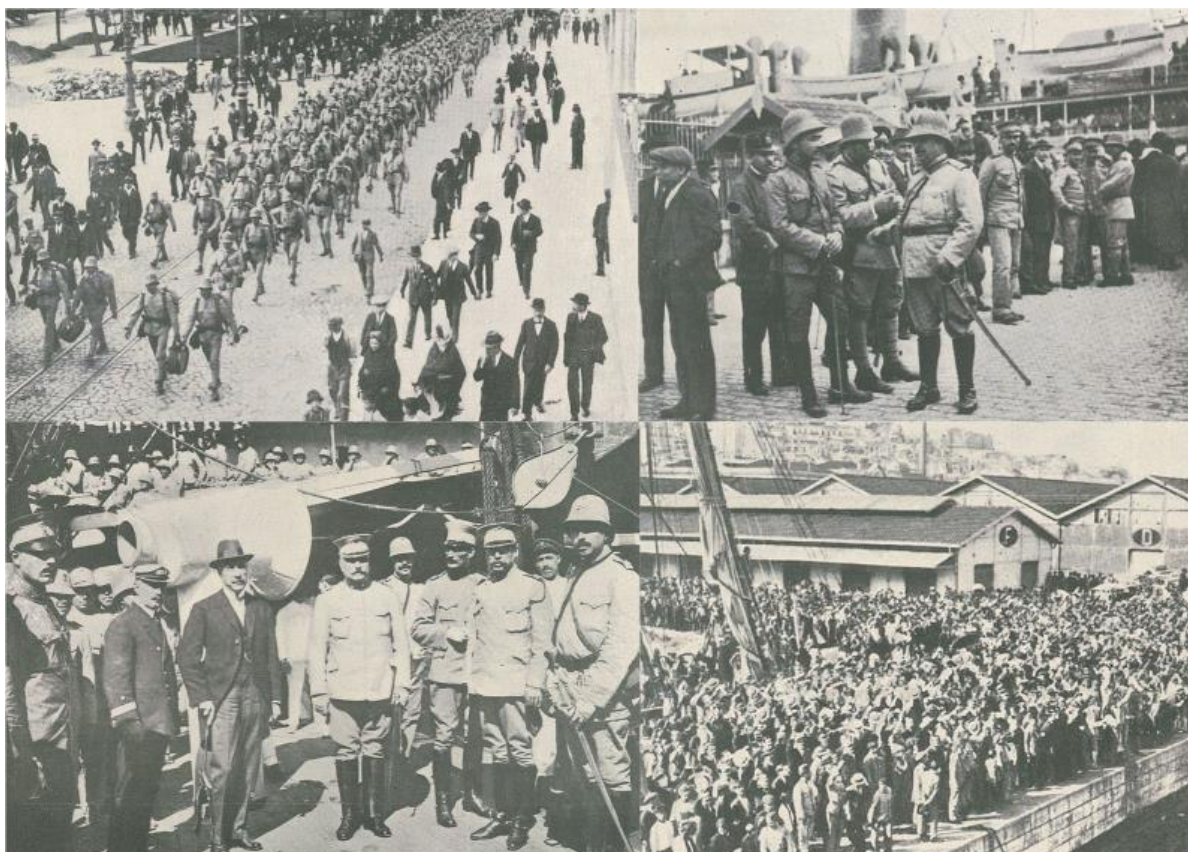


Fig. 6 - Passagem do Caderninho de Joaquim Moreira Varão. Fonte: Família de JMV

Toda esta tarefa de colocar homens e equipamento a bordo é muito complexa. Na revista “Ilustração Portuguesa” (toda disponível em linha na Hemeroteca Digital de Lisboa) encontram-se várias reportagens de embarque de militares para Angola e Moçambique, primeiro, e para França, depois.

O número 538, de 12 de junho de 1916, dá-nos conta justamente do embarque das tropas onde se incluía o nosso soldado moreirense.

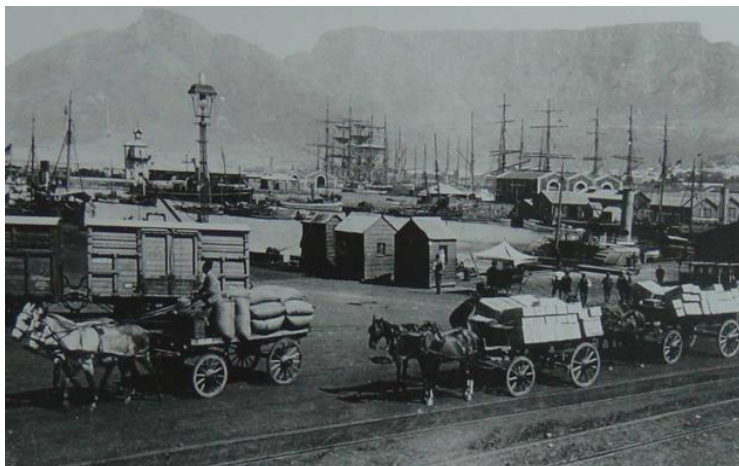
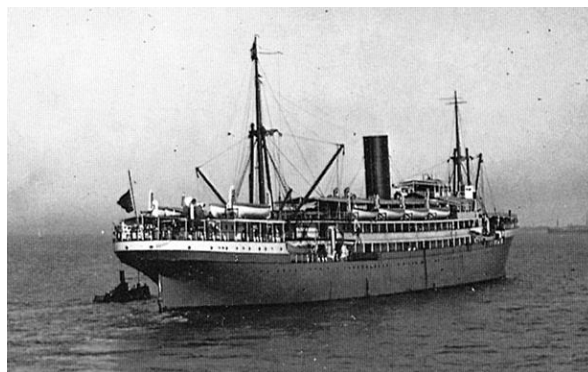


Figs. 7 a 10 - Da esq. Para a dir. Desfile na Avenida da Liberdade; oficiais aguardando embarque; O General Gil e o seu Estado Maior; a despedida das tropas. Fonte: HDL

A Expedição zarpuou finalmente de Lisboa:

“No dia 3 de junho de 1916 saí de Lisboa às cinco horas da tarde a bordo do vapor Moçambique; ao sair da barra a todos nos produziu grande abalo quando o dito vapor parecia desfazer-se com os balanços que dava da proa à ré e de bombordo a estibordo.

Fig. 11 - Paquete Moçambique. Fonte: AHM



Depois seguimos até ao Cabo da Boa Esperança menos mal, levando-nos 19 dias de viagem, sendo no dia 22 a nossa chegada. Lá estivemos parados desde o dia 22 de manhã até ao dia 23 de tarde. Levantou ferro o vapor e seguimos até ao porto de Lourenço Marques onde se avistavam serras altíssimas”.

Fig. 12 - Cidade do Cabo – zona portuária. Fonte: Ettienedup

Estas viagens eram feitas no maior desconforto. Sobrelotação enorme, falta de condições de higiene e de alojamento, sujeição ao clima, tempos de ócio prolongados. E, sobretudo, os enjoos. Muitos (a esmagadora maioria) destes homens nunca tinham andado num navio como este. Nunca tinham navegado no alto mar.

Fig. 13 - No convés do navio. Fonte: AHM



Nunca tinham enfrentado ondas de razoável tamanho. Imagine-se então naquele meio de sardinha em lata, a luta por um lugar na amurada para poder, como se diz na gíria naval, “deitar a carga ao mar”.

Alguns militares, como sempre acontece, levaram consigo instrumentos musicais, o que era pretexto para se juntarem e produzirem uma certa distração. Mas mesmo assim, ao fim de vários dias o repertório esgotava-se.

Fig. 14 - Soldados portugueses divertindo-se a caminho da frente africana. Fonte: blog Histórias com História

Joaquim Moreira Varão continua o seu relato:

“Chegamos a Lourenço Marques no dia 27 de junho. Lá estivemos parados 4 dias e o vapor levantou ferro a 1 de julho; lá saímos fora e gozámos uns bocadinhos onde encontramos as belas manamucas brancas na rua do Tenente Valadim, dizendo-nos que eram francesas; apreciamo-las e fizemos paragem. Daí seguimos viagem até ao ponto destinado onde chegamos no dia 6 de

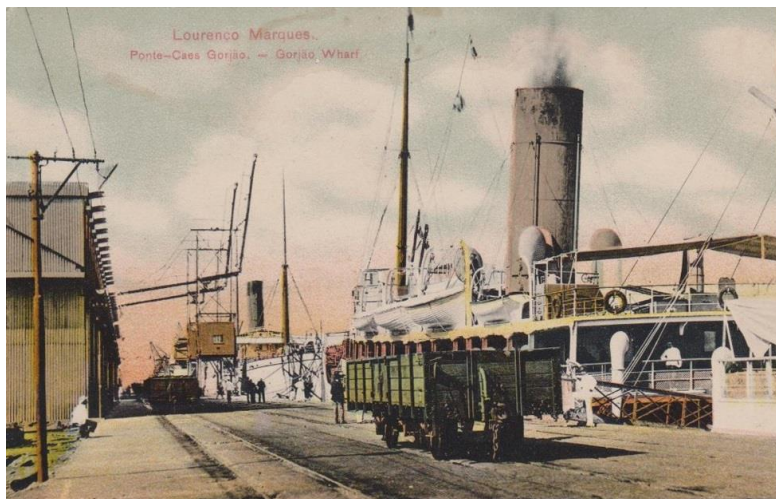


Fig. 15 - Cais de Lourenço Marques à época. Fonte: coleção particular



Fig. 16 - Casa Amarela nas imediações de Tenente Valadim. Fonte: blog houseofmaputo

julho ao dito lugar de Palma. Tivemos de fazer uma palhota de madeira e capim, onde estivemos dois meses e onde eu passei a quarteleiro no dia 21 de julho para o Depósito de Engenharia em Palma”.

Resumindo, uma longa e demorada viagem de mais de um mês, com duas escalas, em Lourenço Marques e na Cidade do Cabo, navegando em condições inimagináveis a todos os níveis.

Na “agenda” de Joaquim Moreira Varão há, entretanto, uma interrupção de algumas páginas na sua descrição do quotidiano, derivando para outros aspetos, como por exemplo as refeições, ou ao menos as que ele considera mais importantes:

“Véspera de Natal dia 24 de Dezembro de 1916 tivemos de jantar: sopa e mais alguns pratos e de sobremesa fatias fritas metidas em açúcar e filhoses e duas botijas de vinho verde que nos custaram 1000 rs. Dia de Natal 25 de Dezembro tivemos como jantar uma sopa feita com toucinho, arroz, grão, carne que arranjamos para esse dia que nos deu um nosso segundo sargento, arroz guisado com carne de vaca, peixe frito, peixe assado com azeite e vinagre, bifés, ananás em vinho e açúcar, vinho verde e maduro do



Fig. 17 - Mapa da Viagem. Fonte: elaboração própria

Norte, isto junto de um 1º cabo de sapadores mineiros e um soldado da mesma unidade.

Tivemos um bom Natal, no fim de tudo jogamos uma biscada que muito nos divertimos apesar de estarmos longe da nossa família.

Dia 1 de janeiro de 1917. Ano Novo em África. Tivemos como almoço arroz guisado com carne, vinho e pão alvo. Ao jantar, sopa: massa, hortaliça, toucinho, chouriço, carne de vaca, 2º prato: arroz guisado com carne, 3º bifes, 4º peixe frito, 5º mangueira, 6º vinho do Porto, 7º vinho branco, 8º vinho maduro. Isto junto de três colegas meus, dois de engenharia e um de artilharia de montanha.

Domingo de Páscoa jantei junto de seis colegas. Jantei com satisfação, tendo comido galinha cozida, galinha guisada, peixe frito, bolachas inglesas, conhaque e bananas”.

Após estas “derivações”, voltamos a ter contacto com o seu relato mais à frente, quando ele escreve:

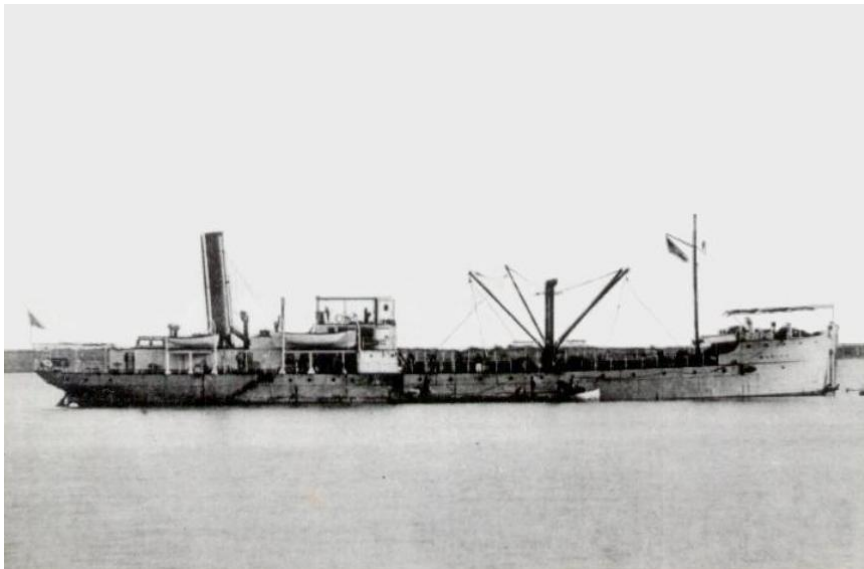


Fig. 18 - Navio Manica. Fonte: blog navios e navegadores

“Embarquei a bordo do Manica para Mocímboa da Praia no dia 1 de maio para o nosso Depósito, chegando no dia 2 à noite ao dito ponto onde fiquei fazendo serviço, chegando a Mocímboa muito doente com febres desde março; estava anémico e onde me principiei tratando melhor um pouco do que em Palma”.

Joaquim Moreira Varão foi certamente um homem curioso, e interessado, E dizemos isto

não só pelo modo como escreve como também pelos interesses que revela através da sua escrita.



Fig. 19 - Mocímboa da Praia retratada nas páginas da Ilustração Portuguesa. Fonte: HDL

Veja-se por exemplo este interessante apontamento sobre a “língua dos pretos” que não resistimos a reproduzir aqui.

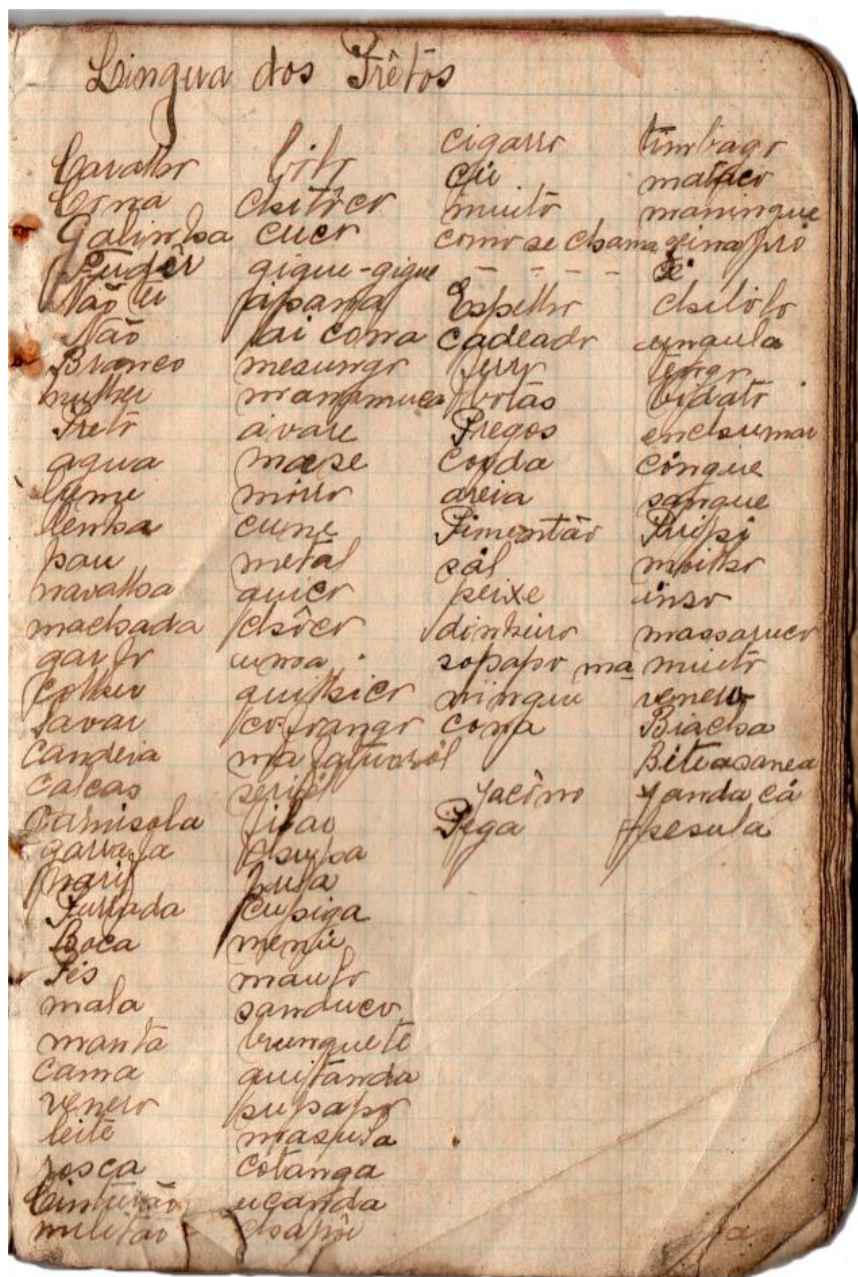


Fig. 20 - Página do caderno de Joaquim Moreira Varão – “Língua dos Prêtos”.

Também alguns poemas nos revelam a sensibilidade deste soldado moreirense:

“Despedida de um soldado de sua mãe que vai partir para a guerra

I

Adeus minha mãe querida
venho dar a despedida
vou a pátria defender!..
Adeus, meu querido filho
meu amparo, meu asilo
já te não torno a ver!..

II

*Vou defender a nação
do barbarismo alemão
que nos anda a ameaçar!...
Vai que a sorte assim o quis
até quando Deus quiser
por ti fico a chorar!..*

III

*Minha mãe não chore assim,
não tenha pena de mim
que eu tornarei a voltar!..
Lembra-te da tua mãe
que só este filho tem
e vai à guerra acabar!..*

IV

*Será o que Deus quiser
nós havemos de vencer
os bárbaros alemães!...
Malditos sejam tais homens
que tantas vidas consomem
e roubam os filhos às mães!..*

V

*Camarada tu que fazes
vem daí e não te atrases
está a tocar a avançar!..
Adeus minha mãe querida
Meu coração minha vida
Deixe-me a si abraçar,*

VI

*Lembra-te de tua mãe
Sem amparo de ninguém
Sem ter quem lhe ganhe o pão!..
Tanta pena tanta dor
Que causa o invasor
o bárbaro alemão.*

Este poema está datado de Lourenço Marques, a 23 de novembro de 1917. Logo de seguida encontramos outros dois, de conteúdo e estrutura bem diferentes deste:

Mote

*Saúdo os sapadores
Saúdo os pontoneiros
Saúdo os telegrafistas
E de mar e terra os artilheiros*

1ª

*Para lembrar antepassados
Gravados na nossa história
Temos mais esta vitória
De terrenos conquistados
Foram heroicos soldados
A todos dou louvores
Por serem bons lutadores
E guerreiros sem igual
Mas cá no meu ideal
Saúdo os Sapadores*

2ª

*Foram homens de valia
Na construção das estradas
Lançamento de jangadas
Sem mostrarem cobardia
Atesto que a Engenharia
Foram os melhores obreiros
Oficiais Engenheiros
Traçavam bem os seus planos
Após um trabalho insano
Saúdo os Pontoneiros*

3ª

*Fiquei um pouco estático
Ao ver com que rapidez
Aquela montagem que fez
Do serviço telegráfico
Onde foi feito num rápido
Por homens que são artistas
Mas alcunham-nos de fadistas
O que me faz descontente
Mas eu hoje aqui presente
Saúdo os Telegrafistas*

4ª

*Como estou dando elogios
Não me quero esquecer
Que fizeram o seu dever
Os da Companhia sem fios
Passando montes e rios
Com seus postos altaneiros
Comunicando aos guerreiros
Por meio de radiografia (sic)
Por isso saúdo Engenharia
Não esquecendo os artilheiros*

Expedição de 1916 a Moçambique

Joaquim Moreira Varão

Mote

*Viva o sangue português
Gerado por nossas mães
Atravessando o Rovuma
Dão batida aos alemães*

1ª

*A 19 de Setembro
Às 4 da madrugada
Foi a costa bombardeada
De tudo isto me lembro
Também fixei no meu cérebro
O bom gosto e a rapidez
Mostrando mais uma vez
Por nossos bons marinheiros
Dando fogo aos bandoleiros
Viva o sangue Português*

2ª

*Cruzando perto do rio
Mostrou bem o seu valor
O velho Adamastor
Do seu posto não fugiu
A guarnição que tem brio
Trabalhando em vai e vem
Fez fugir os alemães
Todos num corrupio
E é este o sangue frio
Gerado por nossas mães*

3ª

*A gloriosa infantaria
Também fez sua façanha
Juntamente com a montanha
Avançavam sem cobardia
A devorada infantaria
Trabalhando tudo à uma
Sapadores, Pontoneiros, em suma
Todos sem mostrar fadiga
E eu fiz esta cantiga
Atravessando o Rovuma*

4ª

*Lá nas serras as queimadas
Mostravam seus clarões*

*Eram abandonadas posições
Obrigados pelas granadas
Os landins nas avançadas
Merecem os parabéns
Porque avançavam como cães
Sempre com grande firmeza
E a bandeira portuguesa
Deu batida aos alemães*

Fim -1916-

Este último poema mostra-nos um Joaquim Moreira Varão muito atento às situações, que por opção entendeu que não valeria a pena registá-las sob a forma de “diário” ou “crónica”, mas que não esquecia a guerra nem subestimava as operações militares nas quais também participava.

De facto, a 19 de setembro, iniciou-se a travessia do Rovuma pela força principal portuguesa, principiando a invasão da África Oriental Alemã. Eram 4.000 homens, 10 metralhadoras e 14 peças de artilharia de fogo rápido, bem como uma reserva geral, comandada pelo General Ferreira Gil (Rita, 2015).

Este movimento de tropas foi apoiado pelo fogo da Artilharia de Montanha e da artilharia e das metralhadoras do cruzador Adamastor, fundeado na foz do rio.

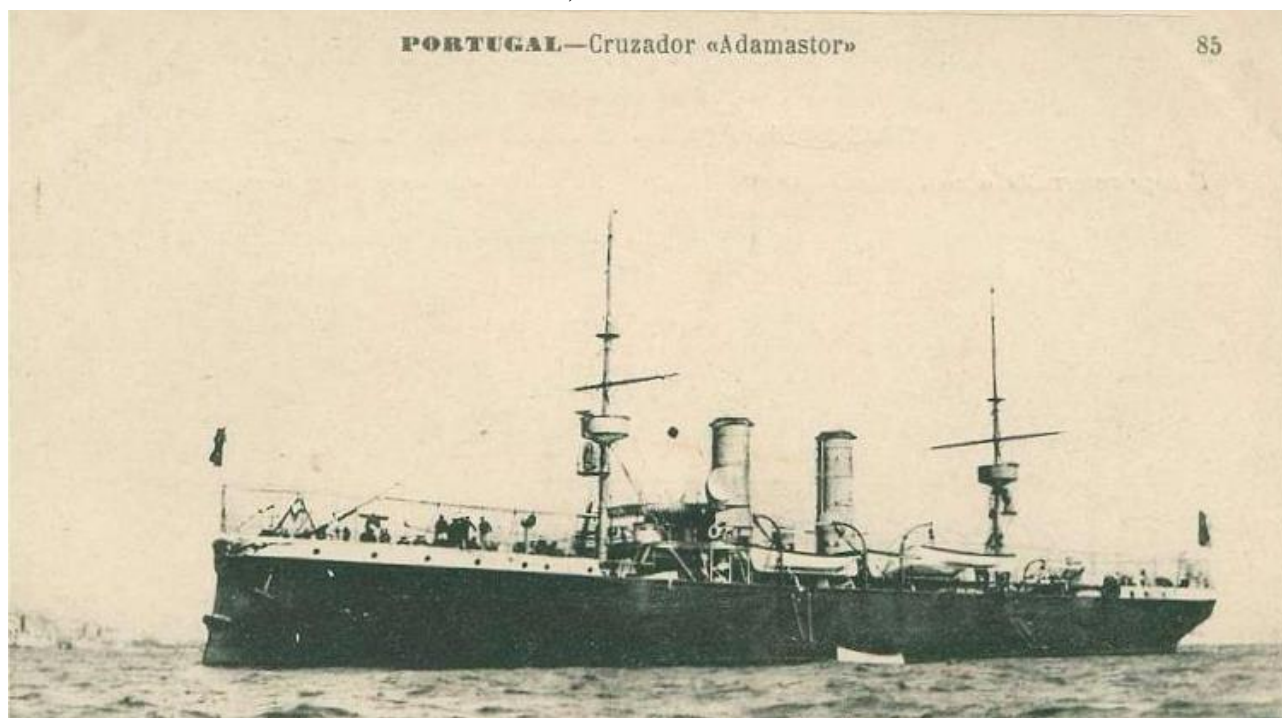


Fig. 21 - NRP Adamastor num postal da época. Fonte: coleção particular

É a esta operação que Varão se refere neste poema.

Note-se que na sequência desta travessia do Rovuma, e vários episódios depois (positivos e negativos), acabaria por, em 26 de outubro, se dar a tomada de Nevala (Telo & Pires, 2018).

O “caderno” do Joaquim Moreira Varão prossegue com uma carta dirigida a um amigo, que não tem para este trabalho qualquer interesse, mas já o mesmo não acontece com as notas que se lhe seguem, localizadas em Palma, e que colocamos por ordem cronológica:

“24 de Julho de 1916 – Faleceu um soldado de infantaria 21 aparecido na praia já desfigurado e foi conduzido à sepultura em fracas condições sem acompanhamento algum.

26 de Julho de 1916 – Morte de desastre – Faleceu um soldado de Sapadores Mineiros pelas 6 horas da tarde que caiu duma árvore abaixo.

10 de Agosto de 1916 – faleceram 3 soldados da Companhia de Saúde envenenados devido aos nossos médicos deitarem veneno na água.

14 de Agosto de 1916 – faleceu um soldado de Infantaria 23 engasgado com um bocado de carne.

29 de Agosto de 1916 – Morte por suas mãos. Assassinou-se um rapaz da Companhia de Telegrafistas de Praça alegando que até se desprezava de pertencer à nação portuguesa, foi o segundo que faleceu de Engenharia.

31 de Agosto de 1916 – Combate no Rovuma, entre tropas portuguesas e alemãs ficando um morto e sete feridos e deles morreram 8 e foi-lhe apreendido algum armamento

3 de Setembro de 1916 – Faleceu um soldado de Infantaria 28 com as febres.

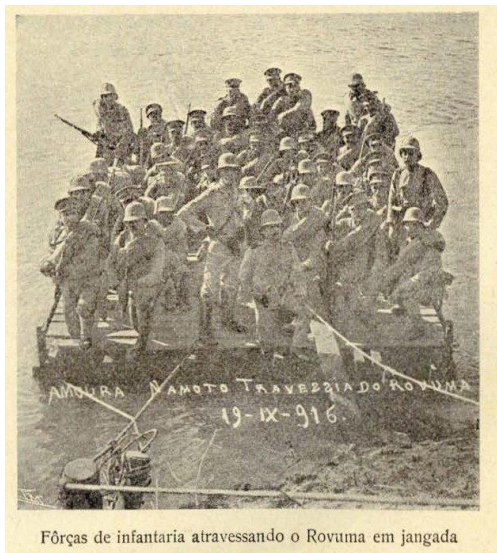
4 de Setembro de 1916 – Faleceu um soldado de Infantaria 23 com as febres.

5 de Setembro de 1916 – Houve um incêndio numa Palhota da segunda companhia de Engenharia

19 de Setembro de 1916 – Deu-se hoje um combate com as nossas tropas a passarem as fronteiras alemãs e a atravessarem o rio Rovuma”.



Fig. 22 - Combate no Rovuma. Fonte: AHM



Fôrças de infantaria atravessando o Rovuma em jangada

Fig. 23 - Travessia do Rovuma em jangada no dia 19 de setembro nas páginas da Ilustração Portuguesa. Fonte: HDL

Num breve comentário a estas entradas deve dizer-se que as condições de salubridade em África eram deploráveis. Por isso morreu mais gente por doença do que em combate. E morreu mais gente em Moçambique do que em França. As nossas tropas, e a logística que devia rodeá-las, incluindo os serviços de saúde, não estavam minimamente preparadas para as expedições a África, mormente a Moçambique. O que se sabia de medicina tropical era praticamente zero. A profilaxia também. E a questão não era só das mortes. As febres prostravam os soldados e retiravam-lhes a capacidade de combate.

No início deste relato, Joaquim Varão fala da escala em Lourenço Marques e das visitas às “manamucas” brancas. Pois desta vez a coisa torna-se pessoal;

“Outubro 4, fiz gigigue com uma manamuca, só eu é que sei o que quer dizer”.

Prosseguem as entradas ordenadas cronologicamente, sendo que a que encabeça esta página não está datada, mas, segundo fontes (Gil, 1919), será também de 4 de outubro, o que explica a falta de data.

“Combate dado com uma força nossa que comandava o sr. Capitão Liberato Pinto, falecendo dois soldados nossos, desaparecido um sargento e ao mesmo tempo ferido um alferes, prisioneiros e mortos seis soldados brancos.

Novembro 12, faleceu o sr. Tenente Pires de Engenharia de Telegrafistas de Campanha.

Retirada das nossas forças do Forte de Nevala em 26, 27, 28, 29 e 30 de Novembro. Houve um grande combate quando foi a retirada; chegaram os nossos oficiais todos rotos, esfarrapados e cansados de fugirem, deixando malas, comestíveis, 4 peças de artilharia de montanha inutilizadas e 7 metralhadoras.

Dezembro 10 de 1916, chegou à Baía de Tungue um cruzador inglês para prestar auxílio.

Dezembro 11 de 1916, chegou hoje aqui a este porto de mar um transporte de guerra inglês de quatro mastros e dois canos constando-nos que trazia dois mil homens para nosso auxílio.

Houve exercícios de guerra com as nossas tropas onde os pretos em Palma julgando ser os alemães todos se despovoaram dando graça todos os pretos e pretas a fugirem com os filhos às costas fazendo-nos com os relatos deles que vinham alemães

Dezembro 12, subiu um aeroplano inglês voando sobre Palma saindo da nossa Baía de Tungue e visitando os nossos acampamentos fazendo um pequeno exercício vendo se viam os alemães.”.

Depois destes apontamentos o “caderninho” dá um salto de um ano para as últimas referências:

“Dezembro 25 de 1917, Dia de Natal em Giba. Almoço sopa de feijão e hortaliça. 2º prato batatas guisadas com carne. Jantar sopa de massa e feijão 2º prato arroz guisado com chouriço à tora 3º uma laranja.

Dia 25 de Dezembro de 1917 vieram a Giba o Chefe do Estado Maior junto de outro major e a Cruzada das Mulheres Portuguesas distribuíram-nos uma lata de marmelada para dois, um lenço branco, um par de meias, um maço de cigarros, um caderno de papel de carta e cinco envelopes”.

E assim terminam os relatos neste caderninho de Joaquim Varão.

Sabemos, pela sua Caderneta Militar, que partiu de regresso à Metrópole a 17 de maio de 1918 e que foi licenciado em 8 de julho desse mesmo ano.

Não temos nenhuma informação sobre quase todo o ano de 1917 e sobre os mais de quatro meses de 1918, o que não deixa de ser enigmático, dados os registos de 1916.

Mas o que nos deixou é suficiente para traçarmos o perfil de um homem atento, curioso, crítico, com veia poética, o que não deixa de ser interessante dado que se tratava de um jovem carpinteiro maiato com a instrução básica.

Casou em 17 de agosto de 1927 com uma jovem, também moreirense, de seu nome Emília Dias da Hora

Esta é, em traços muito largos, a história da participação na Grande Guerra do soldado/carpinteiro Joaquim Moreira Varão, cidadão de Moreira da Maia, que um dia escreveu:

“E eu fiz esta cantiga atravessando o Rovuma”.

Bibliografia

- Abecassis, Fernando, et al. (2014). *A Grande Guerra em Moçambique*. Lisboa; Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Anderson, Ross. (2014). *The Forgotten Front: The East African Campaign 1914-1918*. Stroud: The History Press.
- Araújo, Teresa. (2015). *Moçambique na I Guerra Mundial. Diário de um alferes-médico - Joaquim Alves Correia de Araújo - 1917-1918*. Famalicão: Húmus
- Arrifes, Marco Fortunato. (2004). *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa*. Lisboa: Cosmos/IDN.
- Carvalho, Manuel (2015). *A Guerra que Portugal quis esquecer*. Porto: Porto Editora.
- Casimiro, Augusto (1922). *Naulila*. Lisboa: Seara Nova.
- Gil, General Ferreira. (1919). A invasão da África Oriental alemã. *Revista Militar*, Ano LXXI, nº 6-7, junho e julho.
- Lima, Américo Pires de. (1933). *Na Costa de África (memórias de um médico expedicionário a Moçambique)*; prefácio de Ricardo Jorge; Gaia: Edições Pátria.
- Marques, Ricardo. (2012). *Os Fantasma de Rovuma*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Martins, Coronel E. A. Azambuja. (1935). *Expedição a Moçambique*. Lisboa: Tipografia Minerva.
- Mirão, Cardoso. (2001). *Kináni (Quem vive?)? Crónica de Guerra no Norte de Moçambique, 1917-1918*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pires, A. J. (1924). *A Grande Guerra em Moçambique*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- Pires, Nuno Lemos (2016). Sobre Portugal e a Guerra na Frente Africana da Grande Guerra de 1914-1918. *Nação e Defesa*, nº 145, *Leituras da Grande Guerra*, pp. 44-55.
- Rita, Fernando. (2013). *Na Sombra do Expedicionário: A Vida em Combate de Soldados Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Rita, Fernando. (2015). *A Primeira Guerra em Moçambique (1914-1918)*. em http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Paginas%20externas/ArtigosTextos/Guerra_Moçambique/index.html#/0
- Rosas, Álvaro. (1935). *Terras negras: impressões de uma campanha*. Porto: Empresa Industrial Gráfica.
- Selvagem, Carlos (1919). *Tropa d'África*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Telo, António José & Pires, Nuno Lemos. (2018). *A Grande Guerra em África – Os que inovam, os que se adaptam e os outros*. Porto: Fronteira do Caos.
- Vaz, Francisco António Lourenço. (2018). *A Grande Guerra em Moçambique - Diário do Tenente Frederico Marinho Falcão (1916-1918)*. Lisboa; Colibri.

Abreviaturas:

ADP – Arquivo Distrital do Porto
AHM – Arquivo Histórico Militar
AMM – Arquivo Municipal da Maia
HDL – Hemeroteca Digital de Lisboa
RM – Revista Militar

Casa do Povo de Moreira da Maia Edifício Sede - Acesso à Saúde, Moral e Educação

Armando Mário Moreira Tavares¹

Resumo: A Sociedade da Casa do Povo de Moreira da Maia, foi criada com a cooperação de Bons Homens com o intuito de benefício dos cooperadores, para melhoria de acesso a bens de 1ª necessidade, o direito à saúde dos núcleos familiares dos sócios da instituição, assim como um investimento no plano cultural e moral dos seus cooperadores contribuindo a alfabetização dos seus filhos, incentivando a sua permanência na escola até ao fim do 1º ciclo, (Escola Primária 4ª). A Casa do Povo de Moreira da Maia, nasce com o maior propósito e objetivo, apesar de ser uma casa económica tem como fundamental propósito o plano educativo e moral e acesso à assistência de socorro médico, Tendo como princípio o forte sentido de independência de qualquer partido político e confissão religiosa.

Palavras-chave: Casa do Povo de Moreira da Maia; Maia; Saúde; Moral; Educação e Cooperativismo

Edifício Sede

Projeto do Arquiteto António Correia da Silva e do Escultor Henrique Moreira

O edifício (sede), está localizado na Rua Dr. Farinhote, Nº 813, a 400m a Nascente da Estação de Pedras Rubras do Metro do Porto, a 600m a Poente do Mosteiro de Moreira, a 800m a Poente da N13 e a 1600m a NW do nó da Autoestrada A41 e da N13.

Serviu para a fundação da Casa do Povo de Moreira da Maia e foi projetado pelo Arquiteto António Correia da Silva² e o Busto de Karl Marx, colocado no exterior, foi concebido pelo escultor Henrique Moreira.

A sede desta instituição foi permanentemente estabelecida no lugar do Cedro³, hoje, rua Dr. Farinhote, freguesia de Moreira da Maia, concelho da Maia, no entanto a criação de filiais não foi excluída de ser

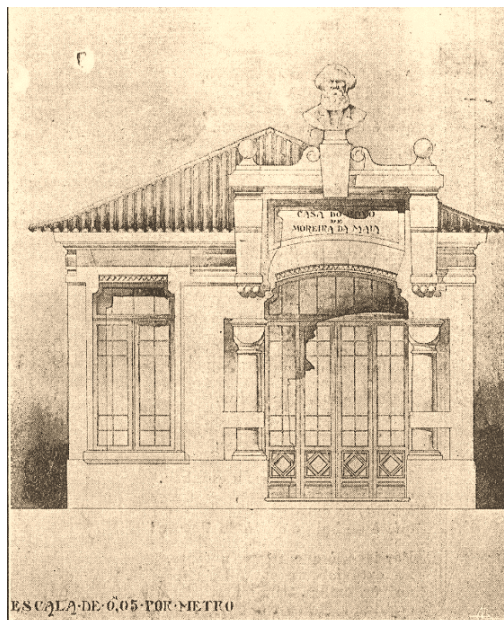


Figura 1 - Panfleto distribuído aquando da inauguração.

¹ Chefe de Unidade do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

² Domingos Tavares, comissário do programa "No Centenário da Avenida da Cidade", publicou um livro, uma co-edição da Dafne e do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, com o apoio da Câmara do Porto sobre Correia da Silva, o arquiteto que viria a projetar, entre outras obras marcantes da cidade do Porto, o edifício dos Paços do Concelho. Domingos Tavares, no lançamento da sua obra teve a ocasião de apresentar"... a vida e obra deste arquiteto municipal, procurando perceber por que razão, passados os anos da afirmação revolucionária da República, o artista se deixou apagar em tempo de avanço das correntes modernas". Domingos Tavares, fala-nos deste arquiteto como "Homem discreto, de comportamento sereno e seguras convicções, António Correia da Silva foi um típico portuense, criador de arquiteturas emblemáticas da cidade. A sua ação profissional nunca foi devidamente valorizada. Como exceção, ninguém contesta o significado da afirmação municipalista do edifício dos Paços do Concelho, no remate da Avenida dos Aliados, ou a importância do Mercado do Bolhão como dinamizador da vida cívica promovida pela burguesia liberal da Primeira República."

³ Lugar do Cedro, era um lugar conhecido pela maioria da população local e, permaneceu o uso de identificação do mesmo, contudo, a partir dos anos 70, esta denominação dissipa-se muito rapidamente e passa a ser mais conhecida pela Rua da cooperativa e de forma institucional por Rua Dr. Farinhote, atual denominação. Lugar do cedro porque, na esquina com a rua da Refonteira, existia um cedro muito antigo e de grande porte. Segundo consta nas Memórias do Padre Antunes Azevedo, este cedro, foi abatido e doado para a execução das gavetas e armários da Sacristia da Igreja Conventual de S. Salvador de Moreira.



Figura 2- Edifício atual da Casa do Povo de Moreira da Maia/Cooperativa Popular de Moreira da Maia - ©
<https://www.facebook.com/Abandoned-places-and-204616359705661/>

sensibilidade de alguma aproximação ao moderno, com a evidência da assimetria e alguma evidência de atenção à Arte "Deco" no desenho dos envidraçados.

Decorria o mês de junho de 1927, em Sessão de Direção da Casa do Povo, José Moreira da Silva, dá a conhecer o estado em que se encontram as obras do edifício social, lembrou a necessidade de se continuar o mais rápido possível, nomeando responsável pela verificação e conclusão das obras o cidadão Manuel José de Miranda, cargo que aceitou e que se comprometia a acelerar os trabalhos de modo a tudo estar pronto para a abertura da secção comercial, no dia 31 de julho do corrente ano.



Figura 3 – Frontispício do edifício da casa do Povo de Moreira
<https://www.facebook.com/Abandoned-places-and-204616359705661/>

infraestruturas foram motivo de discussão nas reuniões e assembleias gerais da sociedade.

Entre os meses de maio a julho, as vendas na secção de consumo, ultrapassaram todas as expetativas e, logo sentiram que o espaço do primeiro edifício sede, já não comportava as necessidades que se impunham.

Na reunião de Assembleia de julho de 1928, o Secretário da Direção da Casa do Povo, António Rocha, apresentou à Assembleia o esboço da referida ampliação do edifício sede,

realizada se se achasse conveniente, o que não veio a verificar-se a existência de filiais fora da localidade da sede.

António Correia da Silva, arquiteto republicano, funcionário público, trabalhou toda a vida na Câmara do Porto e, segundo Domingos Tavares, a ver pelo registo fotográfico, mostra uma ampliação posterior e a mudança da caixilharia da porta que se pode ver que se trata de uma obra ainda na linha das Beaux-Arts que caracterizou todo o trabalho de Correia da Silva, mas com a

O Edifício da Casa do Povo, desde a sua criação sofreu sucessivas alterações na sua ampliação, devido às necessidades que se vinham a impor para satisfazer as suas necessidades comerciais. No entanto o projeto que este grupo de homens tinham como seu ideal, não se fixou na atividade de consumo e com os resultados que se foram obtendo, a aquisição de terreno e ampliação de

explicando os aposentos que se achavam necessários edificar, tais como o gabinete para o funcionamento de um posto médico, para consultas aos sócios e familiares, considerando uma obra de verdadeiro alcance social; uma sala de espera; escritório e um armazém que sirva ao mesmo tempo para nele se realizarem Assembleias Gerais quando necessário.

Esta proposta apresentada, foi submetida a discussão e entenderam que para se realizarem estas obras, era necessário a ampliação do edifício central. Outra dificuldade se colocou com as despesas que envolveriam estas alterações no entanto a Direção entendeu que o capital a usar não deveria ser retirado do movimento comercial da sociedade.

O cidadão José Ferreira dos Santos, na sua apreciação do projeto, partilhou a ideia de que a zona destinada para à entrada, deveria ser coberta com claraboias. Esta ideia recebeu apoio do cidadão Arnaldo de Sousa Bento que disse ver com satisfação e as ideias foram colocadas à Direção no entanto, atendendo que o capital não era abundante para a concretização deste tipo de obras, receava mais tarde, ser acusado de que por causa das obras os sócios podiam não receber juros nem sequer a amortização dos seus títulos.

Analisando as atas da época, verificamos que a todo o momento existia uma vontade enorme de fazer crescer a Casa do Povo, até porque no mesmo dia e na mesma hora, o cidadão Joaquim José Farinha Júnior, apresentou a sugestão de se alargarem mais os títulos e por consequência elevava o Fundo de Reserva Provisório e entendia que o problema ficaria resolvido.

No entanto a Direção não pretende de facto desviar mais dinheiro sem que tenha a certeza que até ao fim do ano os juros a pagar estejam liquidados, dizem ser uma promessa de honra com o cumprimento acordado com os associados.

Apesar de todas estas opiniões e discussão das mesmas, o projeto foi aprovado por unanimidade bem como a proposta do cidadão Arnaldo de Sousa Bento na reunião de Direção no dia 20 de julho de 1928 e registado na ata nº.6.

No dia 26 de agosto de 1928 verifica-se a existência de uma reunião extraordinária, que se destinou a discutir e votar um estudo da direção sobre a ampliação do edifício social e os meios de a efetivarem harmonia com a deliberação tomada na assembleia Geral de vinte e dois de julho de 1928, o cidadão António Rocha, na qualidade de Secretário da Direção apresentou o seguinte documento.

“Em harmonia com a proposta aprovada na última assembleia geral de autoria do nosso consócio Arnaldo de Sousa Bento, vem a direção da nossa sociedade apresentar-nos as conclusões a que chegou no estudo a que procedeu. Assim, tendo em consideração as afirmações feitas na mesma assembleia geral com respeito a não ser desviada qualquer importância do movimento da secção comercial com destino às obras de ampliação do edifício social pelas razões apresentadas e partindo do princípio de que não deve ser aumentado o “Fundo de Reserva Provisório”, porquanto, isso traria a alterações ao Estatuto, só um caminho nos restava: contrair um empréstimo entre os respectivos sócios, destinado a fazer face a essas obras. Está a Direcção convencida de que sócios há que não porão dúvida em emprestar algum capital à Sociedade, sabendo de antemão como os seus progressos se tem acentuado, e cada vez com mais intensidade se acentuarão, de que dão prova os balancetes apresentados no fim de cada trimestre e de que já é do conhecimento de todos. Nestes termos, vem a nossa Direcção apresentar-nos as seguintes bases sobre o empréstimo, as quais discutireis desapassionadamente as quais devem solucionar o assunto:
Primeira – A Assembleia Geral da Casa do povo de Moreira da Maia autoriza a sua Direcção a contrair um empréstimo de dez mil escudos, entre os seus associados, sendo o mínimo da quantia

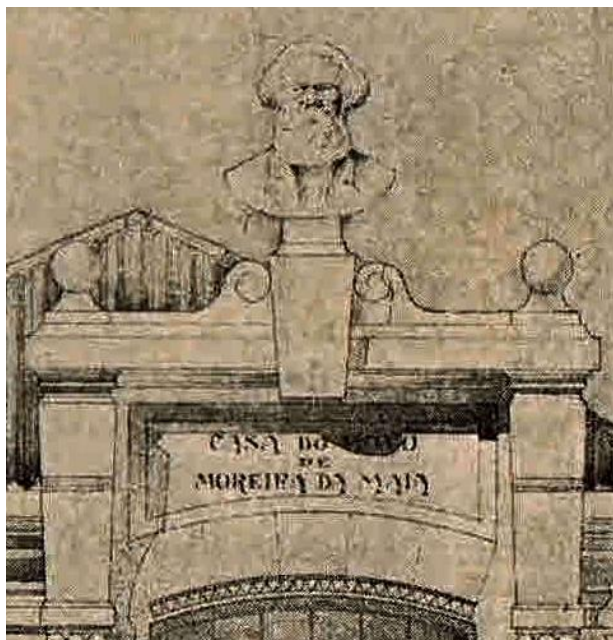


Figura 4 - Frontispício do edifício com escultura de Karl Marx

a subscrever cada um cincoenta escudos e o máximo a o estabelecido pela lei. **Segundo** – O empréstimo destina-se a exclusivamente à ampliação do edifício social, tal como o projeto aprovado indica, e será apresentado por promissórias assinadas pela direção e entregues aos respectivos credores, sendo a taxado juro seis por cento ao ano. **Terceira** – A amortização do empréstimo será por mútuo acôrdo entre os credores; no caso de desacordo a quantia anualmente disponível para esse fim, de pois de deduzido o respetivo juro será repartida pelos credores na proporção das suas entradas. **Quarta** – Depois de pago os juros dos títulos do Fundo de Reserva Provisório e respectiva amortização, nos termos da alínea a) do artigo décimo terceiro dos Estatutos, sairá como encargo imediato o

juro e amortização do empréstimo. A Direcção – José Moreira da Silva, António Rocha, Manuel José de Miranda, Manuel Francisco Moreira, Albino Ferreira dos Santos. ⁴

Desta reunião extraordinária, depois de colocado em discussão o documento apresentado, foi aprovado unanimemente, no entanto, foram realizadas ligeiras considerações emanadas do “consórcio” Arnaldo de Sousa Bento, que a frente do edifício deveria ser em granito sendo contra o revestimento a cimento, como sido demonstrado pela Direcção, de modo a que esteticamente não destoasse com a parte principal já construída granito. A opinião do “consórcio”, foi aprovada apesar de terem consciência de que o valor final seria mais elevado.

O edifício que serviu como sede da instituição, no início com a denominação de Casa do Povo de Moreira da Maia até 1933, foi-lhe dado outra designação até ao dia do encerramento da sua atividade recebeu como nome de Cooperativa Popular de Moreira da Maia, a qual ainda se pode ler no gravado no granito da fachada do edifício e seus sucessivos acrescentos.

Esta obra para além dos inúmeros trabalhadores, teve a ajuda da Cooperativa dos Operários Pedreiros Portuenses.

O terreno onde está edificada a sede da Casa do Povo, a escritura está desde 1926 registado em nome individual, no entanto em fevereiro de 1928, iniciou o processo de alteração de escritura de nome individual para o nome da Sociedade.

Contudo, vamos assistir à junção de mais terreno em favor da Casa do Povo pela necessidade para comportar o movimento que se tem vindo a verificar e promete ser duradouro.

Em Março de 1928, constou-se que estava à venda uma faixa de terreno com cinco metros, ao lado do já existente, propriedade da Casa do Povo, verifica-se a necessidade de aumentar o espaço devido ao crescer de movimento da Sociedade, de imediato tentaram encontrar a proprietária, conhecida e moradora no mesmo local.

⁴ Atas das Assembleias Gerais da Casa do Povo de Moreira da Maia, ano 1927/33 – nº. 1
Ata nº. Sete, 26 de agosto de 1928.



Figura 5 – Busto esculpido – granito – Karl Marx

daquela importância, colhendo o respectivo recibo e autorizar o cidadão António Rocha....., outorgar a escritura da compra do mencionado terreno.”⁵

Encimado na fachada do edifício, continha um busto esculpido num bloco de granito, encomendado Ao escultor Henrique Moreira, imagem de Karl Marx⁶, austero e inclinado de forma a ser visto de baixo para cima, com cerca de um metro de altura.

Tentamos obter registos fotográficos da fachada do edifício completa, com o busto encimado de Karl Marx, no entanto infrutífero todas as pesquisas realizadas. Apenas poderemos observar toda a opulência de um rosto austero esculpido, impresso numa desdobrável usado aquando a inauguração da fachada da Casa do Povo de Moreira da Maia, no dia 01 de maio de 1926. Sensivelmente um ano antes da fundação e legalização da instituição em escritura pública, no dia 18 de maio de 1927.

Esta aquisição proposta pelo Presidente da Direção foi aprovada de forma unanime, sendo dada a autorização ao cidadão Miranda a negociar a compra do terreno referido. Contato realizado, aceite pela proprietária do terreno a sua venda pelo valor de quatro mil escudos. O terreno faz frente com a estrada distrital número vinte e cinco; pelo lado Sul com caminho publico denominado pela Rua dos Estudantes e medindo cinco metros para cada lado. Depois de consultada a Direção e todos os membros que ela compõe, foi aprovada a proposta que consta do seguinte: *“Proponho que seja adquirido pela quantia de quatro mil escudos o terreno paralelo àquele onde está edificada a Casa do Povo, medindo cinco metros lineares de largura, dando-se plenos poderes ao tesoureiro para pagamento integral*

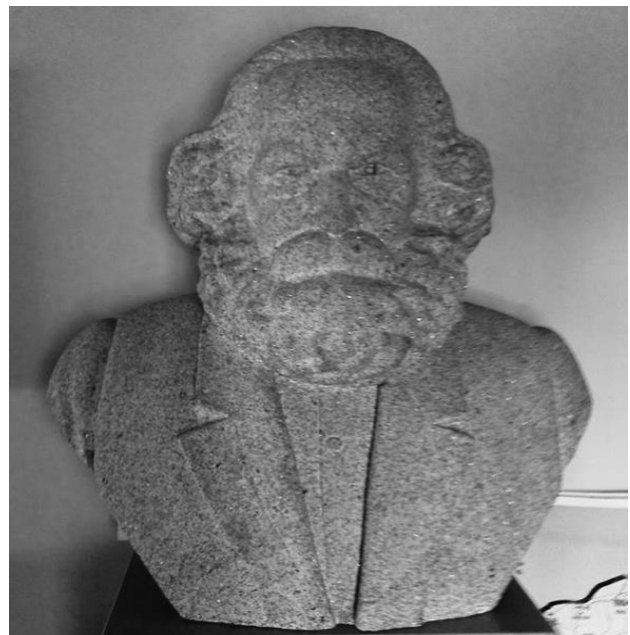


Figura 6 – Busto esculpido – granito – Karl Marx

⁵ Atas da Direcção da Casa do Povo de Moreira da Maia, ano 1927 a 31.Sessão de Direcção da Casa do Povo de Moreira da Maia, de 4 de Março de 1928

⁶ https://en.wikiquote.org/wiki/Karl_Marx - Karl Heinrich Marx (5 de maio de 1818 - 14 de março de 1883) foi um filósofo político, economista, sociólogo, historiador, jornalista e revolucionário socialista alemão. A obra de Marx em economia lançou as bases para a compreensão atual do trabalho e sua relação com o capital e influenciou muito do pensamento económico subsequente. Ele publicou numerosas obras durante sua vida, sendo as mais notáveis O Manifesto Comunista (1848) e Do Capital (1867–1894).

Não encontramos documentos que pudessem desvendar de facto a não Permanência no local a que estava destinada esta escultura. Cremos que devido à situação política que se gerou na época com a ditadura militar, iniciada em maio de 1926 e com a institucionalização de uma nova ideologia política do Estado Novo, a instauração da censura prévia poderá de facto estar no cerne da questão. Retirar o busto evitando problemas sérios ao desejo que os fundadores têm como objetivo primeiro a criação e desenvolvimento da Casa do Povo.

Naturalmente que o desejo do grupo de homens seria demonstrar o afeto pela ideologia socialista mas, o regime instaurado não o permitiria, o regime político, era fortemente controlador de ideologias, e instaura um apertado controle às associações cooperativistas, porque foram locais onde existiram núcleos de resistência e democracia, levando o estado a criar e aplicar a “Lei Garrote”, emanada do Decreto-Lei nº. 22513, de 12/05/1933, veio pressionar, controlar e dificultar as associações cooperativistas de Consumo.

Desconhece-se de todo as razões o porquê do desaparecimento do busto, no entanto, quis o “destino” contrariar este quasi apagar da história. Era eu criança acostumado a brincar nos terrenos da Cooperativa, num belo dia tropecei numa pedra quase polida, pedra esta que aguçou a minha curiosidade incluída nas minhas brincadeiras.

Assim sendo, o espírito de aventura e descoberta dos tesouros e das histórias do Ali-bá-bá, comecei a desenterrar o tal “tesouro” e, qual o meu espanto, parecia um rosto mas de todo desconhecido. Fiquei curioso e durante a hora de almoço, falei ao meu pai a minha descoberta, o que fez transparecer uma certa inquietação e preocupação pelo que acabava de ouvir, de imediato saiu de casa e voltou pouco tempo depois e apenas me disse para voltar a encobrir o que tinha encontrado, proibiu-me de falar sobre o assunto fosse com quem fosse, o meu pai acabara de me dizer que seria um segredo só entre os dois.

Assim fiz – o busto em granito, aquela pedra estranha ficou por lá, mesmo junto a um diospireiro a dormir no seu longo sono que vinha já dos anos vinte.

O tempo passou, formei-me em história e já funcionário dos quadros da Câmara Municipal da Maia, no Pelouro da Cultura com o Vereador Doutor Mário Nuno Neves, também com formação histórica, sabendo eu que o edifício da Cooperativa Popular de Moreira da Maia estava à venda, senti que deveria informar os responsáveis da Câmara Municipal da Maia do que estava a acontecer e, vendidas as instalações à Câmara da Maia, Informei o Sr., Vereador Doutor Mário Nuno Neves do meu achado, do meu segredo, e de imediato foi trasladado para as oficinas da Câmara para limpeza e conservação e hoje se encontra num local seguro e respeitado, para que um dia quem sabe, ser admirada a obra do escultor Henrique Moreira e lhe ser dado o real valor que bem merece.

Inauguração do edifício sede

Edifício construído, os cooperantes desta sociedade, preocuparam-se com a sua inauguração com festa e circunstância que este ato tão importante para a freguesia de Moreira e circunvizinhas o merecem.

Verificamos nos periódicos no Jornal “O Primeiro de Janeiro”, o qual informa a Cerimónia de Inauguração da Casa do Povo de Moreira da Maia na sua edição do dia 2 de maio de 1926.

As festividades para assinalar a inauguração da Sociedade foram bastante participativas

pela população local, inclusive por um grupo de excursionistas vindo da cidade do Porto, romagem ao cemitério para homenagem aos cooperantes falecidos e um comício.

O “comício”, momento mais esperado pela Direção para propaganda da Casa do Povo de Moreira da Maia, com o principal intuito de angariação de sócios cooperantes, parte importantíssima para a sua existência. A Sociedade só obterá seus frutos e preceitos com a existência de um grande número de sócios.

Em agosto de 1927, a Direção propõe que coletividade se oficialize na Associação Comercial e Industrial da Maia, pedindo a sua adesão como sócio, tendo em conta “tudo quanto tenha por fim a defesa dos legítimos interesses do comércio em geral.”⁷

Verificamos que a Direção desta coletividade tinha todo o interesse em aderir a toda a legalidade exigida e António Rocha, estudou o Estatuto da Federação Nacional das Cooperativas, é de opinião que a Casa do Povo se deva filiar, porque entendeu que seriam mais os benefícios que a curto prazo podiam advir, o que se verificou, foi a proposta levada à Assembleia Geral

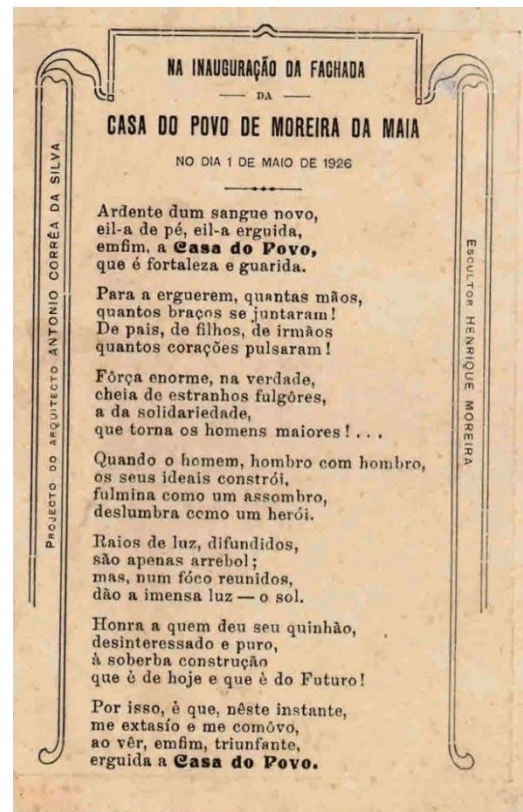


Figura 4- Hino da Casa do Povo de Moreira

Tomada de posse da Direção da Casa do Povo de Moreira da Maia

Todas as sinergias convergem para uma vontade extraordinária de cooperação de cidadãos e no dia quinze de junho de 1927, verifica-se a tomada de posse da Direção da Casa do Povo. A esta sessão de posse, compareceram os cidadãos: José Moreira da Silva, António Rocha, Manuel José de Miranda, Manuel Francisco Moreira Albino Ferreira dos Santos, José de Barros e José de Almeida Benevides a fim de tomarem posse dos cargos para que foram eleitos em assembleia geral, efetuada no dia doze de junho. José Moreira da Silva assumiu a presidência.

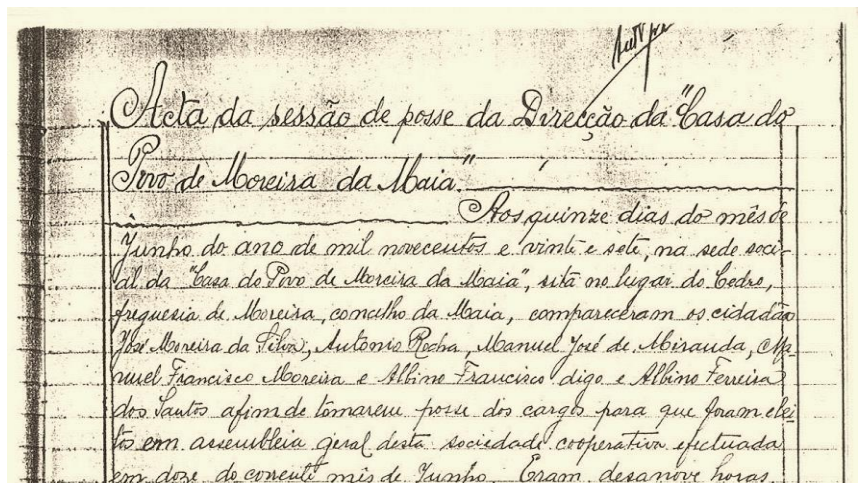


Figura 5 Início da acta

⁷ Sessão da Direção da Casa do Povo de Moreira da Maia de quatro de agosto de 1927

Propaganda e angariação de sócios

A Direção desta casa, demonstra desde o início das suas reuniões de assembleia Geral e outras extraordinárias, uma preocupação consciente de que esta obra consiga vingar e perdurar nos tempos, no entanto verificamos que não foi fácil, tiveram dificuldades no início com a filiação das pessoas na sociedade em questão e, em todas as reuniões de Assembleia, a Direção apela vivamente para que se faça uma propaganda da Casa e do cooperativismo como forma de poderem adquirir bens alimentares e de socorro médico.

Apesar das dificuldades, nos primeiros cinco meses de vida foram promissores nos seus lucros, no entanto, em comparação com os habitantes da região e os inscritos na sociedade, carecia de mais propaganda para captação de consórcios na certeza de que os próximos meses, anos, poderiam ser ainda mais promissores para a causa primeira deste grupo de Homens – fundamentalmente educativa e moral, independente dos partidos e confissão religiosa.

O apelo da Direção é bem aceite pelos consórcios sempre ativos, críticos e colaboradores da causa, marcando a sua presença e interesse, manifestam a sua opinião nas Assembleias, *“Queria que todo o povo de Moreira aqui estivesse para tomar conhecimento da obra gigantesca que a direção desta casa apresenta e conseguiu realizar num curto espaço de tempo.”*⁸

Arnaldo Sousa Bento, não se escusa de abertamente tecer os maiores louvores à Direção, assim como expressa a sua grande vontade em ver crescer esta obra ainda recente, mas, já grandiosa e diz expressamente em plena Assembleia Geral que: *“...se o povo de Moreira quiser gozar amanhã maiores e melhores regalias, só tem um caminho a seguir: **filiar-se na Casa do Povo.**”*⁹ António Rocha, na mesma Assembleia Geral, reforça a necessidade de se propagandear a atividade da Casa do Povo, referindo-se aos sócios que não tem adquirido bens na Sociedade, que não tem cumprido o seu dever, não consumindo géneros que se disponibilizam na secção de vendas, terão de ser mais

C. P. M. M. FICHA INDIVIDUAL

COTA 4,00 SÓCIO N.º 1683 FICHA N.º

Nome FERNANDO TAVARES Estado CASADO

Filho de

e de

Naturalidade

Idade Profissão

Morada

Local de pagamento

Nome da Esposa Profissão

Situação Económica-Social

Entrada de Sócio em

AGREGADO FAMILIAR

NOMES	Parentesco	Data do nascimento	Observações

Figura 8- Ficha individual de sócio

participativos, apar que possam atingir os objetivos da Sociedade. A existência de sócios passivos, nada contribuíam e, consideravam dever que a aquisição de géneros e afins deveriam ser adquiridos, para que o objetivo desta Casa pudesse chegar ao que se propuseram na sua criação, desenvolvendo e criando formas de chegar à população com a ajuda de Socorro Médico tão carente na região, assim como incutirem um espírito crítico, cultural e moral nos seus consórcios.

⁸ Atas nº.4 das Assembleias Gerais da Casa do Povo de Moreira da Maia, janeiro 1928.

⁹. Atas nº.4 e 5 das Assembleias Gerais da Casa do Povo de Moreira da Maia, janeiro 1928.

António Rocha, tentou informar o quanto é importante a participação ativa dos associados que em plena Assembleia Geral, denuncia a existência de inimigos e a única forma de os combater seria de facto a participação ativa na vida da Casa do Povo.

António Rocha, “ Chama a atenção dos sócios para os lucros obtidos na curta gerência e só lamenta que muitos sócios se deixem iludir pelos inimigos desta Casa”.¹⁰

Tal era o entusiasmo dos organizadores/fundadores desta Casa do Povo, não perderam tempo a recrutar sócios e no final desta reunião, convidaram todos os presentes a se fazerem sócios da instituição.

A sociedade é composta de sócios primários, aderentes e auxiliares. Os primários são todos os que se acharem inscritos até seis meses depois da aprovação destes estatutos pela assembleia geral, aderentes os que se filiarem depois e auxiliares aqueles que consumam géneros da sociedade e se sujeitem ao pagamento de uma cota especial que será indicada no regulamento.

A aprovação de admissão de sócios, aparece descrita no artigo 15º., onde define de forma clara que a aprovação de admissão de novos sócios é da competência da Direção, que tem o direito de impedir a admissão aos indivíduos que julguem poderem meter a discórdia na coletividade.

Os sócios têm o direito de gozar as regalias de caráter moral ou material que a sociedade possa permitir, em compensação, todos tem o dever de por todos os modos regulares, concorrerem para a prosperidade e reputação da sociedade.

O sócio auxiliares tem apenas o direito de consumir dos estabelecimentos da sociedade e de apresentar reclamações justificadas.

A participação na Assembleia Geral, os sócios convocados por escrito e com oito dias, pelo menos de antecedência reúnem-se e constituem a assembleia geral, que exercerá o poder soberano da coletividade.

O lucro dos líquidos realizados pela sociedade, serão distribuídos pela forma seguinte: 40% dos lucros, para fundo da reserva legal; 50% para bónus a dividir pelos sócios e para a educação programada 10% dos lucros.

O bónus aos sócios, serão proporcionais ao consumo de cada um e constituirão o seu fundo individual de que um sócio poderá dispor do modo seguinte:

COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA
SOCIÉDADE COOPERATIVA

Sócios N.º Ano Esc. **48\$00**

Nome

Morada O Tesoureiro,

COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA	COOPERATIVA POPULAR DE MOREIRA DA MAIA
Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Dezembro de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Novembro de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Outubro de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Setembro de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Agosto de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Julho de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Junho de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Maio de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Abril de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Março de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Fevereiro de 19.....	Sócios N.º pagou a sua quota de 4500 relativa ao mês de Janeiro de 19.....

Figura 9- Documento usado para cobrança de cotas aos associados

¹⁰ In, Atas nº.4 das Assembleias Gerais da Casa do Povo de Moreira da Maia, janeiro 1928.

No decorrer da leitura da documentação encontrada, António Rocha sabia bem com que “linhas se cozião”, em relação à existência de inimigos contra a sociedade e, em dois anos surge uma investida de um consórcio maléfica para a Sociedade, aos três de agosto de 1930, na Assembleia Geral levada a efeito, a Direção sentiu-se surpreendida pelo Aviso recebido da Repartição de Finanças a informar que coletou a Sociedade com a quantia de trezentos e cinquenta escudos e sete centavos. Segundo consta, devido a uma traição de um associado “o facto que tereis de apreciar nesta Assembleia Geral, e à estupidez, para não chamarmos outra coisa, duma criatura que tem procurado por todas as formas levar os seus ódios na nossa Sociedade. Explicações que serão dadas de viva voz e que julgareis como for de justiça.”

a) Se o sócio quiser levantar o seu fundo individual no fim do 1º ano, deduzirá vinte por cento ao capital, no fim do segundo ano, deduzirá quinze por cento e no fim do terceiro ano, dez por cento; no fim do quarto ano e além do quarto ano deduzirá dois e meio por cento.

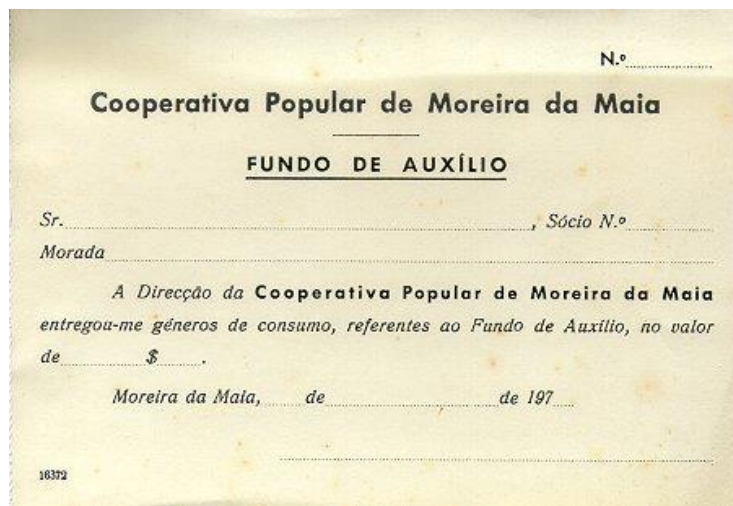


Figura 10 - modelo usado para atribuição de fundo de auxílio

b) Se no fim de cinco anos o sócio não tiver levantado o seu capital individual, poderá transforma-lo em pensão ou reforma, a qual não poderá nunca ser inferior a dez por cento do capital e ser-lhe-á paga em cotas mensais trimestrais ou anuais.

Mais consta no artigo 29º., a pensão ou reforma, é independente da idade do sócio, e a ela tem também direitos seus herdeiros, em primeiro lugar a viúva e, em segundo lugar os filhos até aos dezoito anos sendo do sexo masculino e até aos vinte e cinco

anos do sexo feminino, enquanto solteiros e tiverem bom comportamento moral. Na falta da viúva e dos filhos, pertencerá a pensão aos pais do sócio, desde que por ele sejam sustentados e com ele tenham convivido à data da sua morte

c) No caso de doença, devidamente comprovada, poderá o sócio levantar mês a mês o seu fundo individual sem qualquer dedução.

No entanto, no parágrafo segundo dos estatutos, ficou bem explícito a forma como poderia receber a sua pensão. *“Em qualquer dos casos só é permitido ao sócio levantar o fundo individual ou receber a sua pensão em gêneros que a sociedade tenha há venda.”*¹¹

Haverá um fundo de reserva provisório, com referência ao qual se observarão as condições seguintes:

a) Este fundo será fixado em 35 contos, desdobrado em títulos de capital em número de setecentos e cinquenta escudos cada um, premiados com remuneração anual de seis por cento e amortizando-se todos os anos, por sorteio cinquenta ou mais títulos de modo que em catorze anos ou mesmo esteja amortizado e extinto o fundo provisório.

b) Este capital destina-se à aquisição do edifício da sede e ao começo da secção comercial e outros cometimentos destinados a desenvolver a riqueza da sociedade.

c) Os títulos deste fundo serão nominativos, pagáveis em prestações de vinte e cinco por cento e transmissíveis entre os filiados ou pessoas da sua família, quando a sociedade autoriza.

A responsabilidade dos sócios é limitada às importâncias pagas de cotas acrescidas do que corresponder a mais de dois anos de amortização.

Os casos, para os quais não haja nos estatutos disposições concretas, serão resolvidos em face da legislação oficial, no caso de silêncio desta, resolverá a Assembleia Geral.

O Artigo 25º., esclarece claramente que o estatuto aprovado, poderá sofrer alterações ou mesmo ser reformado e, para que isso aconteça é competente a Assembleia Geral reunida

¹¹ Atas das Assembleias Gerais da Casa do Povo de Moreira da Maia, ano 1927/33 – nº. 1
Artigo 6º., do Estatuto da Casa do Povo de Moreira da Maia. p. 4

expressamente para esse fim e sendo indispensável a presença de dois terços dos sócios no gozo dos seus plenos direitos.

Os sócios que devam oito ou mais cotas e os que tiverem menos de doze meses de filiados, não fazem parte da Assembleia Geral, não votam nem podem ser votados para quaisquer cargos.

Os atos irregulares praticados pelos sócios, serão julgados pela Assembleia Geral, sendo previamente ouvidos os presumíveis delinquentes que terão direito de por si ou por outrem se defenderem na Assembleia que os julgar.

Na Ata nº. 6 de 22 de julho, verificamos que foi

solicitado pelo Sr. António Rocha, Secretário da Direção e lembrando uma das intenções principais da criação desta Casa do Povo, a finalidade económica e não funções mercantis e segundo ele a instituição deve alargar os seus benefícios a toda a população e considerando que a cota instituída uma cota especial de um escudo e cinquenta centavos mais um escudo para o cartão de identidade, dificultava as famílias mais pobres de poderem abastecerem-se de géneros no estabelecimento comercial da sociedade.

António Rocha, preocupado com esta situação menos justa, considerando que o Estatuto da sociedade estabelece que os sócios auxiliares e consumidores apenas paguem essa cota especial e como o regulamento até então ainda não estava oficializado, a Direção da Casa do Povo para colmatar este impedimento aos restantes habitantes da freguesia, propõe que durante o prazo de três meses contar da data vinte e dois dias do mês de julho de 1928, sejam admitidos sócios auxiliares todos os chefes de família, ficando isentos do pagamento da cota e cartão de identidade.

Os novos sócios, só poderão ser propostos pelos já sócios primários ou aderentes da Sociedade, desde que esteja na situação de gozo de plenos direitos. Esta sugestão foi votada pela Direção e aprovada por unanimidade.

Findo o ano 1927, em janeiro de 1928 como resultado de discussão sobre os resultados da secção comercial, depois de acesa discussão do rumo a tomar para o ano em curso, foi proposto à Direção:

- Para bónus aos sócios – 3% do consumo

Em 1933, foi instalada na sede da Sociedade, uma filial da Caixa de Crédito Cooperativista, isto porque a Casa do Povo de Moreira da Maia, estava filiada na UNIÃO DAS COOPERATIVAS DO NORTE, a qual foi a sua fundadora.

A instalação da Caixa de Crédito, trouxe mais-valias para os associados, possibilitando depositar as suas economias, até porque segundo os registos verificados, no ano 1933 existiam 544 sócios da Casa do Povo.

PROGRAMA	
SÁBADO, 27 de Julho – 1957	DOMINGO, 28 de Julho – 1957
AS 8 HORAS:	AS 10.30 HORAS:
I – Girândola de morteiros;	I – Homenagem póstuma a dois sócios e descerramento das suas fotografias.
AS 22 HORAS:	AS 16 HORAS:
II – Sessão de cinema dedicado aos sócios e suas famílias.	II – Sessão solene no Salão de Festas;
(ENTRADA LIVRE)	III – Palestra sobre «Cooperativismo» pelo Ex. ^{mo} Sr. Dr. Fernando Ferreira da Costa, de Lisboa;
	IV – Distribuição de prémios aos filhos dos sócios que fizeram neste ano o seu exame de ensino primário elementar;
	V – Exibição do Rancho Infantil de Matosinhos-Leça.

Figura 11 – Programa das atividades nas comemorações da Cooperativa Popular de Moreira da Maia

Educação/cultural – 12-1928

No Artigo 6º., Criará e fará funcionar com regularidade uma secção de Educação e propaganda da cooperação onde se possa exercer a Acção Cultural da mentalidade dos indivíduos, no entanto, frisam que será feita mas “por todos os meios lícitos”¹². Deixam claro a intenção de se institucionalizar de forma vinculada a ação educativa ou de assistência moral e material.

Decorria o ano de 1928, pouco mais de um ano vida desta “Sociedade”, surge a preocupação do espaço digno para que as ações educativas e culturais. Em Dezembro de 1928, torna-se publica a intenção da Direção da Casa do Povo, a ampliação do edifício sede, de modo a que se construa um salão-teatro, para a realização de atividades recreativas em favor dos sócios, famílias e todos os indivíduos em geral.

A criação deste salão-teatro, pensado aquando a criação dos estatutos (1927), na verdade concretizou-se e a sua construção e efetiva utilização para os propósitos pensados, inclusive para todas as atividades institucionais, reuniões e assembleias gerais, as atividades culturais (sessões recreativas), teatro, cinema e musicais.



Figura 12 - Convite enviado aos sócios para sessão solene

Das atividades culturais salientamos a sempre esperada festa anual, geralmente realizada entre o mês de julho ou agosto.

Raros são os registos que nos informem a forma e conteúdo da festa anual na Casa do Povo/Cooperativa Popular de Moreira da Maia. Felizmente, resistiram ao tempo dois exemplares impressos informativos com o programa das festas nos anos 1957 e 1959.

As festas prolongavam-se geralmente por dois dias, um fim-de-semana do mês de julho ou agosto. O programa constava do seguinte: No primeiro dia, sábado, a população acordava com uma forte

Girândola de morteiros (foguetes lançados sucessivamente com fortes morteiros), Com o içar da bandeira alusiva à instituição da Cooperativa e a bandeira de Portugal, uma forma de informar que as festas tiveram início, hábito profundamente enraizado nas populações, que perdura ainda nos nossos dias. Particularmente no ano de 1957, às 22h00, sessão de cinema especialmente dedicado aos sócios e suas famílias com entrada gratuita.

No domingo, dia principal com atividades diversas desde homenagem póstuma que cremos ser de dirigentes falecidos que culminava com o descerrar de fotografia no salão grande¹³. Na parte

¹² Atas das Assembleias Gerais da Casa do Povo de Moreira da Maia, ano 1927/33 – nº. 1
Artigo 6º., do Estatuto da Casa do Povo de Moreira da Maia.

¹³ Até ao encerramento da Cooperativa de Moreira da Maia, existiam fotografias dos dirigentes da edilidade já falecidos. Recordo-me bem de ter visto as fotos em moldura de madeira, os rostos do meu bisavô Manoel Francisco Moreira, José Moreira da Silva, Arnaldo de Souza Bento, Professor Rocha, Dr. Farinhoto e Dr. Costa Maia (médicos na casa do Povo de Moreira da Maia /Cooperativa Popular de Moreira da Maia.)

da tarde, geralmente uma sessão solene no Salão de Festas com uma palestra sobre o Cooperativismo, entre outros o Exmo., Senhor Dr. Fernando Ferreira da Costa¹⁴ que vinha expressamente de Lisboa.

Logo de seguida, a tradicional distribuição de prémios aos filhos dos sócios que tivessem terminado com êxito, o ensino primário elementar (4ª. classe). Logo após esta cerimónia, terminava com música e dança como por exemplo no ano de 1957, atuou o Rancho Infantil de Matosinhos – Leça.

A entrega de prémio pela concretização da instrução primária (4ª., classe), cujo prémio constava de uma conta aberta na Caixa Geral de Depósitos no valor de 100.00 (cem escudos), em favor dos filhos dos sócios, no entanto o valor depositado ficava cativo até atingir a maior idade institucionalizada na época.

Nos finais dos anos 70 até ao encerramento da Cooperativa, todos os sócios poderiam realizar a boda de casamento das suas famílias, incluindo a prestação de serviço de boda completa sob a responsabilidade da instituição.

Este salão, (na época considerado um luxo), a sua existência está bem vincada nas minhas memórias de infância por várias razões, principalmente educativas e os casamentos dos meus irmãos, o João Carlos (Jones), José Luís e Pedo Manuel.

Na época, a boda ou o vulgarmente chamado “Copo de água”, servido pela cooperativa, era de facto um luxo e bastante económico, servindo assim os primeiros propósitos e ideais dos fundadores desta casa.

Moral

Ao longo da aturada leitura das atas que encontramos para melhor compreender a filosofia adotada por aqueles homens de bem da freguesia de Moreira da Maia, uma preocupação constante pela MORAL, de salientar a retribuição da pensão ou reforma, no caso do Pai como cabeça de casal, os filhos só teriam direito a receber os valores que lhe cabiam por direito, *“em primeiro lugar a viúva e, em segundo lugar os filhos até aos dezoito anos sendo do sexo masculino e até aos vinte cinco anos do sexo feminino, enquanto solteiros e tiverem bom comportamento moral.”*¹⁵ Um bom comportamento moral era factor decisivo para a atribuição da pensão ou reforma que o sócio tinha direito.

Assistência Social/Assistência Médica

Decorria o ano de 1928, no mês de janeiro, em plena Assembleia Geral, a Direção representada pelo consórcio António Rocha, aquando a apresentação dos movimentos económicos, o relatório de contas, apesar dos bons resultados obtidos, vinca a necessidade de angariação de sócios e fundamentalmente a participação na aquisição de géneros a fim de aumentar cada vez mais os lucros para que o sonho da criação da Assistência social e Médica possa ser um facto.

Dando cumprimento aos Estatutos da Casa do Povo de Moreira da Maia, no Artigo 5º., Criará uma secção de socorro na doença, invalidez, incapacidade ou reforma a todos os sócios de

¹⁴ Fernando Ferreira da Costa, nascido em Lisboa, com ascendência são-tomense, foi aluno de António Sérgio, um dos maiores pensadores portugueses do século XX, logo após o 25 de abril de 1974, juntamente com Henrique de Barros fundou um instituto com o seu nome dedicado ao COOPERATIVISMO. Foi professor na Faculdade de Economia de Lisboa, dedicou a sua vida ao Cooperativismo ao lado de figuras como Fernando Nobre.

¹⁵ Atas das Assembleias Gerais da Casa do Povo de Moreira da Maia, ano 1927/33 – nº. 1 Artigo nº.29

forma ampla e alargada às suas famílias.

Para dar cumprimento ao Artigo citado, em julho de 1928, foi feito um estudo dos agregados familiares dos sócios, a fim de se conhecer todo o universo de pessoas a beneficiar da assistência de médica e socorro.

Cumprindo as determinações saídas da Assembleia Geral de 22 de julho de 1928, iniciaram as obras de ampliação do edifício social, instalações do posto médico, escritório e armazéns, e como consta na ata nº.10 de janeiro de 1929, a sua conclusão se aproxima do final, apesar de já estar regulamentado o funcionamento da secção de Socorro na doença.

Por necessidade de logística necessária ao bom funcionamento do posto médico, foi colocada uma secretária (que era uso da Direção), depois de convenientemente limpa e pintada a Ripolin¹⁶, uma cadeira de braços e mais seis cadeiras, duas para o consultório e quatro para a sala de espera, um sofá e uma estante para recolha de fármacos.

Foram comprados ainda: dois escarradores, um espelho, cabides, toalhas e um toalheiro para além dos objetos que o médico nomeado indicar.

Resolvido o problema das instalações, do médico residente, carece o apoio de uma farmácia que possa

contribuir com a sua parte na redução de preços aos consórcios, o sócio nº., cento e três, Sr. Artur Maria Cardoso, na qualidade de administrador da Farmácia Veiga Cabral do lugar da Estação da freguesia de Moreira da Maia, ofereceu um bónus de vinte por cento em todo o receituário que fosse aviado na referida farmácia, para os sócios e seus familiares, assim como assistência de “enfermagem”, curativos e afins de forma gratuita.

No mês de maio de 1928, a Direção manifesta em secção de direção, a necessidade de enviar um ofício aos médicos conhecidos, a dar conta do desejo da sua prestação de serviços profissionais, na secção de assistência médica aos sócios e familiares.

Foi enviado ofício aos seguintes médicos: Fernando Domingos da Hora Aroso, David Ramalhão, António da Costa Maia, José Félix Farinhote, Manuel da Silva Santos, António Domingos Gomes.

As condições da Sociedade em relação ao número de consultas semanais, deveriam de ser três vezes por semana e a execução de visitas ao domicílio aos doentes impossibilitados de se deslocar por razões de saúde.

Recebidas cartas de resposta, os médicos Fernando Aroso, Manuel Aroso e António Domingos Gomes, informaram não prestar serviços na Casa do Povo.

No entanto, os Drs. José Félix Farinhote, David Ramalhão e António Martins da Costa Maia, responderam a desejar prestar serviços médicos na secção medica na Casa do Povo.

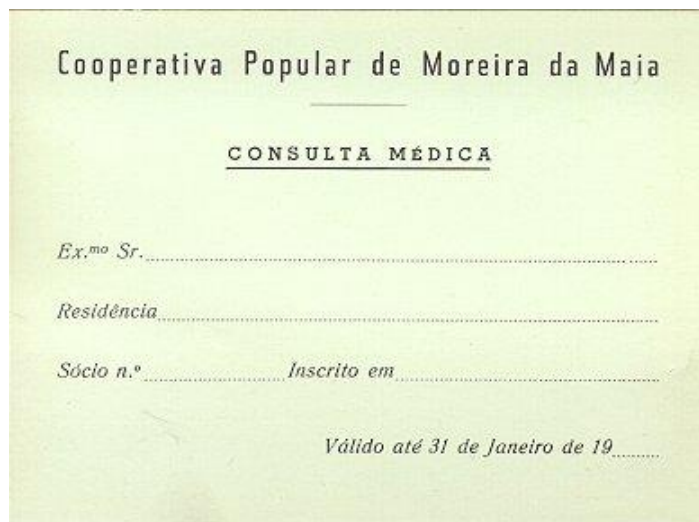


Figura 13– Impresso usado para consulta médica

¹⁶ Marca de tinta francesa, que se usava na época

A Direção depois de analisar as contra propostas dos médicos a concurso, decidiu que o médico que mais iria beneficiar a Sociedade e os seus consórcios, deliberou contratar o Dr. Jose Félix Farinhote.¹⁷



Figura 6 – Fotografia do Dr. José Félix Farinhote, clínico da secção médica.

De imediato lhe foi comunicado através de ofício e em simultâneo, solicitaram a sua presença nas instalações da Sociedade para indicar quais as necessidades em relação ao material medico e cirúrgico necessário para o funcionamento do consultório, uma vez que, estava previsto a sua abertura no início de abril, devendo o médico nomeado, tomar posse no dia trinta e um do corrente mês de julho, o que veio a acontecer. O Dr. José Félix Farinhote, compareceu na Sessão extraordinária da Direção no dia 31, onde assumiu e aceitou as propostas que lhe foram apresentadas, comprometendo-se a cumprir com carinho e zelo. Março de 1929 e as obras da secção médica e afins, estão quase a terminar, e por ser um ato de maior importância para a população, foi proposto em Sessão de Direção e posteriormente em Assembleia Geral, que este ato merecia uma inauguração com dignidade que merece.

Inauguração Solene da Secção Médica

Sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada, para o dia sete de abril de 1929, o que de facto se concretizou.

Muitas foram as vantagens na instalação do posto médico na Casa do Povo. Em setembro de 1929, o diretor clínico, Dr. Félix Farinhote, solicita à Direção para informar todos os sócios da Sociedade, de que serão feitas sessões de vacinação e revacinação.

O funcionamento desta secção, segundo a Direção da Sociedade, o Dr. Félix Farinhote, passados 12 meses de atividade, como balanço de quantidade e qualidade de serviço prestado, sem reclamações ou mau agrado, como forma de reconhecimento, e conforme acordo aquando a sua admissão como médico residente da edilidade, unanimemente foi atribuído um aumento de vencimento.

Em reunião de Direção foi lido o seguinte parecer: “ *São passados quase doze meses sobre o funcionamento da Secção de Socorro na Doença, instituída por esta Sociedade e que tão apreciáveis resultados têm trazido não só aos associados e familiares, mas também ao bom nome da nossa Casa. É com prazer que temos constatado que o respectivo diretor clinico sr. dr. José Félix Farinhote tem posto toda a sua dedicação e carinho ao serviço dos associados, honrando*

¹⁷ José Félix Farinhote, respondeu ao solicitado pela Direção da Casa do Povo, apresentou a proposta de que pretendia dar cinco dias de consulta por semana às oito horas, excetuando as quintas e sextas-feiras. Em relação às visitas ao domicílio será feita com aviso prévio de vinte e quatro horas. Em relação aos honorários duzentos escudos mensais, no entanto ressalva que a remuneração dos seus serviços clínicos, será aumentada logo que a Sociedade tenha mais possibilidades e o permitirem. David Ramalhão, dispõe de três dias por semana para consulta sendo nas terças-feiras, quintas-feiras e domingos. Em relação aos honorários duzentos e cinquenta escudos mensais. António Martins da Costa Maia, quatro dias por semana (incluindo o domingo) à hora que de acordo se estabelecer. No entanto diz que se a Sociedade assim o exigir que poderia dar consulta todos os dias, declara ainda que aceita o regulamento., mas ressalva várias disposições e acréscimo de valores.

assim o mandato que lhe fôra confiado.”¹⁸ Depois destas considerações favoráveis ao sentido de dedicação para com os doentes da Sociedade. A Direção, entendeu que o vencimento auferido, irrisório, deveria ser aumentado como forma de agradecimento e justiça. Assim sendo, foi atribuída uma “lembrança” para trezentos escudos mensais.

Um dos maiores desejos da Sociedade que foi concretizado, o do Socorro na Doença, finalmente está operacional e com bastante aderência dos associados e familiares, embora saibamos que, uma parte dos consórcios, se fizeram sócios para este fim, a assistência médica e medicamentosa. Também se percebe a razão e quem o fez devido aos registos individuais de consumo mínimos, mas facilmente desculpáveis devido à grande crise que se atravessava neste período da história De Portugal e Europeia.

É claro que a Secção médica, não dá lucro mas segurar esta variante social é demasiado importante e foi, necessário até á data, 1930 subsidiar e efetuar a devida manutenção ate porque, as consultas médicas dadas no Posto Médico, até ao dia 14 de 1931 foram de 300, não se conhecendo as restantes até ao final do ano devido a doença do diretor clinico Dr. Félix Farinhote, que o impossibilitou de trabalhar no consultório mas o carater do clinico era de tal forma honroso que deu consultas na sua residência, não abandonando os doentes ao qual se tinha comprometido servir.

Dada a gravidade da doença do clínico que culminou com a sua morte, O Dr. José Félix Farinhote, exerceu as suas funções na Casa do Povo durante vinte meses, nos quais colocou toda a sua disponibilidade e dedicação aos doentes que assistiu. Com este desfecho, existiu a necessidade de se contratar outro clinico para se iniciar as consultas no consultório da Casa do Povo e se restabelecer a normalidade e de consultas, o Médico Sr. Dr. David Ramalhão, no qual a direção depositou a confiança para o cumprimento das funções a que se propunha.

A necessidade de uma substituição imediata de clínico na secção médica, impõe-se muito urgente devido ao aumento considerável da procura de cuidados médicos, em especial nesta época devido a uma epidemia gripal que se fez sentir e foi motivo de preocupação para a Direção, no entanto no terceiro trimestre do corrente ano, a procura dos serviços clínicos diminui em relação ao primeiro e segundo trimestre.

Em janeiro de 1932, dando cumprimento ao que se propunha esta Casa do Povo, em relação ao propósito de assistência social, foi colocada em assunto em reunião da Assembleia Geral, a proposta emanada por uma comissão para reforma do Estatuto, conceder um subsídio ao sócio do sexo feminino e inclusive à esposa do sócio, por motivo de parto, obedecendo a regras estabelecidas no regulamento.

Foi autorizado o funcionamento de secção de consultas dentárias no posto médico. Em acordo com a Direção o clínico foi autorizado a executar consultas e trabalhos de odontologia, em que os sócios têm desconto de 50% do custo total da intervenção clínica.

O consultório médico resistiu até aos últimos dias de funcionamento da Cooperativa Popular de Moreira da Maia e ainda muitos sócios se recordam do Dr. Costa Maia, da Estação – Moreira e o último médico ao serviço dos sócios e familiares foi o Dr. Vieira da Refonteira - Moreira.

A criação deste consultório foi demasiado importante para todos os que o usufruiu na medida em que a saúde sempre foi e será um problema sério para o ser humano. Muitos foram que se salvaram da morte e conseguiram prolongar a vida, devido ao cooperativismo e à boa vontade de alguns cidadãos que merecem a nossa profunda homenagem pelos serviços prestados aos habitantes de Moreira da Maia e freguesias circunvizinhas, desde a sua fundação ao seu encerramento nos anos 90 do Séc. XX

¹⁸ Atas das Assembleias Gerais da Casa do Povo de Moreira da Maia, ano 1927/33

Conclusão

Portugal nos anos vinte, deparou-se com a disseminação de doenças, desemprego e taxa de alfabetização muito baixas.

A fundação da Casa do Povo de Moreira da Maia, em 10 de abril de 1927, legalmente institucionalizada em escritura pública 18 de maio do mesmo ano, foi colocado na prática, o resultado de um sonho que já vinha do ano anterior e materializado no início da construção do edifício que viria a ser a sede da instituição.

Respeitando a filosofia cooperativista, as sucessivas direções da Casa do Povo de Moreira da Maia e mais tarde com a designação de Cooperativa Popular de Moreira da Maia, tiveram grande preocupação em colmatar dentro das possibilidades existentes, o combate à doença com a criação da Secção Médica para os consórcios e familiares, instituindo as consultas clínicas no consultório e ao domicílio e, cirurgia “ambulatório”, criação de centro de vacinação da população e protocolos com as farmácias locais para redução de custos no receituário aplicado.

No aspeto social, a Direção da Casa do Povo, instituiu o subsídio de parto para as esposas dos consórcios.

A Casa do Povo de Moreira da Maia, foi uma instituição económica mas com um forte cariz educativo e moral, independentemente dos partidos ou confissão religiosa.

Todo o êxito desta Casa do Povo se deve aos seus dirigentes, funcionários e aos consórcios fiéis, que se mantiveram clientes, além da sua participação nos princípios básicos propostos na propaganda efetiva, realizada pelos dirigentes nas suas Assembleias Gerais, mantendo sempre um otimismo acentuado e olhos postos no horizonte na busca incessante da concretização do seu sonho.

Bibliografia

- AZEVEDO, P. Joaquim Antunes de (2015), *Memórias de Tempos Idos*. CUMA Ed., Vol. I, II e III
- LOPES, Luís Seabra (2005), A cultura da medição em Portugal ao longo da História. In *Educação e Matemática*, n.º 84.
- MÓNICA, Maria Filomena (1986), *Artesões e operários*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Resumo do Inquérito Industrial de 1881* (1833), Lisboa: Imprensa Nacional.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado (1999), História da indústria portuguesa - da Idade Média aos nossos dias, Europa-América e AIP.
- SILVA, Luisa Vieira da; GARCIA, João Carlos (1981), O Inquérito industrial de 1881. Nota sobre um centenário. In Revista Finisterra. Disponível em <https://doi.org/10.18055/Finis2179>
- CARVALHO, Rómulo de – História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 200
- ATAS das Assembleias Gerais da “Casa do Povo de Moreira da Maia”, Moreira da Maia, 1927 a 1933
- ATAS das Reuniões de Direção da “Casa do Povo de Moreira da Maia”, Moreira da Maia, 1927 a 1933
- ASSOCIATIVISMO LOCAL** - j-f <http://www.j-f.org/monografia/pagina49.htm> Inscrevemos a questão do **associativismo** no capítulo dedicado à vida local ... interessadas «pela vida social e política nos **anos 30**» se pudessem reunir.
- Década de 1940 – O associativismo na época do Estado Novo** | ACIJS <http://acijs.com.br/blog/decada-de-1940-o-associativismo-na-epoca-do-estado-novo/> 10 jul 2013. **Década de 1940 – O associativismo** na época do Estado Novo. A efervescência do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas impôs inúmeras ...
- Associativismo, participação e políticas públicas** <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1838/1601> Santa Martha e Mangue Seco), além de 30 entrevistas a representantes do ex- ... do **associativismo** civil no País a partir dos **anos 1980** (BOSCHI, 1987;.
- Associativismo no Setor Saúde Brasileiro e Organizações ...** - Scielo.br <http://www.scielo.br/pdf/physis/v3n2/08.pdf> na ordem corporativa e, por outro, na autonomia da ordem **associativa**. À luz dessas visões **anos 30**, configura-se no Brasil um setor saúde formado por três ...
- Associativismo e Novos Laços Sociais...** (PDF Download Available) https://www.researchgate.net/publication/279751319_Associativismo_e_Novos_Lacos_Sociais_livro_completo 14 fev. 2018 ... **Associativismo** e Novos Laços Sociais (livro completo) ... Actas do Congresso **30 Anos** da APAP, "A Paisagem da Democracia", Porto, Outubro .

Conjuntos Musicais Maiatos

Na primeira metade da década de 60 do século XX

Sérgio O. Sá*

Resumo: Trata-se de breve abordagem sobre a actividade musical no Concelho da Maia, nos anos 60 do século XX, com enfoque nos designados conjuntos típicos e/ou populares, sem esquecer o contexto social, cultural, político e de guerra em que então se vivia.

Palavras-chave: Conjuntos musicais, Maia, Anos 60.

Nota introdutória

O fenómeno musical, envolva ele o canto ou instrumentos recuperados ou produzidos para o efeito, resulta de impulsos vitais que concorrem para o equilíbrio do comportamento humano. Daí ter surgido da necessidade de alegrar a vida, até de lhe dar sentido, tenha ela permanecido nómada ou atingido auges civilizacionais. E das actividades de sobrevivência às lidas próprias da sedentarização, passando pelo embelezamento de eventos religiosos, o fenómeno acabaria por se desenvolver ao ponto de também atingir fins tão distantes dos da sua origem quanto o tempo que leva de existência.

Seria interessante uma abordagem aprofundada sobre o que poderá ter estado na origem do seu aparecimento, decerto depois da experiência do canto, nos primórdios da Humanidade. E também uma referência ao que poderá ter sido o contributo da própria natureza no que toca ao aparecimento do fenómeno, bem como aos processos de desenvolvimento por que passou ao longo do tempo, posto que não há povo que dispense a música nem comunidade que não cante.

Mas como o tempo e sobretudo o espaço a dispor para o efeito não facilitam tal hipótese, esta narrativa aponta apenas para o que, no domínio da música, veio acontecendo em pleno século XX, nomeadamente no concelho da Maia e na primeira metade da década de Sessenta, com o aparecimento dos conjuntos musicais.

É de cultura que se trata

É de cultura que se trata. De cultura popular, é certo, mas que teve o seu tempo e pode até fazer sentido observá-la à luz dos conceitos de “Património”, e, neste caso particular, como parcela do património artístico-musical do nosso concelho. Por que não?

Cultura popular. É nela que se arruma, em prateleira própria, a música e o cante do povo que, em tempos idos, para transformar o trabalho árduo em alegre canseira, tantas vezes se apoiava na sua voz com a qual, mesmo sem instrumentos musicais, fazia música. Manifestações mais ou menos espontâneas que acabariam por dar vez ao que viria a ser entendido como folclore – maneira mais ou menos artificial de preservar o que originalmente fora genuína realidade.

Daí o aparecimento dos ranchos folclóricos e de outros grupos idênticos, com que também o concelho da Maia passou a contar. O Grupo Regional de Moreira da Maia surgiu em 1935. Cerca de 25 anos depois entraram em cena o Rancho Regional de São Salvador de Folgosa, o Rancho Folclórico de São Cosme de Gemunde e o Rancho Folclórico de Gueifães¹. Com chegada intercalar e posterior, passaram também a marcar presença os Os Fontineiros da Maia e o Danças e Cantares

* Artista Plástico, Professor e Escritor.

¹ Informações recolhidas da NET.

de Nossa Senhora de Guadalupe, ambos da freguesia de Águas Santas².

Mas já antes desse degenerescente meio de preservação dos valores etnográficos, outros agrupamentos, com intuítos mais “pretensiosos” mas inteiramente legítimos, quiçá artisticamente mais evoluídos, actuavam dentro e fora do espaço maiato. Agrupamentos de suporte instrumental, a serem também verdadeiras escolas de música. Trata-se das filarmónicas, sendo de assinalar a Banda Marcial de Gueifães, cuja fundação remonta a 1837, e a Banda de Música de Moreira da Maia, instituída dez anos depois – 1847.³

Outros agrupamentos com instrumental mais ligeiro, como as tunas, também terão emergido, e destes, a Tuna Musical de Cidadelha, criada em finais da segunda década de Novecentos⁴, fora acontecimento de referência. Extinta havia quase trinta anos, a semente que deixara, já não germinava, até que, finalmente, deu sinais de vitalidade. A história da sua existência inspirou a rapaziada, levando-a a desenvolver o gosto pela prática musical e a motivá-la para novas experiências.

Longo intervalo, aquele, de recatada actividade, se bem que as filarmónicas maiatas tenham sido sempre solicitadas para abrilhantar festas e romarias, às vezes em porfiados despiques entre concorrentes. Tal como os ranchos que, além de outros contratos, até participavam em eventos organizados e patrocinados pelos seus congéneres. E não deixou de haver por estas bandas quem dedilhasse uma guitarra, um violão ou um cavaquinho e até ensinasse quem queria aprender, como também se improvisavam encontros de tocadores à porta fechada ou entreaberta, o que acontecia na mercearia de Américo Mandim, no lugar de Carvalho, em Nogueira⁵, e, um pouco mais tarde, também na mercearia de Joaquim Francisco Maia, junto à capela de São José, em Ferreiró – Santa Maria de Avioso. Eram momentos vividos com paixão, tanto por quem deles participava como por quem a eles assistia. Como alegres eram os bailaricos que, pelo São João, continuavam a ter lugar em espaços públicos e em quinteiros de casas particulares. Mas a novidade não acontecia. Prevalencia a continuidade, pois tudo se cingia ao já visto e ouvido.

A Maia, considerando a realidade sociocultural e geográfica de que fazia parte, ainda era uma terrinha de província. A população contentava-se com o que havia, porque quanto a preocupações bastavam-lhe as que a vida de pobreza lhe impunha e as que, depois, acabou por sofrer em consequência da guerra que assolava a Europa. Até as mudanças e acertos de regime que davam forma ao Estado Novo pareciam passar-lhe ao lado.

Para a maior parte dos cidadãos os conceitos de censura, de liberdade e de democracia não existiam. Da PIDE, polícia que antes de 1945 tivera outra designação, aprendeu a ter medo, mas um medo inconsciente, geralmente injustificado por não haver motivo para tal, posto que para a PIDE não eram propriamente os humildes e os analfabetos (salvo raras excepções) que poderiam dar-lhe que fazer.

A ruralidade que caracterizava esta região distante, sobretudo em comunicações, dos centros industriais e do latifúndio alentejano, mais propensos a convulsões populares, tendia a garantir ao sistema político alguma tranquilidade por estas bandas, onde até a opinião pública parecia nem existir, ou era clandestina.

Estava-se já na década de Cinquenta, mas o quotidiano continuava a ser de aldeia.

² Idem, ibidem

³ Idem, ibidem

⁴ Cf, SÁ, Sérgio O., 1990, *Memórias de uma Aldeia*, Sólivros de Portugal.

⁵ Onde, mais tarde, o guitarrista de fado Augusto Mandim haveria de ter as primeiras lições de guitarra.

E se o gosto musical e o interesse pelas cantigas tendiam a evoluir, com a aceitação de novas composições interpretadas por excelentes vozes, também permaneciam remanescentes típicos de uma cidadania caracterizada por uma espécie de inocência cívica.

Cantigas como “A Minha Casinha” ou “A Minha Aldeia”, interessantes composições que pareciam deixar transparecer reflexos do regime, conti-nuavam a ouvir-se. E se não através da rádio, havia sempre uma dona de casa que, a acompanhar os seus trabalhos domésticos, as cantarolava, à capela, às vezes quase bem.

Apesar de lento, o tempo continuava a mover-se, acompanhado de algumas mudanças em vários domínios. As condições de vida, não obstante o desenhar de um novo surto migratório, ou talvez por via dele, tendiam a melhorar. A imprensa escrita ligada às artes da música e do espectáculo começava a ser consumida pela juventude maiata. A rádio, que continuava a dar a conhecer o que acontecia no âmbito das cantigas e não só, era mais ouvida, despertando nas jovens gerações o interesse por novos originais. O tempo da televisão aproximava-se.

Conjuntos Maiatos – eventuais contributos para o seu aparecimento

A Tuna Musical de Cidadelha tinha sido extinta havia mais de duas décadas, como atrás se anotou. Mas não faltava quem dela se recordasse com saudade e até se servisse dos conhecimentos adquiridos por via dela. Era o caso de Agostinho Azenha, de Manuel Monteiro e de Armindo Duarte, três apaixonados por música e praticantes de violão, embora Agostinho Azenha já tivesse ido bastante mais além, pois ensinava solfejo e tocava vários outros instrumentos, de entre os quais o violoncelo. Todos travavam relações de amizade com Manuel Sá, santeiro de profissão com oficina aberta junto à igreja de Santa Maria de Avioso onde, de vez em quando, era visitado por um ou outro daqueles violonistas, a propósito de dois dedos de conversa. A dada altura, principalmente Manuel Monteiro e Armindo Duarte entenderam levar consigo os seus violões, facto do inteiro agrado do anfitrião, para quem aquelas visitas passaram a ter um significado mais amplo, pois além da agradável cavaqueira que originavam também envolviam algum sentido didáctico a que procurava estar atento.

Manuel Monteiro e Armindo Duarte, figuras castiças com quem se gostava de conversar, tinham sérios problemas de locomoção. Ambos padeciam, desde a infância, de paralisia de um dos membros inferiores, ficando, por isso, também conhecidos pelas alcunhas “manco do vidas” e “manco do regalo”, respectivamente. Tinham acentuadas dificuldades de caminhar, mas também traquejo e agilidade bastantes para mostrarem quanto valiam como executantes de violão.

E Manuel Sá, apaixonado que também era pela arte dos sons e até tinha jeito para cantar o fado, aproveitando os dedilhados improvisos e as lições dos amigos, acabaria por aprender a tocar o mesmo instrumento. Depois, valendo-se da elevada experiência de trabalhar a madeira, Manuel Sá decidiu construir o seu próprio cordofone. E saindo-se bem nessa aventura, viria, alternando com a sua actividade de escultor de arte sacra, a dedicar-se também à produção de diversos instrumentos de corda, sobretudo de violões, guitarras de fado e violas-baixo. Instrumentos de excelente manufactura que lhe proporcionaram diversas encomendas, nomeadamente de guitarras, até para Coimbra e para o Brasil, neste último caso por incumbência do Professor Manuel Marques, o famoso guitarrista de Milheirós.

Aos poucos, a sua oficina transformou-se num ponto de encontro onde alguma rapaziada aparecia em busca de saber. E aos sábados, ao fim da tarde, havia sempre alguém que por lá passava,

de guitarra ou violão na mão, na expectativa de se encontrar com quem pudesse tirar dúvidas ou trocar impressões sobre este ou aquele “método de aprendizagem sem mestre” adquirido em alguma casa de instrumentos musicais na cidade do Porto. Se a ocasião sugerisse alguma experiência em grupo, havia que aproveitá-la para apreciar os efeitos e detectar eventuais falhas na afinação ou no compasso.

As presenças mais frequentes eram as de Horácio Duarte e de seu irmão Agostinho, que residiam a poucas dezenas de metros dali. O Horácio, dotado de muita habilidade manual, com o apoio do mestre da oficina também construiu o seu próprio violão. O Agostinho limitou-se a fazer-se executante do mesmo instrumento, e como polidor de profissão que era, passou a responsabilizar-se pelo envernizamento dos instrumentos da produção Manuel Sá.

Presença assídua era também a do autor desta narrativa, sobrinho do dono da casa, que, aos poucos e quase sem dar por isso, adquiriu os conhecimentos básicos que o puseram apto a desembaraçar-se com relativo à-vontade no acompanhamento de música ligeira. Mais tarde, sempre como autodidacta, acabaria por desenvolver um pouco mais as suas capacidades no mesmo âmbito, como executante de vários instrumentos e até como compositor.

Mais gente, jovem e menos jovem, por lá passava. Armindo Oliveira, vizinho do santeiro, Avelino Cruz, de Ferreiró, Augusto Mandim, de Vermoim, que apesar de mais novo já fazia brilharretes na guitarra, Arménio Costa, de Barreiros, que interpretava as Baladas de Coimbra com grande mestria, Manuel Carneiro ou “Neca entalhador”, de Alvarelhos, entre outros, além de Manuel Monteiro e Armindo Duarte que, embora menos assiduamente, continuavam a aparecer.

E durante alguns anos, a oficina de Manuel Sá, oficina de santeiro, foi também de violeiro e fez de escola de música – “escola básica” aberta a iniciados que a frequentavam sem pagar propinas.

Entretanto, já o Conjunto de António Mafra, fundado em 1955, vinha somando sucessos. E o Conjunto de Maria Albertina, constituído quatro anos depois, mas algo diferente na proposta instrumental e na mensagem verbal, começava também a ter fama.

Perante a nova realidade “cantigueira”, a estimular o aparecimento de novos intervenientes, não demorou a surgir, por todo o lado, quem se prestasse a pisar os palcos da “renovada” animação. Na Maia isso também viria a acontecer. O Conjunto Típico de Élio Miranda, com sede em São Pedro de Avioso, cedo daria sinal. O seu número “Apaga a Vela” haveria de ser dos que ficaram no ouvido do povo. O grupo integrava cinco elementos, dois deles, os violonistas Horácio e Agostinho Duarte, oriundos, em termos de formação, da oficina de Manuel Sá.



Conjunto de Élio Miranda
(Foto de gravura em cartaz de 1962)

Quase em simultâneo, vieram a organizar-se mais seis grupos, alargando o panorama musical

de âmbito dito popular. E independentemente da ordem cronológica por que apareceram, segue uma breve referência a cada um. Em São Pedro de Avioso, sem qualquer propósito de rivalizar com o de Élio Miranda, lá sediado, nasceu o Conjunto Sol Negro a que adiante se dedicará algumas páginas.



Conjunto Os Brisas
(Foto de gravura em cartaz de 1962)



Mário Mota e seu Conjunto
(Foto de gravura em cartaz de 1962)

Os Brisas reuniram-se em Vila Nova da Telha, e em Vermoim Mário Mota emprestou o seu nome ao grupo por si próprio fundado.

O Conjunto São Martinho, denominação sugerida pelo Orago da freguesia, constituiu-se em Barca, e em Nogueira foi o Conjunto de António Campos a engrossar o elenco.



Conjunto São Martinho
(Foto de gravura em cartaz de 1964)

Por fim, um salto a Gueifães para uma alusão ao Conjunto Infantil Maria Prudência.

Este último, por ser feminino e infantil, tinha um repertório muito próprio a condizer com a faixa etária dos elementos que o compunham, embora um ou outro dos seus arranjos também se ajustassem a interpretações de gente mais crescida.



Conjunto Feminino Infantil Maria Prudência

(Foto de gravura em cartaz de 1964)

Os restantes, que como outros que por este país fora tentavam entreter e alegrar populações, eram considerados conjuntos típicos, qualificativo que não parecia suficientemente claro. Se ser típico significasse ser característico, ser representativo, isso implicaria algo de relacional com o que poderia ser visto como tradição, o que não era objectivamente o que sucedia.

Também lhes chamavam conjuntos populares, designação que poderia fazer sentido e até sentido bem profundo se, em vez da fama que procuravam granjear, contando sempre com a generosidade de um público que não se fazia rogado a bater palmas, as suas cantigas reflectissem o que os entendidos nomeiam como ponto de partida para a definição do que é verdadeiramente popular⁶, numa palavra, a «vida rústica do povo».

Ora o que vinha acontecendo, em consequência das mudanças (evolução?) que lentamente se operavam no país, apontava para algo ainda indefinido que acabaria por conduzir a uma certa rotina, sobretudo da vida urbana, cada vez mais incarácterística e sem graça. E o que de genuinamente popular havia sido espontâneo, tendo surgido até por razões de sobrevivência psíquica das populações, aos poucos veio a dar lugar à moda dos pequenos agrupamentos vocacionados para a cantiga de entretenimento, geralmente descritiva, trivial, por vezes anedótica, com a inocência do folclore de outros tempos e o sentimento das canções românticas a estarem ausentes. À parte algumas excepções, era o que havia, e os conjuntos maiatos seguiam na mesma linha.

Conjunto Sol Negro

O mundo musical não se cingia, obviamente, à existência e actuação dos conjuntos portugueses, típicos e/ou populares. Sendo infinitamente maior, também as suas influências eram bem visíveis e, em certos casos, mais ou menos fecundas, tendencialmente nas camadas jovens,

⁶Cf. GRAÇA, Fernando Lopes, 1974, A Canção Popular Portuguesa, Publicações Europa-América, Col. Saber, p. 14-15.

sobretudo estudantes, mas também em quem era capaz de sonhar ou já tinha percepcionado a diferença entre ser-se interventivo ou acomodado.

Conscientes ou não dos efeitos que a nova vaga, em crescendo, vinha provocando, os componentes do Conjunto Sol Negro acabariam por decidir alterar a proposta musical com que tinham aparecido.

O país enfrentava o drama provocado pela guerrilha nas suas possessões africanas. Navios continuavam a zarpar dos cais de Lisboa, carregados de gente moça feita combatente à pressa e à força. Gente que partia sem a certeza de voltar. Portugal enlutava-se. No entanto, as suas cantigas, as cantigas que passavam..., em vez de reflectirem tão preocupante situação, pareciam tender a escondê-la, ainda que não intencionalmente, ter-se-á de admitir. De resto, como sempre houve quem cantasse por cantar...

Vista a questão a esta distância, por que não aceitar o que se passava? Se cantar por cantar pudesse libertar alguém, ainda que parcialmente, da aflição que vivesse, ou dar ao país algum alívio, mesmo que aparente, relativamente à tristeza que o envolvia, cantar por cantar justificava-se.

Também havia quem entendesse que a cantiga pudesse ser uma arma⁷, mas como não esquecia quem impunha as regras, preferia não arriscar. Isso terá acontecido com os rapazes do Conjunto Sol Negro que, perante tal dilema, mas não satisfeitos com o trabalho que vinham desenvolvendo, decidiram abandonar o repertório com que já tinham angariado notoriedade e, de repente, se transformaram num conjunto diferente.

Fundado em Abril de 1962, o Conjunto Sol Negro surgira a partir de uma ideia de Avelino Cruz (violão), de Ferreiró – mais um dos que, na altura, frequentavam a oficina do santeiro Manuel Sá –. Ideia/vontade que, depois de exposta a Manuel Azenha (acordeão), de São Pedro de Avioso, se tornara mais consistente e passara a ser de ambos⁸. E ambos trataram de convidar os restantes elementos a incorporar o que viera a ser esse grupo musical.

Sérgio Sá (violão), de Cidadelha – outro dos assíduos da oficina de Manuel Sá –, aproveitando a oportunidade de dar vez à sua vocação, tão amordaçada desde a infância, logo aceitara a proposta. Adílio Rocha (tamborim atabaque), também de São Pedro, e Osvaldo Carneiro (vocalista), de São Romão do Coronado, completaram o grupo.

E assim se constituía o Sol Negro, que durante um ano viera a participar em vários espectáculos no norte do país, tendo sido em Braga, na Feira Popular, a sua estreia, com a artista brasileira Mara Abrantes como sua madrinha artística. Actuara também, em directo, em programas radiofónicos transmitidos pelo Rádio Clube Português e pelos Emissores do Norte Reunidos.

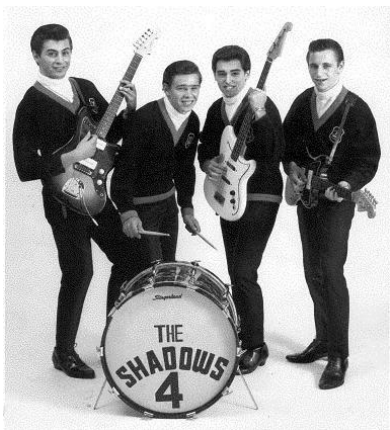
Estava já lançado no mundo das cantigas e do espectáculo. Mas o seu repertório – letras e músicas – apesar de autoria própria, mantinha-se alinhado com o que era corrente no contexto dos conjuntos ditos típicos ou populares, realidade pouco motivadora que terá contribuído para apressar a mudança em que já tinham pensado.

Na década anterior, o *rock and roll* e seus derivados tinham explodido nos Estados Unidos da América, para chegarem ao Velho Continente e sujeitarem-se às adaptações requeridas pelos gostos europeus.

⁷ Mais tarde, 1975, José Mário Branco, numa das suas letras dizia que sim: «A cantiga é uma arma».

⁸ “O Conjunto Sol Negro brilha a caminho do triunfo” in *Plateia*, nº 141, Ano XIII, 20 de Fevereiro de 1963, p. 31

Em 1958 The Shadows começaram a agitar o Reino Unido. Dois anos depois, foram os rapazes de Liverpool – The Beatles – a surgir para virem a marcar uma época e enlouquecer a juventude feminina aonde quer que aparecessem. Em 1962, The Rolling Stones juntaram-se aos demais, abreviando a propagação da nova era musical.



Estava-se no tempo das guitarras eléctricas e das baterias – premonição de uma onda que acabaria por chegar, e ficar, com o ruído a sobrepor-se à harmonia musical e a sensibilidade auditiva das fãs a dar lugar a entusiasmos descontrolados.

Voltando a Portugal, não obstante o clima de desgraça que se vivia, em resultado do conflito armado a decorrer em terras de África, o panorama musical, sobretudo no que aos conjuntos dizia respeito, tendia a alargar-se. As guitarras eléctricas também já se ouviam por cá. O Conjunto de Oliveira Muge, de Ovar, foi dos primeiros a marcar presença.



No Funchal, o jovem Luís Jardim fundava os Demónios Negros. Pouco depois (1963), os Sheiks e os Ecos surgiam em Lisboa e The Wikings em Coimbra. E aqui bem perto, no Porto, Os Tártaros, e em Matosinhos Os Titãs.

Mas desde os anos Cinquenta que o Quarteto de Mário Simões, que se dedicava à interpretação de música portuguesa, e os conjuntos de Shegundo Galarza e de Jorge Machado, estes vocacionados para o acompanhamento de artistas, mas todos eles também com repertório próprio, marcavam e continuariam a marcar presença notória como criadores e intérpretes de música ligeira. O seu público, porém, não coincidia propriamente com o dos conjuntos populares. Mas isso era

questão marginal para os moços do Sol Negro, mais interessados no tipo de instrumental e no “estilo” interpretativo dessas formações que, com a de Marino Marini, quarteto italiano que também já vinha da década anterior, terão servido de “modelo” para a reconstituição do seu conjunto.

E em meados de 1963, o Sol Negro deixou de aparecer em público de acordeão, violões, tambor em forma de atabaque, pandeireta e maracas, passando a apresentar-se de piano, acordeão, guitarra eléctrica, contrabaixo, bateria e maracas.



Conjunto Sol Negro
(Foto do Autor, 1963)

Quanto ao seu repertório, passou a ser bem mais vasto, a pensar nos diferentes géneros de actuação com que começaram a ter de contar. Para espectáculos de variedades idênticos àqueles a que estavam habituados, fazia sentido a apresentação de canções que eram sucessos, independentemente da sua autoria. Marino Marini, Charles Aznavour, António Prieto, Bobby Solo, Edith Piaf, António Alvarinho, Rui de Mascarenhas, António Calvário ou Max eram nomes de referência. E lá saía a velha mas sempre actual canção napolitana *Ó Sole Mio* e as então em voga *Perdoname*, *Las Palmeras*, *Come Prima*, *Cuando Calienta el Sol* e, mais tarde, *Una Lacrima Sul Viso*, intervaladas com uma ou outra portuguesa, sobretudo originais do próprio Sol Negro, como o *Adeus Coimbra*, *Sincero Amor*, *Hesitação*, *Tudo é Twist*, *Desilusão*, entre outras.

Para eventos em que o serviço a prestar fosse do género música ambiente, tardes dançantes ou passagens de ano, por exemplo, com um tempo de actuação bastante mais longo, o repertório a apresentar tinha de ser extenso e variado. E da bossa nova à valsa, passando pelo bolero, pelo calypso, pelo chá-chá-chá, pelo fox, pelo samba, pelo slow, pelo tango e pelo twist, ritmos é que não faltavam, a obrigar a frequentes ensaios.

Por essa altura, a coincidir com a mudança de instrumentos, houve também a substituição de membros do grupo. Por razões pessoais, Adílio Rocha e Osvaldo Carneiro decidiram deixar o conjunto. Para os respectivos lugares entraram Armindo Oliveira, de Avioso – mais um dos que

passavam pela oficina de Manuel Sá –, que trocou o violão pela bateria, e José Baptista, de Gueifães, já conhecido pela sua voz e pelo seu talento como intérprete, que passou a ser o novo vocalista.

Dos restantes, Manuel Azenha, habilitado com o curso de violino pelo Conservatório de Música do Porto e com conhecimento e prática de outros instrumentos, passou para o piano; Avelino Cruz para a guitarra eléctrica e Sérgio Sá para o contrabaixo.

Prosseguindo na sua ascendente caminhada, o Conjunto Sol Negro criou novos temas, continuou a participar em espectáculos de variedades, onde às vezes também acompanhava instrumentalmente outros artistas, animou tardes de dança e noites de fins de ano. Sustentava perspectivas cada vez mais consistentes de integrar, a curto prazo, algum dos programas de televisão⁹ quando, por força do serviço militar obrigatório, três dos seus membros deixaram de poder colaborar. E em meados de 1965 o Conjunto Sol Negro encerrou definitivamente a sua actividade.

A adversidade da época e o fim fora de tempo

A situação decorrente do que se passava em terras de África já tinha feito com que a juventude portuguesa se sentisse dela prisioneira. E quando não impedida de sonhar, os seus sonhos não passavam disso mesmo. Os seus projectos de vida eram adiados ou mesmo truncados. A incerteza quanto ao futuro acompanhava-a, ainda que a esperança a fizesse prosseguir...

Apanhados na inquietante onda de dúvidas e obrigados a desistir daquilo em que acreditavam, não foi fácil para os membros do Sol Negro. Como não terá sido fácil para todos aqueles que, em idêntica situação – fossem dos conjuntos maiatos aqui referidos, fossem de tantos outros que por este país fora tentavam animar populações –, foram igualmente forçados a trocar o sabor da alegria, o prazer da música e a beleza da vida pelo receio do dever, de um dever incompreensível, capaz de se confundir com a morte.

E ao eventual desejo de alguns de se profissionalizarem, de seguirem em frente, poderá ter-se sobreposto o desalento e a sensação do tempo perdido. E quantos talentos não terão sido desprezados?!

Referências bibliográficas

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, (1977), História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao Governo do Sr. Pinheiro de Azevedo, 2 vol., 7ª ed., Lisboa, Palas Editores, vol. 2.

ROSAS, Fernando, (1994), “O Estado Novo (1926-1974): O quotidiano de miséria e privações no ano em que houve superavit”, in História de Portugal, 8 vols., MATTOSO, José (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, vol. VII.

ROSAS, Fernando, (1996), “Os anos da guerra e a primeira crise do regime”, in REIS, António (dir.), Portugal Contemporâneo, 3 vol.s, Ed. Alfa, Selecções do Readers Digest, vol. 2, pp. 417-458.

⁹ Cf. “O Conjunto Sol Negro de ritmos modernos espera actuar em breve na T.V.”, in *Crónica Feminina*, nº 406, 3 de Setembro de 1964, p. 103.

NOTÍCIAS

Todos à Biblioteca

Comemorações dos 25 anos da Biblioteca Municipal da Maia (1994 – 2019)

Miguel Azevedo*

“As atuais bibliotecas públicas transportam consigo todo um conjunto de heranças culturais, sociais, políticas e económicas que condicionaram a sua evolução concetual e testemunham a sua capacidade de adaptação institucional às transformações conjunturais das diferentes realidades nacionais em que elas existem. A biblioteca pública é, na sua essência, uma instituição social e, por isso, sensível às transformações que se desenrolam no contexto social, económico, político e cultural em que ela se materializa.” (Pereira, 2012)

Entre 13 de dezembro de 2018 e 13 de dezembro de 2019 decorrem as comemorações dos 25 anos da Biblioteca Municipal da Maia. Neste âmbito está planeado um conjunto de ações que tem como finalidade melhorar globalmente os serviços que presta, tendo em consideração as necessidades dos públicos que serve.

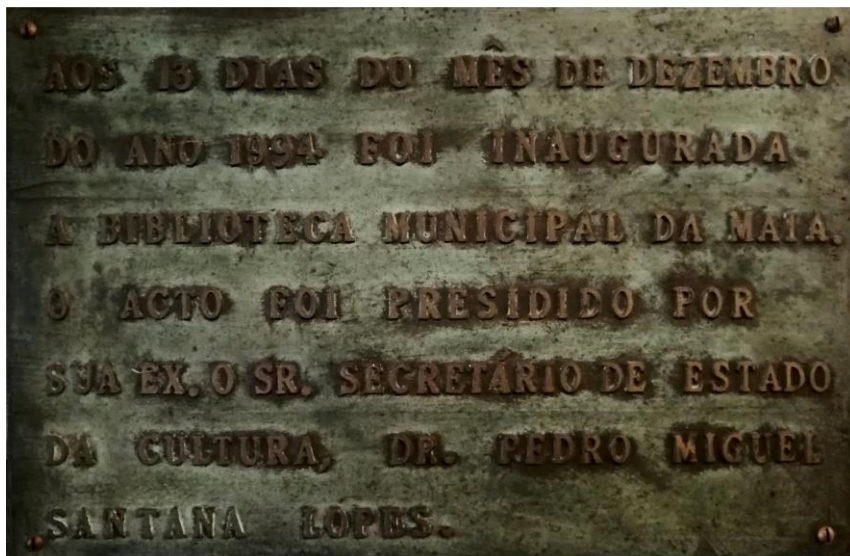
As bibliotecas têm hoje de servir uma nova geração de utilizadores que esperam que estas disponibilizem serviços em linha e um acesso rápido e eficaz à informação. Os Sistemas de Identificação Digital (RFID) permitem a implementação num único sistema, dos serviços de identificação e dos serviços de segurança das existências da Biblioteca, reduzindo significativamente o tempo de processamento dos empréstimos. A implementação de uma estação de auto empréstimo permite ao utilizador fazer o empréstimo/devolução dos documentos de uma forma autónoma e intuitiva, através da tecnologia RFID.

A “Biblioteca mais perto da comunidade” é o mote que sustenta a criação de um serviço de referência cujo objetivo fundamental é auxiliar o utilizador a encontrar a informação que procura, através de uma assistência pessoal e individual, proporcionando ao utilizador um apoio e uma orientação profissional na identificação, pesquisa, recuperação e avaliação da informação de que necessita.

A integração das Juntas de Freguesia e dos Estabelecimentos de Ensino da rede privada na Rede de Bibliotecas da Maia tem como finalidade garantir o funcionamento desta rede enquanto estrutura de cooperação, aberta à livre participação de todas as bibliotecas do concelho, criando e dando continuidade a projetos de cooperação na área das bibliotecas tendo em vista a promoção da leitura e das literacias na comunidade local. A política de desenvolvimento da coleção da biblioteca municipal *“prende-se com os seguintes objetivos: definir critérios de aquisição, atualização, desbaste, eliminação e reposição do acervo; delinear o crescimento do acervo de forma qualitativa e quantitativa; conhecer as necessidades de informação e interesse dos utilizadores e comunidade local, através da análise da usabilidade da coleção”*, entre outros. Nesse sentido, a biblioteca

* Câmara Municipal da Maia – Chefe de Unidade da Biblioteca Municipal Dr. José Vieira de Carvalho

municipal entende que será uma mais-valia para a comunidade, disponibilizar nas bibliotecas das Juntas de Freguesia, através de um empréstimo de longo prazo, os documentos que após uma avaliação, são retirados do livre acesso ou da coleção.



A biblioteca municipal pretende ser o centro de uma rede concelhia, capaz de cobrir de forma efetiva toda a área do município, também através da criação de polos: nas Lojas da Juventude os utilizadores terão acesso aos serviços disponibilizados na biblioteca municipal, nomeadamente a leitura presencial, o empréstimo domiciliário e o empréstimo interbibliotecas.

Esta biblioteca possui no seu acervo um núcleo de documentos que, pela sua tipologia, relevância e estado de conservação, se encontram em acesso restrito ao público, no entanto com a criação de uma biblioteca digital de reservados pretende-se disponibilizar o acesso integral desses documentos sem agravar o seu estado de conservação.

No que se refere a exposições está prevista a produção de uma exposição comemorativa dos 25 anos, uma exposição do fundo de reservados e a produção da exposição “Contra Cara - 25 anos, 25 rostos”, exposição que sucede à exposição fotográfica já realizada pela biblioteca municipal em setembro de 2017, onde funcionários da biblioteca deram “continuidade” às capas dos livros, edição que promete ser mais expressiva, envolvendo a comunidade no processo fotográfico.

Nos eventos, além da habitual programação, prevê-se ainda a realização de um Festival de Contos, a Gala do Dia Mundial do Livro, a renovação da fase municipal do Concurso Nacional de Leitura e um reforço do novo modelo de Feira do Livro.

Depois de em 2018 ter integrado a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas o objetivo agora passa pela candidatura à Rede Bibliotecas Associadas à UNESCO. Com esta candidatura pretende-se integrar uma rede que tem como objetivo “realizar atividades em domínios da UNESCO, como a promoção dos direitos humanos, da paz, da diversidade cultural e do diálogo intercultural, a proteção do ambiente e a luta contra o analfabetismo, entre outros”.

Paralelamente serão intensificados os planos de formação tanto para funcionários como para outros agentes relevantes na comunidade como é o caso dos profissionais a desempenhar funções nos serviços CAF e SAF do Município.

Ao longo do ano serão ainda conhecidos outros pontos altos destas comemorações no sentido de convidar **todos à biblioteca**.

Atividades do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

Armando Tavares*

Feira das Cebolas e da Cerâmica

O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, através da recriação da tradicional Feira das Cebolas e cerâmica, divulgou uma tradição secular.

Este evento, foi recriado na forma mais aproximada possível da época, um momento de festa, de convívio e o encontro de pessoas. Assim, através da recriação da feira, pretendeu-se sensibilizar toda a comunidade para a defesa e salvaguarda do património material e imaterial, motivar a gente da Maia a preservar e reproduzir o mais fidedigna possível as suas tradições, as suas vivências, de forma a perpetuar as memórias do passado, herdeiras de um pilar basilar da cultura de um povo, de uma gente e dum espaço que lhes pertence.

A Feira das Cebolas e Cerâmica teve lugar nos dias 25 e 26 de Agosto de 2018, no espaço envolvente ao Monte de Santo Ovídio e do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, na Vila do Castelo da Maia, inserida nas Festas em Honra de Santo Ovídio, organizadas pela Junta de Freguesia da Vila do Castelo da Maia.

A feira contou com momentos dedicados ao entrançar da cebola; iguarias regionais relacionadas com a cebola e animação com a participação dos grupos de folclore.



Lançamento do Livro “Os Campos da minha Aldeia” de Natália de Oliveira



Este evento, simultâneo com a Feira das Cebolas, teve como objetivos divulgar memórias das vivências da autora; incentivar à partilha escrita de memórias e promover a literatura.

O livro “Os Campos da minha Aldeia”, da autoria de Natália de Oliveira, retrata as vivências de Cidadelha, terra onde a autora sempre viveu. É, nas palavras de Sérgio O. Sá que prefaciou a obra, um “verdadeiro álbum de retratos antigos que avivam a memória dos mais velhos e dão a conhecer à juventude o que foi Cidadelha (...). As situações que [a autora] retrata convidam-nos a tomar conhecimento das realidades dominantes



* Câmara Municipal da Maia – Chefe de Unidade do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

que consubstanciaram a Cidadelha de ontem”. O lançamento deste livro foi, sem dúvida, um reviver de memórias de outros tempos.

Promotor: Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

Local: Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

A Música vem ao Museu – Ciclo de Concertos

Local: Igreja Nossa Senhora da Maia – 13 de outubro

A música é arte. Mas, tal como noutras manifestações artísticas, os distintos estilos musicais apelam e interpelam os sentidos de forma diferente. Uns seduzem o ouvinte a levantar, correr, dançar... Outros simplesmente acordam a alma e fazem-na sonhar. No entanto, independentemente do estilo, a música



permite ao Homem vivenciar sensações que o despertam para sua essência enquanto ser.

Quisemos despertar as suas emoções e enriquecer o seu conhecimento com um ciclo de concertos concretizados numa parceria enriquecedora entre o museu de História e Etnologia da Terra da Maia e o Conservatório de Música da Maia em espaços culturais e religiosos diversos do concelho da Maia.

Conversas no Museu

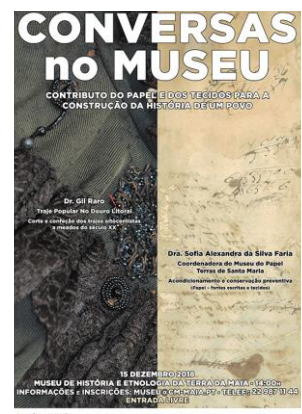
O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia na sua vertente etnográfica e etnológica, está vocacionado para a investigação e divulgação dos aspetos referentes à vida rural do concelho da Maia. A sua vertente histórica, implica investigar e divulgar a vivência das suas gentes num espaço territorial que é a “Terra da Maia”, bem como a sua antiguidade como unidade sócio cultural e geográfica.

Assim sendo, com estas “Conversas no Museu”, pretendeu-se dar continuidade ao que vem sendo feito, com amostragem das tipologias existentes no Traje e o contributo do papel, incentivar a procura de fontes escritas e a



conservação preventiva das mesmas, assim como a tipologia de tecidos e confeção existentes na época (séc. XIX e meados do séc. XX).

Este encontro contou com a presença de dois especialistas nas diferentes áreas, constituindo assim, uma mais-valia na resposta às necessidades específicas das mesmas e consequentemente a valorização do património cultural.



Sessão solene de evocação do Armistício e dos Maiatos que participaram na Grande Guerra

José Maia Marques*

Decorreu no dia 11 de novembro, No Salão Nobre da Câmara Municipal, uma cerimónia singela, mas significativa, de evocação e homenagem de gratidão aos maiatos que combateram na Primeira Guerra.

Na Mesa, presidida pelo Sr. Eng.º. António Domingos da Silva Tiago, Presidente da Câmara Municipal, estiveram também o Sr. Eng.º. António Gonçalves Bragança Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal, e o Sr. Doutor Mário Nuno Neves, Vereador do Pelouro da Cultura.



Usou da palavra, em primeiro lugar, o Dr. José Maia. Marques, historiador e técnico superior do Município.

Na sua intervenção, ilustrada com uma apresentação em PowerPoint, procurou situar o Armistício no contexto da Grande Guerra, mostrando o rumo que as

coisas tomaram até se chegar a essa decisão.

Através da frieza dos números demonstrou quão sangüinário foi este conflito e como ele atingiu Portugal, não só através dos combatentes mas também dos prisioneiros de guerra, tantas vezes esquecidos pelo poder.

E evocou a relação entre a Maia, os Maiatos e a Grande Guerra, sobretudo lembrando o quotidiano maiato desses tempos.

O Eng.º António Silva Tiago, na sua alocução, lembrando a circunstância de se estar no Salão Nobre, ao lado de uma tapeçaria que retrata a morte do Lيدador, recordou que, tal como Portugal, a Maia se fez de combates ao longo da sua história



* Câmara Municipal da Maia

Depois, evocou os combatentes maiatos na Grande Guerra, lembrando que alguns deles foram também presidentes de Câmara, como foi o caso do Dr. António dos Santos e do Coronel Carlos Moreira.

Para finalizar, exortou os maiatos a não esquecerem o sacrifício dos seus antepassados, lutando sempre por um mundo melhor..



De seguida, os convidados deslocaram-se à Praça do Dr. José Vieira de Carvalho para inaugurar a Lápide de Gratidão do Município aos militares maiatos que combateram na Grande Guerra.



Dois clarins da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia executaram o "toque a mortos", e a cerimónia terminou com a sensação de dever cumprido e de termos reparado uma injustiça que ocorria há já quase um século.



A Maia e os Maiatos na Grande Guerra / Literaturando a Grande Guerra**Colóquio "A Grande Guerra, a Maia e os Maiatos"****José Maia Marques e Rui Teles de Menezes***

Integrado no Projeto "A Maia e os Maiatos na Grande Guerra", e na iniciativa "Literaturando a Grande Guerra" realizou-se, no dia 15 de dezembro, na Quinta dos Cónegos, propriedade municipal, o Colóquio "A Grande Guerra, a Maia e os Maiatos".

Eis o seu programa e uma sinopse das intervenções:

COLÓQUIO**14:30 Sessão de Abertura**

Moderação de:

Mário Nuno Neves - Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia e Doutor em Ciência Política

14:45 Sérgio Veludo Coelho – Doutor em História e Docente do Instituto Politécnico do Porto. Investigador de temas militares

As Guerras depois da Guerra

Ao contrário do que se previa, não só a Grande Guerra não acabou com as guerras (vinte anos depois aí estava a segunda guerra) como o armistício não acabou com todos os combates. Muitas foram as guerras locais e regionais de certa importância que perduraram para além de 11-11-1918.

15:10 Pedro Esgalhado – Coronel do Exército Português (Res.) e Investigador

A Grande Guerra na África Portuguesa

A Guerra não foi só a Flandres. Os conflitos em África começaram cedo. Em agosto de 1914 já havia tropas portuguesas nos cenários africanos – Angola e Moçambique. Essa faceta da guerra, (propositadamente?) esquecida, sobre a qual há pouca investigação, foi, no entanto, tão mortal como a outra, com a especificidade do enorme número de combatentes mortos por doença.

15:35 Pausa para café

15:50 Pedro Marquês de Sousa – Tenente Coronel de Artilharia – Docente na Academia Militar. Investigador
O Corpo Expedicionário Português – dois momentos marcantes

O Corpo Expedicionário Português viveu momentos atribulados desde que foi formado. O chamado "milagre de Tancos" de que hoje se questiona a qualificação de "milagre", o modo como se fazia o seu transporte, a



* Câmara Municipal da Maia

instalação na frente, a adaptação às trincheiras e a armas que não conheciam, os combates muito encarniçados, os gases, até os prisioneiros de guerra muitos dos quais abandonados. Esta comunicação exaltará dois desses momentos, com destaque para a batalha de la Lys.

16:15 Fernando Rita – Tenente Coronel de Infantaria. Do Jornal do Exército. Investigador

A vida em combate dos soldados maiatos na Grande Guerra

Muitas vezes sabemos muito pouco, ou mesmo nada, do percurso militar dos nossos soldados da Grande Guerra. Pegando nos seus processos individuais, esta intervenção fará o estudo da biografia militar de um punhado de combatentes maiatos em qualquer das três frentes de combate – Angola, Moçambique e a Flandres.

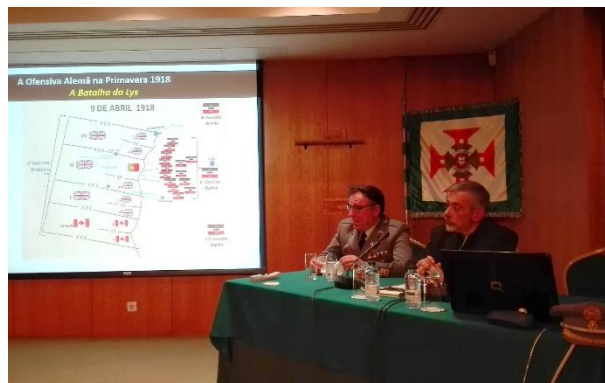
16:40 José Maia Marques e Rui Teles de Menezes – Técnicos Superiores da Câmara Municipal da Maia

Repercussões da Grande Guerra na Maia

Como é que o Concelho da Maia “sentiu” a Grande Guerra? Como é que os seus órgãos de governo encararam o conflito? Muito embora faltando imprensa da época, com recurso a documentação do Arquivo Municipal, esta comunicação tentará mostrar se as repercussões da Grande Guerra na Maia foram ou não significativas e porquê.



17:05 Debate e encerramento



Intervenções de, respetivamente:

Coronel Pedro Esgalhado, Tenente-Coronel Pedro Marquês de Sousa e Tenente-Coronel Fernando Rita

NOTAS DE LEITURA

Vítor Maia

Ilustres da Maia – Biografias – Volume I
Maia, 2018

Já antes referi que o Vítor Maia nos habituou às suas (excelentes) incursões pela história local. E ainda bem que assim é, já que ele tem prestado um serviço à Maia e os maiatos na preservação das suas memórias, sobretudo porque ele trata a história local numa vertente também patrimonial, cada vez mais importante e mais indispensável, numa época em que as identidades se dissolvem numa globalização desenfreada e assassina das “nossas coisas”.

Desta vez o Autor dedica mais de duas centenas de sumarentas páginas a um património frequentemente esquecido – as pessoas.

Os ventos que mudaram o modo de fazer história nos inícios dos anos 60, entraram pela “longa duração”, pelos grandes “movimentos sociais”, pelos grandes conjuntos coerentes na sua organização social e económica.

O papel da pessoa, das pessoas, foi secundarizado.

Felizmente grande parte disso ruiu com o Muro de Berlim. As pessoas (também) são fundamentais. A Europa, para só falar nela, seria a mesma sem Vasco da Gama ou sem Colombo? Sem Napoleão? Ou sem Hitler? Obviamente que não.

Por isso as biografias estão de novo (felizmente) na moda.

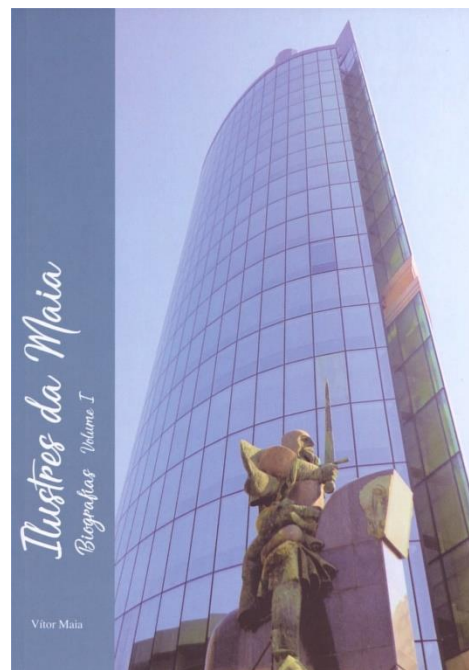
E Vítor Maia elenca neste volume uma vintena de apontamentos biográficos de pessoas que ele considera que, de um modo ou de outro, deram algo à Maia.

Sei, porque assisti ao lançamento e ouvi comentários, que esta coisa de escolher nunca é pacífica nem unânime. Mas a conceção do livro é do autor. A lógica com que as coisas são apresentadas é da sua responsabilidade. Mais, os critérios que levaram a esta escolha foram definidos por ele.

Mas acresce a isto, e convém não esquecer, que se trata de um primeiro volume. O segundo já está quase pronto. E creio que outro se seguirá. Portanto, meus caros leitores, aquele que vocês achavam que devia estar e não estava, talvez esteja no seguinte.

Quanto a esta obra, é o Vítor Maia a que já nos habituamos - escrita fluente e elegante, com boas ilustrações e a transcrição de alguns documentos a propósito – que resulta num trabalho leve sem deixar de ser profundo, agradável sem deixar de ser correto.

E o que o Autor faz é, como referi, dar atenção a um património frequentemente esquecido, mas que é o mais importante em cada terra tem – o seu património humano.



Agora foram estes, do Lidador até à atualidade. Outros se seguirão. O que importa é preservar a sua memória e as suas memórias.

Património, no sentido que lhe atribuiu o saudoso Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, é aquilo que entendemos ser importante legar às gerações vindouras.

Os monumentos, temos de tratar deles, de não os deixar ruir, para os podermos legar. Os usos e costumes, precisamos de os manter, estudando-os e publicando-os. A memória que temos das pessoas, e as suas próprias memórias, os seus feitos, a sua importância para a Maia, a contribuição que deram a esta Terra, este enorme e valioso património, tem de ser tratado como o Vítor Maia, muito bem fez nesta obra.

Por isso espero, esperamos todos, ansiosamente, pelo segundo volume.

José Augusto Maia Marques

Sérgio O. Sá
Dos Falares em Cidadelha
Maia, 2018

Sérgio Sá é já bem nosso conhecido pelas suas incursões literárias, sendo que já nos habituou em obras autobiográficas, monografias artísticas, poesia, biografias, a aliar uma escrita clara e agradável a um conteúdo sólido e interessante.

E por falar em interessante, esta é uma das características deste livro – um enorme interesse para a Cultura maiata.

Não sendo, como o Autor refere, um trabalho de Filologia pura e dura, é no entanto uma utilíssima recolha de características locais do falar de Cidadelha,

Graças àquilo que o próprio Sérgio Sá ouviu, ou ao que ouviu a quem ouviu (passe o trocadilho), construiu uma peça fundamental para conhecermos expressões, grande parte delas da oralidade, que certamente se perderiam sem este louvável esforço.

Começando por contextualizar a questão, passa depois ao “corpo principal”, onde nos delicia com vários capítulos. Vale a pena relembrar – Dicionário de Vocábulo, Expressões Verbais de Origem Desconhecida, Expressões Verbais com Autoria, Expressões Poéticas, Do Cancioneiro Local, De Autores Desconhecidos e Autores Identificados.

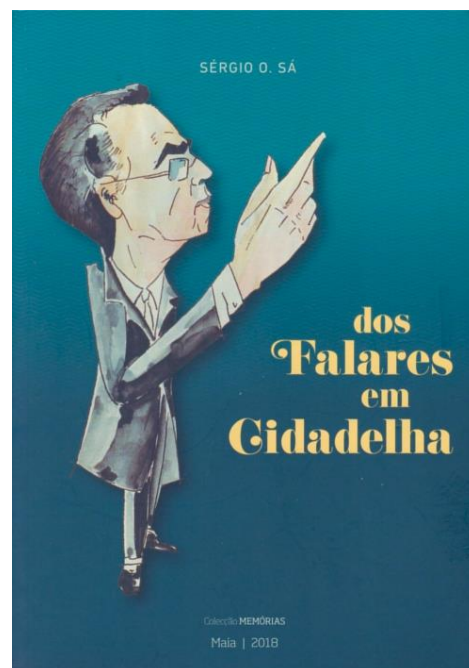
Destes, e particularmente, interessaram-me de sobremaneira, porque utilíssimas para o meu trabalho, as secções do Dicionário e das Expressões verbais.

É que muitas das “entradas” aí contidas, são comuns, com poucas ou nenhuma diferença, a outros locais da Terra da Maia.

Mais um belíssimo e utilíssimo trabalho de Sérgio O. Sá, que a expensas próprias presta um enorme serviço público a esta Terra e a estas Gentes.

Se isto não é amor à sua Terra, o que será?

José Augusto Maia Marques



Alvarinho Cerqueira Sampaio
Apontamentos e Circunstâncias sobre a vida e obra de
D. José Alves Correia da Silva – Bispo de Leiria
Maia, 2018

Este livro de Alvarinho Sampaio, tem um enorme valor simbólico. Valor simbólico para a Maia e valor simbólico para o País e para o Mundo.

É que ele fornece um excelente apontamento biográfico para alguém que, sendo uma eminente figura maiata, pelo seu trabalho na restaurada Diocese de Leiria, nomeadamente em tudo o que teve a ver com as Aparições, tornou-o numa figura de projeção nacional e europeia.

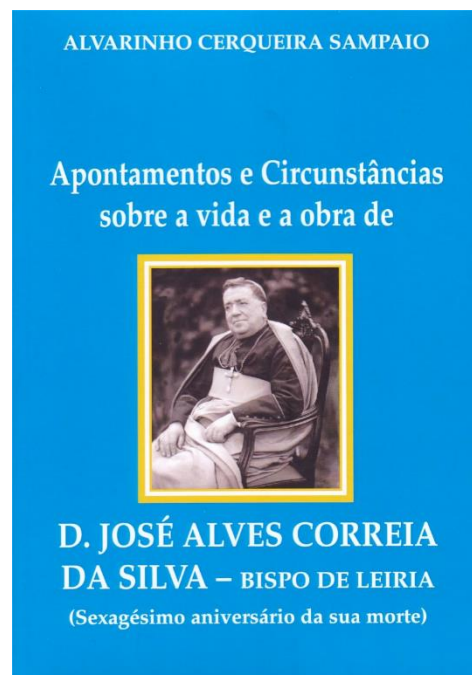
D. José Alves Correia da Silva nasceu em S. Pedro Fins em 15 de Janeiro de 1872. Filho primogénito e neto de lavradores maiatos, fez os seus estudos secundários no Porto, rumando depois para Braga onde iniciou os seus estudos religiosos. Passou pelo Seminário dos Carvalhos e pelo do Porto, onde, entre 1889 e 1891 cursou Teologia.

Em 5 de Agosto de 1894 foi ordenado Presbítero pelo Cardeal D. Américo, Bispo do Porto, celebrando a sua Missa Nova três dias depois. Ainda em 1897 tornou-se professor no Seminário do Porto e, pouco depois, foi nomeado Cónego da Sé do Porto.

Por bula de Bento XV, foi nomeado Bispo de Leiria em 15 de Maio de 1920. Sagrado em 25 de Julho na Sé Catedral do Porto, fez a sua entrada solene na sua diocese em 5 de Agosto.

Entre muitas outras iniciativas de enorme importância, D. José Alves autorizou oficialmente o culto de Nossa Senhora de Fátima, por provisão de 13 de Outubro de 1930.

Mais uma importante figura maiata resgatada de um eventual e mais que certo esquecimento, neste caso pela pena de um maiato interessado no seu (e no nosso) passado. Bem haja.



José Augusto Maia Marques

Miguel Padrão
A Casa de Moreira – Uma casa de brasileiros torna-viagem em Moreira da Maia
Maia, 2018

Miguel Padrão, que já saiu de Pedras Rubras há 30 anos para estudar e depois para trabalhar, faz questão de dizer que “ainda a encaro como a minha terra!” E isto é decisivo.

Neste livro, o Autor aborda as origens e o trajeto de um seu bisavô, Domingos Alves da Costa (1867-1930), emigrante no Brasil onde fez fortuna, tendo, entre 1905 e 1911 mandado construir a Casa “de brasileiro”, que ainda hoje podemos observar.

Numa interessante troca de correspondência, a certo momento Miguel Padrão escreve:

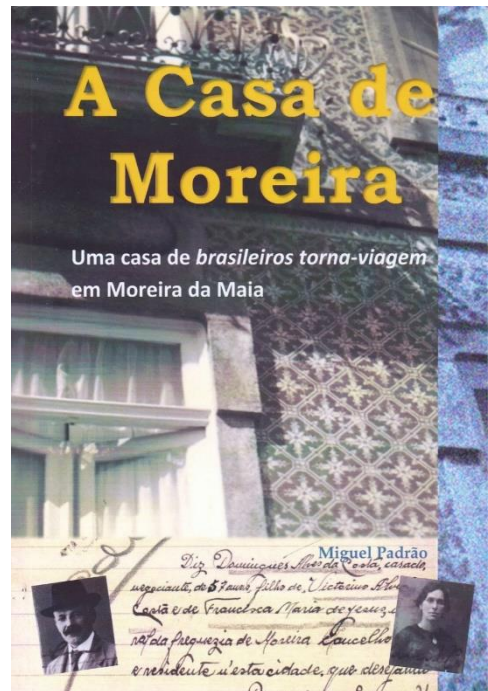
“Como disse, apesar deste livro ter começado com um propósito de mera divulgação familiar, nem por isso deixei de perseguir o máximo rigor na sua execução. Tanto a análise dos factos como as conclusões daí obtidas foram sempre assentes em fontes credíveis, desde os documentos oficiais, aos vários documentos e fotografias do arquivo familiar como até aos testemunhos de alguns dos meus familiares com mais idade, sobretudo dos netos que viveram na Casa de Moreira e que conheceram muito bem a minha bisavó retratada no livro. O enquadrar da história familiar no tempo e no espaço, foi um desafio especialmente complexo. Para tal foram fundamentais as várias monografias de história local, alguns textos publicados na "Revista da Maia", alguns textos publicados pelo "Cepese", entre muitas outras pesquisas e leituras a que fui conseguindo ter acesso, e que citei, salvo algum esquecimento.”

E adiante: “A enriquecer esta pesquisa, foram fundamentais as memórias que comigo foram partilhadas por alguns dos meus familiares, em especial dos netos e netas ainda vivos dos meus bisavós promotores da construção da Casa de Moreira.”

Penso que esta descrição da metodologia demonstra a solidez com que o trabalho foi feito.

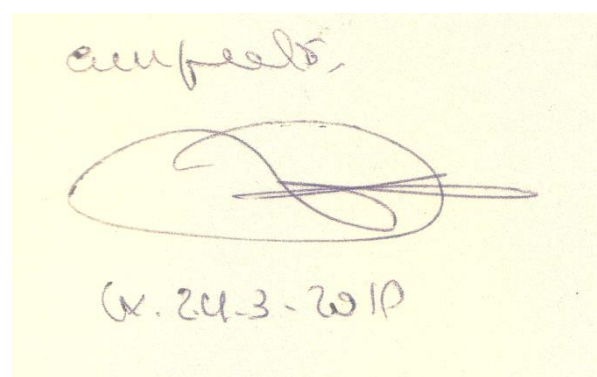
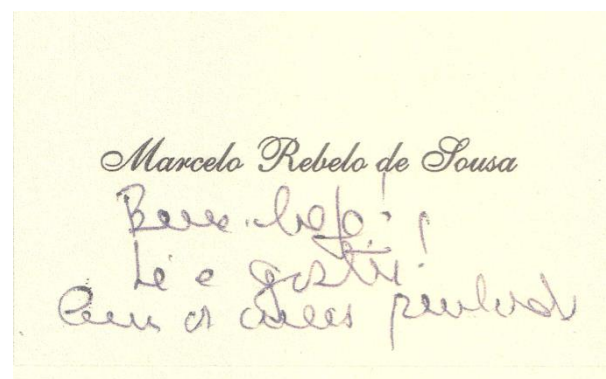
Este tipo de trabalhos, sobretudo quando bem tratados e bem escritos, como é o caso, é o lastro fundamental para que a memória não se apague. E quando são escritos pelo observador participante, têm uma riqueza, uma densidade e uma valia muito maior.

José Augusto Maia Marques



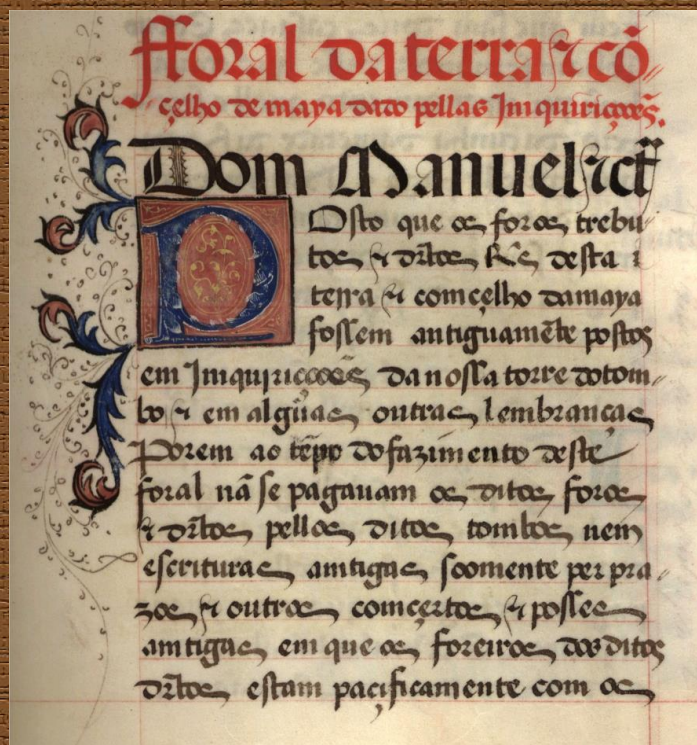
Gostamos, e não fomos os únicos

No número passado desta revista fizemos uma nota de leitura sobre o livro de Natália de Oliveira “Os Campos da minha Aldeia”, cujo lançamento se relata neste número. Pois bem, não fomos os únicos a gostar do livro e a dizê-lo, como podem verificar por este cartão do Senhor Presidente da República.



Normas para apresentação de originais

0. O trabalho a submeter deve ser totalmente original e inédito e ter relevância e clareza de conteúdo.
1. Os artigos devem ser prioritariamente escritos em língua portuguesa, no entanto em casos pontuais poderão ser aceites artigos em inglês, francês e espanhol.
2. O original deve ser apresentado em formato Word e apesar de não haver um limite de páginas dos originais a submeter a publicação, recomenda-se que os artigos não excedam as 20 páginas A4 (incluindo resumos, quadros, figuras, tabelas, gráficos, notas de rodapé e referências).
3. A dimensão da folha deve ser A4 (21x29.7cm) com margens, superior, inferior e laterais de 2 cm.
4. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5.
5. O tipo de letra utilizado deve ser Times New Roman a 12 pt.
6. Deve juntar-se ao original um documento autónomo onde conste o título do artigo, o subtítulo, se existir, o nome e afiliação dos autores e endereço do autor para correspondência. Ao longo do manuscrito não deve constar qualquer informação identificativa dos autores.
7. Os artigos deverão conter na página inicial, nas línguas portuguesa e inglesa, a seguinte informação: título, resumo que não deverá exceder as 150 palavras e até 5 palavras-chave.
8. Os artigos deverão ter preferencialmente a seguinte estrutura: Introdução; Desenvolvimento; Conclusão; Referências bibliográficas.
9. As ilustrações – quadros, figuras, tabelas ou gráficos – deverão respeitar, no seu conteúdo e forma, o contexto e a temática que as justificam. Em caso de ser necessário legendas, inclui-las no final da publicação. Não esquecer a fonte/origem da ilustração. A indicação do local onde deverão ser colocadas deve constar no texto do artigo a vermelho. As Imagens devem ser em formato digital JPEG, GIF ou TIF e os Gráficos nos formatos originais de produção. Os direitos sobre as imagens introduzidas nos trabalhos são da responsabilidade exclusiva dos respetivos autores.
10. Os vocábulos estrangeiros deverão ser apresentados em itálico e não entre aspas, exceto quando se tratar de citações de textos.
11. As notas, em rodapé, devem ser sucintas e meramente esclarecedoras e não “um artigo dentro de outro artigo”.
12. As referências e citações bibliográficas, a apresentar igualmente em rodapé, devem obedecer ou à Norma Portuguesa 405, que podem ser consultadas no site da U. Minho: (cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=317&lang=pt-PT>) ou às normas APA, disponíveis no site dessa mesma Instituição: (cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=313&lang=pt-PT>)



Quinto Centenário do Foral da Maia

1519 - 2019

